



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GRAZIELA REIS DA SILVA

**“AVANTE, CIDADE MODELO”: Os meios de comunicação de massa e a construção da
memória de Picos-PI (1988-2000)**

Picos-PI

2024

GRAZIELA REIS DA SIVA

“AVANTE, CIDADE MODELO”: Os meios de comunicação de massa e a construção da memória de Picos-PI (1988-2000)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal do Piauí,
como requisito para obtenção do título de
Licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa.

Picos-PI

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586a Silva, Graziela Reis da.
“Avante, cidade modelo”: os meios de comunicação de massa e a
construção da memória de Picos-PI (1988-2000)./ Graziela Reis da Silva. –
2024.
97 f.

1 Arquivo em PDF
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do
Piauí, Curso de Licenciatura Plena em História, Picos, 2024.
“Orientação: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa”

1. História-memória. 2. Meios de comunicação. 3. Memória-Picos.
I. Silva, Graziela Reis da. II. Costa, Fernando Muratori. III. Título.

CDD 302.2309

Elaborado por Sérvulo Fernandes da Silva Neto CRB 15/603



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2024, às 14:30h, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, **Graziela Reis da Silva** defendeu sua monografia sob o título “**AVANTE, CIDADE MODELO: Os meios de comunicação em massa e a construção da memória de Picos-PI (1988-2000)**”.

A banca foi constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa
Examinador 1: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos
Examinador 2: Prof. Dr. José Maria Vieira de Andrade

A banca fez as seguintes considerações:

- *Recomenda-se uma revisão completa de língua portuguesa e normas da ABNT;*
- *Recomenda-se a publicação do trabalho.*

A banca deliberou pela APROVAÇÃO da candidata, tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 22 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO MURATORI COSTA**
Data: 26/02/2024 15:17:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador (a): _____

Documento assinado digitalmente
 **RAIMUNDO NONATO LIMA DOS SANTOS**
Data: 26/02/2024 15:49:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 1: _____

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MARIA VIEIRA DE ANDRADE**
Data: 26/02/2024 18:49:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 2: _____

Dedico este trabalho a Edilânia Costa (*in memoriam*),
por ter acreditado na minha capacidade de realizar
meus sonhos quando nem eu mesma acreditava.

AGRADECIMENTOS

O caminho trilhado até a escrita deste trabalho foi longo e árduo, por isso reservo este espaço àqueles me auxiliaram a concluí-lo. Nestes agradecimentos expresso meu carinho e gratidão a todos que de alguma forma contribuíram com a minha jornada durante a graduação e pesquisa. Em primeiro lugar faculta toda minha gratidão a Deus, em quem me apeguei nos momentos mais difíceis para superar as adversidades. A fé na existência de algo maior me guiando me deu fôlego para persistir.

Cresci em um local marcado pela inexistência de políticas públicas, onde a falta de energia elétrica e água encanada foram uma realidade em boa parte da minha infância. Apesar das dificuldades guardo com carinho as memórias construídas com minha família, principal responsável pela minha formação acadêmica e pessoal. Por isso agradeço meu pai, Miguel, pois apesar do pouco tempo que se mantinha em casa devido ao trabalho me ensinou as primeiras letras e se desdobrou entre vários trabalhos para garantir que os filhos pudessem estudar.

Não posso deixar de citar minha mãe, Eliete, uma mulher guerreira e destemida que acorda cedo e dorme tarde para cuidar da roça, da casa, dos animais e dos filhos. Ela me ensinou a necessidade de sermos honestos e trabalharmos e mesmo tendo recebido pouca instrução escolar durante sua vida nunca deixou os filhos trabalharem com a foice e a enxada, instrumentos com os quais cultivava os insumos que alimenta nossa família. Mãe, meu exemplo de força e superação, obrigada!

Através dos meus pais ganhei meu irmão, Roberto, três anos mais novo que eu. Com ele pude compartilhar uma infância em meio à natureza, onde brincávamos na terra e subíamos em árvores. Ele, trabalhando e estudando, me ajudou de todas as formas possíveis nos anos em que estive na graduação. O apoio moral e financeiro que me deu foi essencial para que este trabalho fosse finalizado. Gratidão!

Agradeço minha melhor amiga, Edilânia Costa (*in memoria*), por todos os anos de companheirismo que vivemos juntas. Nossa amizade surgiu na infância e se prolongou até seu último dia de vida, em 2022, quando ela partiu. Sua empatia, amor e bondade ficaram marcados aqui na terra. Apesar da dor e da saudade, causas por sua partida, as lembranças que seguem vivas me impulsionam e me encorajam.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos, Antônio Max, Loysla Lara, Geisa Olímpio, Matheus Bonfim e Janária Jesus por terem me amparado e me auxiliado durante a fase mais difícil da graduação quando a tristeza e o cansaço me afligiam. Gratidão pelos cafés na cantina, pelas conversas e risadas nos corredores da UFPI e por todos os incontáveis momentos

em que fomos felizes juntos. Agradeço também meu colega Lucas Feitosa pela parceria nas tardes do/no LEHIST; Daniel Nunes, José Paulo, Allyson Wilson, Mariana Victória e Maria Mickaelli pelas colaborações nas mais diversas atividades exigidas pelo curso.

Agradeço meu orientador, Fernando Muratori, por ter aceitado a missão de me orientar e ter feito isso da melhor forma possível. Também sou grata pelo apoio e incentivo dos demais docentes do curso de História da UFPI-CSHNB, pois todos contribuíram para minha formação. Entre os professores, em especial, José Maria, Raimundo Nonato, Olívia Candeia, Rafael Ricarte, José Waldílio, Carla Silvino, Gleison Monteiro, José Lins e José Petrúcio.

Outrossim, as bolsas de auxílio e permanência foram de suma importância para que eu pudesse me dedicar ao curso. A política de assistência estudantil garante muito mais que moradia e alimentação para determinados estudantes. Para muitas famílias ela é a única esperança de determinados ciclos serem rompidos a partir da formatura de um familiar. Por isso, agradeço todos os integrantes do Núcleo de Assistência Estudantil-NAE por desenvolverem um trabalho que visa a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social, como eu, na Universidade.

Por fim, agradeço ao Museu Ozildo Albano (localizado em Picos) e o Arquivo Público do Estado do Piauí (em Teresina) por me receberem e disponibilizarem as fontes escritas utilizadas na produção deste trabalho. Agradeço também Cleidiane Alves, Odorico Carvalho, Miguel Artur e Bento Ribeiro por disponibilizarem uma parcela do seu tempo para contar suas experiências com o rádio e autorizarem a utilização dos relatos como fontes orais na produção desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a influência dos meios de comunicação em massa no processo de construção da memória da cidade de Picos-PI entre 1988 e 2000. Observa-se que a urbe é referenciada, em diversos meios, como “Cidade Modelo” do Piauí, expressão que sintetiza a memória oficial construída sobre a zona urbana picoense. Para tanto, utiliza-se veículos de comunicação impressos (jornais e revista), matérias produzidas por portais de notícias do estado e entrevistas concedidas por ouvintes da Rádio Difusora de Picos como fontes para execução da pesquisa. A investigação está subsidiada em diversos teóricos. Para discutir o que são meios de comunicação de massa utiliza-se Denis McQuail(2003; 2012), para pensar o que é cidade recorre-se a Sandra Jatahy Pesavento(2007; 2008) e Raquel Ronilk(2004), para compreender o que é representação vale-se de Roger Chartier(1991). Michael Pollak(1989; 1992) é usado para debater o que é memória e Pierre Nora(1993) é utilizado ao esmiuçar-se o que são lugares de memória.

Palavras-chave: Meios de comunicação. Memória. Picos-PI.

ABSTRACT

The present study aims to understand the influence of mass media on the process of constructing the memory of the city of Picos-PI between 1988 and 2000. It is observed that the urban area is referenced in various media as the "Model City" of Piauí, an expression that synthesizes the official memory constructed about the urban zone of Picos. To achieve this, printed media (newspapers and magazines), materials produced by news portals of the state, and interviews granted by listeners of Radio Difusora de Picos are used as sources for the research. The investigation is supported by various theories. Denis McQuail (2003; 2012) is used to discuss Mass Media, Sandra Jatahy Pesavento (2007; 2008) and Raquel Ronilk (2004) are referred to for understanding what a City is, Roger Chartier (1991) for Representation, Michael Pollak (1989; 1992) for Memory, and Pierre Nora (1993) for Places of Memory.

Keywords: Mass media. Memory. Picos-PI.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - jornal <i>Santo Forte</i> , 1988.	29
Figura 2 - Edições diversas do jornal <i>Santo Forte</i> , s.d.	30
Figura 3 - Edições diversas do jornal <i>Santo Forte</i> , s.d.	30
Figura 4 - Centro da cidade de Picos na capa do jornal <i>Santo Forte</i> , 1988.....	31
Figura 5 - Centro de Picos no site do governo do estado do Piauí, 2017.	34
Figura 6 - Centro de Picos no portal de notícias <i>CidadeVerde.com</i> , 2022.....	35
Figura 7 - capa da revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	50
Figura 8 - Apresentação da revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	51
Figura 9 - Sumário da revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	51
Figura 10 - Matéria sobre o 3º BEC na revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	54
Figura 11 - Matéria sobre o 3º BEC na revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	54
Figura 12 - Missa realizada no centenário de Picos, exposta revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.	55
Figura 13 - Matéria sobre o festival de música realizado no centenário de Picos no jornal <i>O Dia</i> , 1990.	56
Figura 14 - Matéria do jornal <i>O Dia</i> sobre o centenário de Picos, 1990.....	57
Figura 15 - Matérias sobre o centenário de Picos na capa do jornal <i>O Dia</i> , 1990.....	58
Figura 16 - Encerramento do centenário de Picos no jornal <i>O Dia</i> , 1990.....	60
Figura 17 - textos sobre a história de Picos na revista <i>Picos 100 anos: 1890-1990</i> , 1990.....	61
Figura 18 - Capa do jornal <i>Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história</i> , 1993.	64
Figura 19 – Matéria sobre pessoas em situação de rua em Picos no <i>Jornal de Picos</i> , 1993.	66
Figura 20 - Matéria sobre greve dos operários da Indústria Coelho de Fiação e Têxteis na capa do jornal <i>Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história</i> , 1993.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos índices de exclusão social por municípios piauienses em ordem decrescente (1980-2000)	42
Tabela 2 – Índices de pobreza e emprego formal por municípios piauienses (1980-2000).....	42
Tabela 3 – Índices de desigualdade e alfabetização por municípios piauienses	43
Tabela 4 – Índices de escolaridade, juventude e violência por municípios piauienses (1980-2000)	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. “PEDACINHO DO CÉU”: ENTRE A MEMÓRIA CONSTRUÍDA SOBRE A URBE PICOENSE E A REALIDADE CIDADINA	20
2.1 “Cidades modelos” e meios de comunicação: construção e transformação de imagens sobre as urbes	20
2.2 Entre fotos, entrevistas e textos sobre Picos: as características da “cidade modelo”	28
2.3 Os excluídos da “cidade modelo”: os problemas socioeconômicos em Picos	37
3. “ENCONTRO DE TODA VIAGEM, CENTRAL DO PAÍS”: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE PICOS-PI.....	47
3.1 O meio material, religioso, econômico e político: os imortalizados pelo centenário de Picos	48
3.2 Entre o existir e o resistir: as pessoas em situação de rua, os camelôs e operários nas páginas dos jornais picoenses	63
4. “NÃO HÁ DISTÂNCIA QUE NOS SEPRE”: A URBE PICOENSE ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DA RÁDIO DIFUSORA DE PICOS.....	71
4.1 As rádios picoenses: o trabalho de comunicação exercido para Picos e macrorregião	71
4.2 A Rádio Difusora de Picos e a construção da(s) memória(s) acerca da urbe picoense	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS.....	97

1. INTRODUÇÃO

Compreender o processo de constituição das cidades é uma tarefa que exige ir além da análise do meio material. É compreensível que o amontoado de ferro e concreto seja um elemento marcante das urbes, mas elas são mais que físicas, táteis e visíveis. Para entendê-las é preciso perceber que variadas práticas permeiam o meio urbano, lhe constroem e reconstroem constantemente.

Neste trabalho os estudos estão voltados à zona urbana do município de Picos, localizado na região centro-sul do estado do Piauí. De acordo com Sousa (2021, p.141) “pessoas de todas as idades que circulam diariamente pelo município concebem-no, na maioria das vezes, como uma referência em termos de desenvolvimento, pois sentem-se contempladas em diversos segmentos, como na área da saúde, educação, geração de empregos, entre outros”. Contudo, a investigação da autora apontou a defasagem no saneamento básico da cidade entre 1980 e 1990, problema que persiste até a contemporaneidade e afeta gravemente os bairros periféricos.

É importante ressaltar que existem inúmeros trabalhos sobre Picos em que os sujeitos legados ao esquecimento são abordados. Há dentro desses trabalhos uma compreensão implícita de que existe uma memória oficial construída sobre a cidade que silencia fatos históricos, práticas, indivíduos, questões estruturais do ambiente urbano, a desigualdade econômica e social. Essa historiografia não resume seus estudos apenas aos aspectos materiais, políticos e econômicos envoltos na zona urbana. Ancorados em inúmeros teóricos, sobretudo os da História Cultural, buscam os aspectos relacionados à sociabilidade e sensibilidades urbanas.

Memórias do meretrício: discursos e sociabilidades da prostituição picoense nas décadas de 1950 e 1960 de Pinheiro (2013); *Movimento LGBT: o grito suprimido ganha visibilidade diante da sociedade picoense entre 2006-2013* produzido por Teixeira (2014); *Marginalidade construída: A formação e estigmatização do Bairro Parque de Exposição na cidade de Picos de 1980 a 2010* escrito por Moura (2016) e *Relações sociais e Espaços de lazer de jovens pobres em Picos nas décadas de 1970 e 1980* de Silva (2020) são alguns exemplos, entre outros que são utilizados nesta pesquisa.

A partir dessas investigações é possível entender a multiplicidade que permeia, constrói e reconstrói a cidade constantemente. Os estudos relacionados à disciplina de História e Cidades do curso de História da UFPI-CSHNB são expoentes das novas análises que vem sendo produzidas sobre a urbe picoense e ajudam a compreender as parcelas da população que ao longo da história do Piauí e de Picos tem construído os espaços, mas ficado às margens dos possíveis avanços sociais vivenciados no estado e no município.

Os problemas estruturais de Picos foram acentuados a partir de 1950, pois o município foi perdendo território devido a emancipação de inúmeros povoados. Em contrapartida, a densidade demográfica aumentou no centro urbano picoense, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Lima, 2019). O crescimento urbano foi influenciado pela migração de sujeitos de outros estados para a urbe e do campo para a zona urbana do municipal.

O crescimento populacional foi acompanhado por mudanças na estrutura econômica da cidade. Picos “tornou-se local de atração para milhares de pessoas, as quais se sentem atraídas por diversos motivos, como acesso à educação, saúde, emprego e qualidade de vida, o que não significa que a cidade consiga atender satisfatoriamente toda a demanda que lhe cabe” (Carvalho, 2017, p.32). Desde 1970 a urbe passou a experimentar suas transformações mais evidentes ao receber o Batalhão de Construção e Engenharia (BEC) e a instalação das Indústrias Coelho na região.

Com a expansão da cidade o comércio ganhou força e a agricultura e a pecuária, atividades realizadas na região desde o século XIX, foram cedendo espaço aos novos empreendimentos realizados. Com desenvolvimento econômico alcançado Picos foi ganhando relevância no cenário estadual. Passou a ser chamada, entre outras nomenclaturas, de “cidade modelo” (Carvalho, 2015). A designação ainda é utilizada na atualidade em diversos meios, mas ainda não há consenso sobre o início da sua utilização.

No ano de 1988 observa-se a menção a Picos no periódico *Santo Forte* como “cidade modelo”, ano que demarca o início desta pesquisa. Em 1990 a nomenclatura ganhou força no aniversário de cem anos de emancipação político-administrativa do município, mas o conjunto de informações extraídas do *Atlas da exclusão social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)* demonstra que o município sofria com diversos problemas socioeconômicos, elemento que incide na problematização da imagem construída sobre a cidade e delimita o final do recorte temporal deste trabalho.

Para Sanchez (1999), as “cidades modelos” são imagens positivas construídas sobre as urbes com o intuito de inseri-las no cenário internacional, tornando-as competitivas e atraindo investimentos para a região. Para que uma cidade seja considerada “modelo” ocorre forte investimento em reformas urbanas com intuito modernizá-las e em estratégias de *city marketing* para que as imagens sejam validadas, difundidas e cristalizadas.

O discurso que traz legitimação para as imagens emerge dos discursos oficiais, de trabalhos acadêmicos e da imprensa e colocam-nas como sínteses de esquemas de funcionamento que devem ser imitados por outras cidades. Esses discursos são fundidos ao senso comum e atribuem aos gestores das zonas urbanas o desenvolvimento alcançado. Em

consonância, a reiteração dos aspectos que caracterizam as cidades e lhes tornam uma referência para as demais, acaba constituindo a memória das urbes.

Como visto anteriormente, Picos é considerada símbolo de progresso, mas as pesquisas vêm evidenciando inúmeras problemáticas com as quais sofre. Isso mostra que o mero processo de exaltação dos elementos atrativos das urbes não é suficiente para que as imagens que se busca construir sobre elas seja efetivo. É necessário silenciar o que é considerado indesejado para um centro urbano, acarretando não somente o que é lembrado, mas também o que é esquecido sobre elas.

De acordo com Feitosa e Costa (2019, p.02), “há inúmeras possibilidades de construir as memórias sobre a(s) cidade(s) e seus cidadãos e o conjunto dos meios de comunicação é uma dessas alternativas de produção memorial”. Nessa perspectiva busca-se apresentar as características, historicamente, atribuídas à cidade de Picos com o objetivo de sustentá-la como “cidade-modelo” do Piauí e os problemas em torno dessa representação.

Para isso utiliza-se os meios de comunicação, a partir de fontes escritas e orais, como objetos de investigação nesta pesquisa. Além disso, utiliza-se dados extraídos de documentos que evidenciam os problemas existentes em torno da região aqui estudada dentro do recorte temporal escolhido. A análise está centrada entre os anos de 1998 e 2000 e surgiu após uma longa jornada no curso de História da UFPI-CSHN. Entre leituras e provas surgiu o interesse pelos estudos sobre os “marginalizados da história”.

A partir da monitoria na disciplina Memória e História foi possível perceber que os processos de formação e enquadramento das memórias coletivas podiam guardar estreita ligação com a invisibilidade de determinados sujeitos. Essa percepção fez emergir o questionamento decisivo para que este trabalho fosse produzido: como os meios de comunicação podem contribuir para o silenciamento de determinados indivíduos? Esse questionamento foi ganhando força após a disciplina História e Cidades, onde foi possível perceber que o meio urbano é permeado de relações sociais e de poder.

Para Martins (2019), as pesquisas sobre as transformações urbanas a partir dos veículos de comunicação ainda se dedicam mais à coleta de informações nos jornais do que propriamente à análise sobre a visão que produziram e difundiram a respeito das mudanças ocorridas nas cidades. Portanto, o trabalho apresenta relevância acadêmica e social, pois produz discussões das quais a historiografia ainda é carente e busca propiciar reflexões sobre problemas que afetam, direta ou indiretamente, a sociedade.

Percebe-se que em comemorações históricas, sobretudo, “as autoridades políticas colocam para o público a obrigação, o dever de memória e a mídia contribui para esse

compromisso e imposição” (Feitosa; Costa, 2019, p.03). Ou seja, as festividades são momentos em que determinados sujeitos e circunstâncias do passado e do presente tendem a ser revividas e expostas nos mais diversos meios para que não sejam esquecidas. As festividades buscam manter vivas determinadas histórias e tradições. Por isso, cabe investigar os grupos que participam da seleção do que deve ser preservado ou silenciado.

Observa-se que em 1990 ocorre o primeiro centenário do município de Picos. Para entender a relação entre os meios de comunicação, as festividades realizadas no aniversário de cem anos de emancipação político-administrativa e a memória construída sobre a cidade é necessário fazer análises de fontes, dados e textos. Por isso, no primeiro capítulo desta monografia busca-se identificar como e quando surgem as “cidades modelos”.

Também procura-se elencar os argumentos utilizados desde o final da década de oitenta até o presente para justificar que a urbe picoense é “modelo” do estado e problematizar tais discursos a partir de dados que evidenciam os problemas oriundos da realidade socioeconômica no qual estava inserida. Utiliza-se o jornal *Santo Forte* e matérias produzidas por portais de notícias do estado do Piauí como suporte, observando que a representação de Picos difundida ao final da década de oitenta pelo órgão noticioso supracitado perpassa o centenário do município e ainda reverbera na atualidade.

Em contrapartida, através do *Atlas da Exclusão Social: a herança deixada (1980-2000)*, documento produzido pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO, evidencia-se dados relativos as condições socioeconômicas picoenses no período estudado. São elencados problemas estruturais, sociais e econômicos da urbe picoense dentro do recorte temporal deste trabalho com o intuito de criar bases sólidas para problematizar o que é manifestado pelos discursos oficiais e meios de comunicação investigados.

No segundo capítulo investiga-se a relação entre a cobertura das comemorações do primeiro centenário de Picos, produzida pelos meios de comunicação impressos, e a memória picoense sedimentada. Para isso utiliza-se o jornal *O Dia* e a revista *Picos 100 anos* como fontes. Ambos trazem notícias sobre o aniversário do município e textos em homenagem ao local. Além disso, utiliza-se os jornais *Jornal de Picos* e *Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história* para identificar os elementos e sujeitos que os grupos envolvidos na preparação do centenário acabaram excluindo da memória que buscou-se constituir.

O terceiro capítulo desta monografia dedica-se a entender como a cidade de Picos foi transmitida através dos programas da Rádio Difusora entre 1988 e 2000. Os estudos sobre sonoridades urbanas, em Picos-PI nas décadas de 1980 e 1990, revelam a forte utilização do rádio no período. “Os entrevistados Antônio Borges (2021) e José Francisco (2021), relataram

acerca da audição dos picoenses através de aparelho de rádio portátil nas residências, assim como nos estabelecimentos comerciais da urbe picoense” (Matos, 2021, p.61). Por isso, utiliza-se fontes orais para compor a última parte desta pesquisa.

Apesar de existirem outras rádios picoenses no período a mais ouvida era a Rádio Difusa, por isso buscou-se entrevistar àqueles que vivenciaram ativamente o período de 1988 a 2000 a partir dos programas de rádio produzidos por ela: os ouvintes. Para tanto, utiliza-se a História Oral, que é “um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (Meye; Holanda, 2015, p.15), para realização das entrevistas.

A análise é quali quantitativa, pois reúne dados empíricos e estatísticos. No que tange aos jornais elaborou-se um percurso investigativo utilizando-se o método hermenêutico de análise dos textos para estudá-los. Segundo Alberti (1996), ancorada em Wilhelm Dilthey, a hermenêutica não é apenas a teoria da interpretação de textos, mas a teoria de como a vida se exprime em obras. Por isso, buscou-se identificar os elementos físicos, verbais e não verbais que lhes compõe; averiguar o contexto histórico das suas produções e identificar as possíveis intenções dos agentes que escreveram, bem como o curso tomado pelos escritos.

Além disso, recorre-se aos estudos de Mauad (1996) para análise das fotografias utilizadas nas fontes. Elas são “uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem” (Mauad, 1996, p.07). As fotografias assumem um papel importante em jornais e revistas, pois conectam-se com o público e divulgam informações através da comunicação visual.

Para compreender o que são “meios de comunicação de massa” e as questões de poder envolvidas em sua utilização, utiliza-se como aporte o teórico da comunicação McQuail.

A expressão “comunicação de massa” foi cunhada, juntamente com “meios de comunicação de massa”, no início do século XX para descrever um fenômeno social novo e uma característica fundamental do mundo moderno que surgia e estava sendo construído sobre os alicerces do industrialismo e da democracia popular. [...] As mídias de massa (forma plural) são os meios organizados para se comunicar de forma aberta, à distância e com muitas pessoas em um curto espaço de tempo (McQuail, 2012, p.14).

Em consonância, segundo Martins (2016), o estudo do discurso jornalístico, em qualquer época, não pode prescindir de uma análise social, econômica e cultural das suas condições de produção. De acordo com Zicman (1985), na História existem dois campos de estudo sobre a imprensa. O primeiro é chamado de “História da Imprensa” e busca reconstituir

o processo de evolução dos órgãos de comunicação. O segundo é o “História através da imprensa” que lhe toma como fonte primária de pesquisa. Esta investigação caminha pelo último campo, mas também toma como base alguns trabalhos construídos pelo primeiro.

Compreende-se que é importante, dentro dessa pesquisa, perceber a influência que o contexto histórico no qual os meios de comunicação estavam inseridos exerceu sobre a produção dos jornalistas. Nessa perspectiva, entende-se que o processo constitutivo das notícias não se resume aos profissionais supracitados, devem ser entendidas como fruto de inúmeras influências, incluindo entre elas o meio ao qual estão vinculadas, pois os meios de comunicação não são neutros diante do contexto no qual estão inseridos e as representações construídas a partir deles, o que é dito e silenciado evidenciam questões de poder.

Para identificar a diferença entre “representação” e “sujeito representado”, recorre-se aos estudos de Chartier (1991). “A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (Chartier, p.184, 1991). É a materialização de algo que já não pode ser acessado, construída a partir da percepção de mundo dos seus construtores. A partir dos meios de comunicação, o que se concebe não é a cidade em si, mas percepções sobre ela que foram difundidas.

Outrossim, cabe elencar os sujeitos, espaços e fatos que constituem a cidade segundo os veículos de comunicação. O motivo dessa análise parte do que se entende por “cidade” neste trabalho.

A cidade é, sobretudo, uma “materialidade” erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. [...], mas a cidade, na sua compreensão, é também “sociabilidade”: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. [...], mas a cidade é, ainda, “sensibilidade”. [...] A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (Pesavento, 2007, p.13-14).

Ou seja, a cidade não pode ser resumida ao meio material. Ela também é formada pelas interações sociais e pode ser analisada a partir das emoções dos sujeitos com os mais diversos espaços que lhe constituem. A própria análise da formação espacial da cidade revela questões de poder e expõe relações sociais diversas. Para Ronilk (2004), as cidades são políticas, pois enquanto espaços de vida coletiva necessitam ser geridas, por isso existe o poder político-administrativo.

Todos os cidadãos participam, de alguma forma, da vida pública e para controlá-los o Estado constrói aparelhos repressivos. A política definiu ao longo do tempo a divisão espacial das urbes, definiu onde cada grupo e/ou órgão deve estar localizado. Existe uma hierarquização

em torno das cidades que foi acentuada na sociedade capitalista e por esse motivo existe uma luta cotidiana pelos espaços, refletida nas ações desenvolvidas pelos grupos que vivem nos centros urbanos.

Para exemplificar pode-se considerar que ao centro da cidade estão localizados os setores políticos e comerciais, enquanto nos bairros mais desprotegidos pelas políticas públicas encontram-se os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. A análise da segregação socioespacial dentro da cidade, fruto da divisão em classes sociais predominante no capitalismo, expõe quem são os grupos mais afetados pela desigualdade social, como será possível observar ao longo deste trabalho.

Em consonância, para identificar como ocorre o processo de formação da memória e como ela está articulada com os interesses e perspectivas dos grupos que lhe construíram, subsidia-se o trabalho com os estudos de Pollak (1989-1992). Ele parte dos estudos sobre memória iniciados por Halbwachs para classificar o que é “memória coletiva” e quais elementos lhe constituem. É importante notar que as festividades também são exemplos de trabalhos produzidos com o objetivo de preservar determinadas memórias.

Assim, os espaços instituídos como marcos representativos da urbe revelam disputas. Os locais que prevalecem vivos na memória dos indivíduos podem ter sua importância oriunda das experiências vividas pelos sujeitos. Porém, também podem ser fruto do compartilhamento de referências de sentido que estão solidificados no imaginário urbano coletivo. Esses lugares identificados como “especiais” dentro da cidade, importantes para sua constituição, identificação e história podem ter sido construídos.

Desse modo, utiliza-se o conceito de “lugares de memória” para analisá-los. Eles são, para Nora (1993, p.07), “lugares em que a memória se cristaliza”. Ou seja, são elementos construídos com a função de preservar determinada(s) memória(s) de eventos e/ou sujeitos. Ou seja, jornais e revistas são lugares de memória, pois estão investidos de uma aura simbólica e são meios importantes para preservação e difusão de registros produzidos sobre determinados sujeitos, práticas e eventos. Por fim, entende-se que a combinação de fontes (entrevistas, jornais e revistas) proporciona o cruzamento de dados, auxiliando na captação da representação feita sobre a cidade a partir de diferentes meios de comunicação.

2. “PEDACINHO DO CÉU”: ENTRE A MEMÓRIA CONSTRUÍDA SOBRE A URBE PICOENSE E A REALIDADE CIDADINA

O título deste capítulo começa com um trecho da música *Filha do Equador*, produzida pela artista piauiense Monise Borges. A canção fala sobre a cidade de Picos, suas características e potencialidades, de acordo com a percepção da autora. As análises das produções que descrevem os centros urbanos, como a música supracitada, apontam que para compreender as cidades é necessário ir além dos estudos arquitetônicos, pois elas são polissêmicas e vista de variadas formas.

Neste trabalho, dentre as inúmeras possibilidades para pensar sobre Picos-PI, optou-se por estudá-la a partir da memória, pois compreende-se que a seleção do que deve ser lembrado e esquecido sobre os centros urbanos revela disputas e questões de poder. Para tanto, este capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro investiga-se o que é uma “cidade de modelo”. Nessa perspectiva, identifica-se os problemas em torno do conceito e o papel desempenhado pelos meios de comunicação na sua expansão, assim como os interesses que direcionam a construção de imagens positivas sobre as cidades.

No segundo tópico observa-se a aproximação entre o ideal de “cidade modelo” e a memória cristalizada sobre Picos-PI. Para isso utiliza-se como fontes três matérias de décadas diferentes. A primeira foi lançada pelo jornal *Santo Forte* em 1988. A segunda, vinculada ao site do governo do estado do Piauí é de 2017 e a terceira, lançada pelo portal de notícias do Grupo Cidade Verde, do ano de 2022.

Por fim, utiliza-se o *Atlas de exclusão social do Piauí: a herança deixada (1980-2000)*, documento lançado pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. O relatório traz dados sobre as condições de vida no município entre 1990 e 2000, possibilitando investigar as contradições entre o que é exposto pelos meios de comunicação sobre a urbe e a real situação no qual estava alojada dentro do recorte temporal desta pesquisa. Outrossim, compara-se os dados recolhidos com os obtidos no censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1 “Cidades modelos” e meios de comunicação: construção e transformação de imagens sobre as urbes

Não há consenso sobre o início da expressão “Picos Cidade Modelo”. Segundo Lima (2019), há duas vertentes que buscam explicá-la: a primeira diz que ela faz referência ao

desenvolvimento econômico alcançado pela cidade após 1990. Ou seja, refere-se ao fato de Picos ter se tornado uma “Cidade de Comando Regional”. Isso significa que devido ao leque de comércios e serviços ofertados atende, atualmente, 55 municípios que estão geograficamente distantes das suas capitais estaduais. A segunda concebe que a expressão foi originada no ano de 1966 devido à realização do “I Encontro Nacional de Prefeitos dos Municípios-Modelo do Brasil”. O evento reuniu 19 municípios do Brasil que, de acordo com os critérios adotados no período da Ditadura Militar, ofertavam segurança e qualidade de vida para suas populações.

De acordo com Sousa (2021, p.141), “pessoas de todas as idades que circulam diariamente pelo município concebem-no, na maioria das vezes, como uma referência em termos de desenvolvimento, pois sentem-se contempladas em diversos segmentos, como na área da saúde, educação, geração de empregos, entre outros”. Em concomitância, os escritos que buscam contar sua história revelam a formação de uma ideia de “cidade que deu certo”, como o hino do município.

Hino de Picos-PI
 Avante cidade modelo
 De heróis serviçais tão valentes
 Empunhando o escudo da glória
 Com hinos na história
 Dos teus combatentes.
 [...]
 Cidade Modelo
 É tão forte a tua massa
 Privilégio dos antecessores
 Oh! Rainha da fonte da vida
 Cidade querida
 Recanto de amores.
 (De Picos, 2017).

O hino foi escrito pelo picoense Manoel da Costa Moura em um concurso público aberto pela prefeitura municipal de Picos em 1990 e segundo lei municipal, aprovada em 7 de dezembro do mesmo ano, deve ser cantado nas repartições públicas, escolas e outras entidades com sede no município, durante acontecimentos culturais e/ou históricos (De Picos, 2017). “O hino, ao ser entoado, (re)conta uma história ou (re)transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor. [...] Contribui para construir e consolidar a própria identidade de um grupo social (Silva, 2017, p.52). Essa descrição é fruto de um processo de produção memorial.

Ou seja, a letra traz aspectos que devem ser lembrados sobre a urbe. Podemos observar que além de ser citada como “modelo” o hino faz referência a uma cidade que, “avante”, está

em constante progresso. Ao mesmo tempo é permeada por uma aura de tranquilidade, que longe da violência é sinônimo de orgulho para aqueles que vivem nela, “querida” pelos cidadãos. Em contrapartida, a existência de uma “cidade modelo” é um fenômeno que não está restrito a urbe aqui investigada.

“Como pontos luminosos no mundo, um conjunto eleito de cidades é qualificado como modelo – qualidade constituída a partir de elementos urbanísticos, de práticas de gestão ou das chamadas soluções criativas para problemas urbanos” (Sánchez; Moura, 1999, p.96). Alguns exemplos, além de Picos no Piauí, são: Curitiba no Paraná; Cingapura, cidade-Estado da Ásia; Barcelona na Espanha e Castanhal no Pará. Tendo em vista que são cidades distintas, questiona-se: o que é uma “cidade modelo”?

Para Ronilk (2004), compreender como as cidades tornam-se “vitrines” nacionais e/ou mundiais exige entender como surgem e são utilizadas ao longo do tempo. Inicialmente é necessário compreender que as cidades são políticas. Enquanto espaços de vida coletiva necessitam ser geridas e para isso existe o poder político-administrativo, responsável pela gestão das cidades. Todos os cidadãos participam, de alguma forma, da vida pública e para controlá-los o Estado constrói aparelhos repressivos.

A política definiu a divisão espacial das urbes. Nas primeiras cidades da história onde encontra-se a realeza, os reis, escribas, militares e sacerdotes ficavam ao centro. Enquanto isso empregados, camponeses, escravos e artesãos ficavam ao seu redor. Ou seja, havia uma divisão da sociedade pensada de acordo com a estratificação social. Essa divisão ganha novos contornos na sociedade capitalista. Se na Antiguidade e na Idade Média, apesar de haver divisões, no mesmo local existiam pontos de produção, moradia e comércio, a partir da Revolução Industrial, sobretudo, os bairros passam a ser estruturados a partir do objetivo de cada um.

No início da Antiguidade o comércio era secundário à política, os comerciantes ficavam fora dos muros da cidade. Foi a partir da junção de cidades em Impérios que se criou o ambiente para a divisão do trabalho entre o campo e a cidade e entre as cidades. A expansão de Roma é um exemplo dessa articulação. Foi lá, no *Fórum Romanum*, sede da vida pública, que se instalou um dos primeiros espaços para o mercado que influenciou a organização mercadológica nas sociedades contemporâneas. Ao final da Idade Média, na Europa Ocidental, se forma a configuração de cidade que hoje é hegemônica: as cidades capitalistas, dominadas pelo mercado.

Conforme Pancetti (2010), as cidades existem desde a Antiguidade, mas é na Modernidade que surge o urbanismo, a ciência da cidade, delineando seus novos traços a partir do planejamento urbano. Ainda durante o século XVIII, no Iluminismo, o planejamento das

cidades começa a ser relacionado com a ciência médica. Nesse sentido, elas passam a ser pensadas como veias e artérias contínuas, por onde os cidadãos deveriam se transportar, tais quais hemácias e leucócitos.

De acordo com Ronilk (2004), a crise do feudalismo associada ao crescimento das cidades e a expansão da atividade mercantil, bem como a implementação do uso da moeda e o consequente acúmulo de capital, forneceram as bases para a nova relação entre a cidade e o comércio. Nesse contexto, à medida que a atividade mercantil e manufatureira crescia na Europa, algumas cidades, como Gênova, passaram a controlar os empreendimentos. Assim, não estavam mais restritas aos seus muros, administrando atividades que estavam localizadas em diversas partes do mundo.

Em concomitância, segundo Oliveira e Costa (2016), o surgimento dos Estados Modernos, cuja organização correspondeu aos interesses da classe mercantil e manufatureira, fez com que o espaço assumisse um novo caráter. Ou seja:

a transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado Moderno vai operar uma reorganização radical na forma de organização das cidades. O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana que era Comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria. [...] Em segundo lugar, a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores de dinheiro e bens; de outro os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos (Ronilk, 2004, p.39).

Configurava-se, portanto, uma nova forma de organização da cidade, que veio a se aprofundar com a Revolução Industrial. Ocorre a separação dos bairros de acordo com os objetivos de cada um: moradia, comércio, indústria... As cidades medievais, caracterizadas pelos seus desenhos irregulares e descontínuos, são substituídos por cidades geometricamente planejadas, que iniciam-se crescendo em torno do comércio e do poder centralizado e a partir da Revolução Industrial também passam a crescer em torno das fábricas (Oliveira, Costa, 2016). Essa forma de organização demarca um processo de segregação espacial, onde as classes sociais mais vulneráveis vão ocupar os espaços onde há menores investimentos de políticas públicas.

Ao final do século XVIII e, sobretudo, dos primeiros decênios do século XIX, os efeitos da Revolução Industrial, dos progressos técnicos e da revolução demográfica tornaram-se cada vez mais evidentes. O inchaço populacional do território alterou o equilíbrio populacional que existia entre o campo e a cidade. As urbes passam a conviver com inúmeras tensões e carências, gerando os primeiros debates em torno da necessidade de organização e padronização das cidades, vista como solução para a desordem que afligia as zonas urbanas (Gonçalves, 2017). Mesmo com o passar do tempo o planejamento urbano continuou sendo debatido enquanto meio

para promover o desenvolvimento econômico e social e superar crises, sendo adequado ao contexto histórico e econômico no qual a cidade está inserida.

Ao final do século XX, com a recessão de 1973 que foi agravada pelo choque do petróleo, desencadeou-se um conjunto de alterações no capitalismo de regime fordista. Iniciou-se um período de reestruturação econômica, social e política dos Estados. As mudanças das atividades estatais foram acentuadas pelo neoliberalismo e pela globalização, gerando um aumento da competitividade internacional e redução da capacidade dos Estados Nacionais de protegerem suas empresas e seus respectivos trabalhadores (Diniz; Magalhães; Júnior, 2021). Com as mudanças os poderes públicos passaram a ver no “empresariamento urbano” uma forma de promover o desenvolvimento socioeconômico das cidades.

A mudança na forma como as cidades são planejadas e geridas ocorreu como consequência da globalização, da ascensão da ideologia neoliberalista e da crise internacional de 1970, a qual provocou desindustrialização, austeridade fiscal e desemprego, comprometendo a capacidade dos Estados de prover o desenvolvimento das cidades. Os governos municipais assumiram, então, uma postura mais ativa e empreendedora, capaz de lhes garantir maior dinamismo político e econômico (Diniz; Silva; Júnior, 2020, p.08).

Nesse sentido, o planejamento estratégico, método utilizado pelo mundo corporativo e pelas empresas privadas para administração, concebido na Harvard Business School, foi transposto para o setor público e para as cidades. Como exemplo desse processo, o Michael Porter, papa do planejamento estratégico empresarial e consultor de grandes corporações foi contratado para elaborar o Plano Turístico de Salvador (Vainer, 2007). O intuito do planejamento estratégico é realçar as diferenças positivas de determinada empresa, ou cidade, com o intuito de atrair compradores e investimentos. É denominado “empresariamento urbano”, pois transpõe a lógica de organização empresarial para as urbes.

“Os planos de reestruturação buscam resgatar a cultura e a história locais, tornando essas cidades únicas - por suas premiadas iniciativas de sustentabilidade e qualidade de vida e por sua história e cultura - o que lhes confere grande potencial turístico, fator importante para sua economia” (Pancetti, 2010, p.03). Uma cidade com uma imagem positiva, que se destaque pelas suas iniciativas de planejamento, tende a atrair investimentos empresariais, tidos como importantes para a geração de empregos, aumento do comércio e turismo e, consequentemente, maior arrecadação de impostos que podem ser direcionados ao setor de infraestrutura da cidade e para políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento local.

O processo de melhoramento e promoção das cidades pode ocorrer através de reformas urbanas e estratégias de *city marketing*, que busca criar imagens positivas sobre elas para atrair investimentos, compradores dos produtos que nela são ofertados e o turismo. Para Pancetti

(2010, p.02), “a concepção das cidades não se dá apenas nos seus planos arquitetônicos e urbanísticos: hoje, ela também pode estar no papel que esta cidade assume, ou busca assumir, em uma comunidade maior – em seu próprio país ou no mundo”. A “cidade passa a ser, ela mesma, o objeto da especulação capitalista, (re)estruturando-se e (re)produzindo-se para, desta forma, ser vendida com uma imagem atraente e com potencial de valorização” (Diniz; Magalhães; Junior, 2021, p.52).

Ao final década de 1980 surge o conceito de cidade “cidade-global”: cidades com fluxo econômico de bens, serviços e capital capazes de impactarem a economia mundial. As estratégias de promoção dessas cidades fizeram com que elas atraíssem mais centros de comando de grandes grupos transnacionais, crescendo de forma sem precedentes (Pancetti, 2010). O problema do planejamento estratégico é o controle imposto aos corpos e mentes, necessário para “garantir o sossego da burguesia” (Ronilk, 2004). Os indesejados são expulsos dos centros urbanos e os problemas socioeconômicos são excluídos das imagens produzidas.

Dentro do espírito do mundo globalizado, já na década de 1990, surgiram também as “cidades-modelo”. A primeira cidade nessa categoria foi, sem dúvida, Barcelona, que passou por um processo de reestruturação e renovação de sua imagem a partir de 1986, por conta dos Jogos Olímpicos de 1992, dos quais foi sede. Nessa época, a cidade passou por várias melhorias, como em sua infraestrutura e na preservação de prédios históricos, e assim, foi projetada internacionalmente, principalmente através das Olimpíadas (Pancetti, 2010, p.03).

Entre as ações adotadas para que Barcelona fosse reestruturada destacam-se a realocação do porto de Barcelona e da população que vivia na região central para a periferia da cidade. A cidade portuária tornou-se um dos principais pontos turísticos da Europa, tornando-se um modelo para várias cidades do mundo. A cidade de Curitiba, no Brasil, é um desses exemplos. Por mais de 40 anos a cidade implementou ações contínuas, tornando-se um modelo de planejamento e gestão.

Segundo Sánchez (2001, p.31), “as chamadas ‘cidades-modelo’ são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades”. Entretanto, segundo a autora, as imagens são tomadas pelo senso comum como mero resultado do trabalho desenvolvido pelos governantes, que através de “boas práticas”, conseguiram destacar-se no campo urbanístico, ambiental e na de gestão das urbes.

As “cidades modelos” possuem algumas características que visam lhe destacar no cenário nacional e internacional. Prezam pela sustentabilidade, ou seja, consagram-se por utilizar de forma consciente os recursos naturais. Focam na gestão urbana, buscando administrar o ambiente de forma a facilitar a circulação no seu interior, tanto de pessoas quanto de bens e

serviços. Reforçam a preocupação com o meio ambiente, com a saúde e o bem-estar dos indivíduos que nela circulam. No caso de Curitiba, diversas premiações colocam-na em evidência no cenário internacional. Entre eles pode-se citar: Prêmio Latam Smart City 2022; cidade mais sustentável da América Latina segundo Corporate Knights e o prêmio do Pacto de Milão por inovar na produção de alimentos.

As iniciativas de planejamento urbano e mobilidade sustentável foram essenciais para que a imagem de Curitiba ganhasse projeção internacional, mas as pesquisas apontam que esses não são os únicos fatores. De acordo com Albuquerque (2007, p.14), “a política habitacional de Curitiba [...] não fez frente ao paradigma hegemônico de localizar os mais pobres nas regiões mais distantes e menos urbanizadas da cidade”. Porém, segundo a autora, a mídia local e nacional mascarou a periferização e favelização da população de baixa renda na cidade e essa atividade foi vital para a difusão da imagem de “cidade modelo”.

Em suma, os meios de comunicação de massa (jornais, revistas, fonogramas, cinema, rádio, TV, internet e a tecnologia móvel) são fontes importantes para a difusão das imagens das “cidades modelos”. Os processos de utilização do espaço, ao obedecerem a interesses mercadológicos, geram segregação e a forma como a cidade é representada também pode gerar exclusões, silenciamentos e apagamentos que se verificam e podem ser acessado a partir do que é lembrado sobre as urbes.

A expressão “comunicação de massa” foi cunhada, juntamente com “meios de comunicação de massa”, no início no século XX para descrever um fenômeno social novo e uma característica fundamental do mundo moderno que surgia e estava sendo construído sobre os alicerces do industrialismo e da democracia popular. Era uma época de migração rumo às cidades e além das fronteiras e, além disso, de luta entre as forças da transformação e da repressão e de conflito entre impérios e Estados-nação. As mídias de massa (forma plural) são os meios organizados para se comunicar de forma aberta, à distância e com muitas pessoas em um curto espaço de tempo (McQuail, 2012, p.14).

Cabe perceber que a forma como a cidade é representada não corresponde a sua totalidade, mas influencia a percepção que o público tem desses espaços. Por isso, segundo Martins (2016), o estudo do discurso jornalístico, em qualquer época, não pode prescindir de uma análise social, econômica e cultural das suas condições de produção. Os meios de comunicação não são neutros diante do contexto no qual estão inseridos. As escolhas em torno do que vai ser dito e do que vai ser silenciado evidenciam questões de poder. Como evidenciado acima, a referência às cidades como “modelos” busca torná-las competitivas, atraindo investimentos e consumidores. Nesse sentido:

as formas de inserção da cidade na mídia e sua comunicação, tanto para o público local quanto para o mundial, são forjadas de maneira a se ressaltar aquilo que é positivo para a construção de uma imagem comercial. [...] As campanhas publicitárias, as mobilizações e as imagens que são mostradas da cidade remetem a

uma cidade espetacular, onde a produção de signos relacionados é voltada para o bem-estar, estilos de vida “adequados” e “boas práticas” na manutenção dos lugares [...] de forma a evitar qualquer discurso que explicita as contradições ocultas no cotidiano (Honorato; Saraiva, 2016, p.170).

Isso ocorre, pois as mídias de informação “atuam em dois campos que se complementam: o econômico, pois, se trata de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa ao lucro; e o simbólico, uma vez que seu produto busca participar da construção da opinião pública” (Guilherme, 2018, p.203). Outrossim, da virada do século XIX para a primeira metade do século XX, as grandes transformações que marcaram o mundo fizeram com que os teóricos sociais questionassem o papel e poder da imprensa nas mudanças que vinham ocorrendo.

“A crença no poder das mídias de massas baseou-se inicialmente na observação da sua grande disseminação e impacto, especialmente em relação aos novos jornais populares [...] nos EUA, que tingiu o pico em 1910. [...] A Primeira Guerra Mundial viu a mobilização dos jornais e do cinema na maior parte da Europa e nos Estados Unidos para os fins bélicos nacionalistas dos Estados em disputa. [...] Esta impressão foi ainda reforçada pelo que aconteceu na União Soviética e mais tarde na Alemanha nazi, onde os meios de comunicação foram pressionados a entrar ao serviço da propaganda em nome das elites dos partidos dirigentes (McQuail, 2003, p.38).

Por isso, faz-se necessário compreender os interesses e influências que culminaram na forma como as cidades vem sendo representadas. As “cidades modelos” são “cidades mercadorias”. Para Sánchez (2001, p.33) “são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação”.

As cidades “podem ser vistas e ditas de diferentes e contraditórias maneiras e as formas como os indivíduos a significam e vivenciam não derivam apenas de suas experiências diretas com o urbano, mas fundamentalmente das representações que compartilham sobre ele” (Martins, 2016, p.401). Grupos distintos podem representar o mesmo objeto de formas diferentes, por isso as representações são políticas, pois são objetos de disputa. Ao ser criada uma imagem-síntese da cidade para o mercado, são delegados ao esquecimento “a diversidade de sentidos e pontos de vista existentes na cidade, conferindo, assim, poder à unicidade, totalizando, de forma reificada, o que é múltiplo” (Honorato; Saraiva, 2016, p.169).

Portanto, no primeiro tópico deste capítulo observamos que as “cidades modelos” surgem devido demandas do mercado capitalista. Visam tornarem-se competitivas frente a outras cidades do mundo, atrair investimentos e tornarem-se referência na prestação de serviços, beneficiando a economia local. Para isso, além das estratégias de planejamento urbano, os meios de comunicação e as estratégias de *city marketing* aparecem como elementos essenciais

para que se constituam. Em contrapartida, cristalizam uma visão hegemônica da cidade, delegando os indivíduos indesejados ao esquecimento.

2.2 Entre fotos, entrevistas e textos sobre Picos: as características da “cidade modelo”

Neste tópico, mais especificamente, busca-se evidenciar o objeto de estudo deste trabalho. Observa-se que os elementos utilizados pela imprensa para referenciar a cidade de Picos enquanto “modelo” do estado, ao final da década de oitenta, se aproximam dos aspectos reiterados em 2022 pela mídia e pelos sujeitos que vivem e/ou circulam pela cidade, o que sugere que, ao menos no âmbito discursivo e nas mídias locais, esse modo de representar a cidade continua vivo. Assim, buscamos inicialmente entender as características dessa representação e sua aproximação com as memórias da cidade guardadas pelos cidadãos.

Existem recantos da cidade que tocam os sujeitos de maneiras particulares, são especiais, lembrados devido experiências individuais. Essa afetividade pode ter sido gerada por inúmeros tipos de vivências. No entanto, segundo Pesavento (2008, p.03), “também podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo”.

Esses locais são entendidos como, a partir da perspectiva de Nora (1993), “lugares de memória”. Ou seja, são construções realizadas pelos seres humanos, historicamente e socialmente situados, com a função de preservar a memória relacionada a eventos, pessoas e/ou períodos da história. Os lugares de memória são funcionais, pois exercem uma função dentro da sociedade que é alicerçar a memória e são simbólicos, pois substituem algo que em determinado contexto está ausente e/ou dá sentido alguma coisa.

Se, no passado, a memória dependia da capacidade de alguns indivíduos chamados de portadores ou guardiões para guardar e compartilhar, por meio da oralidade, a história do grupo [...] a escrita conseguiu frutificar a memória e a identidade, pois ela se tornou uma extensão da própria memória humana. [...] As narrativas da mídia servem de exemplos dessas possibilidades de leitura, releitura e edição, assim como a própria mídia pode ser vista como extensão ou lugar de memória (Feitosa; Costa, 2019, p.04).

Esses pontos de referência que tendem a ser cristalizados no imaginário social, de acordo com Pollak (1989, p.04), são “as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados”. São os aspectos considerados relevantes de serem lembrados sobre determinado grupo, fato ou local, que são compartilhados por uma coletividade de pessoas. Problematisa-se o processo constitutivo da memória através dos meios de comunicação, pois eles são espaços privilegiados de reiteração dos elementos supracitados e os aspectos reiterados constantemente sobre a cidade de Picos são expoentes dessa atividade.

Figura 1 - jornal *Santo Forte*, 1988.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Na imagem acima, em edição do *Santo Forte* (1988), órgão noticioso interno da companhia São Geraldo de Aviação, podemos observar uma das matérias que aborda a cidade de Picos. Cabe destacar que o texto estava vinculado ao jornal de bordo de uma empresa de transportes, que no período, se configurava como uma de maior atuação no Nordeste.

Foi em 1949, em Caratinga, uma pequena cidade da Zona da Mata em Minas Gerais, cortada pela BR Rio-Bahia, que começou a ser escrita a história da “São Geraldo”. [...] A empresa tinha o nome de “Rodrigues Teixeira & Cia. Ltda”. Apenas sete anos depois é que passou a se chamar Empresa de Vição São Geraldo Ltda, recebendo, em 1968, seu nome atual: Companhia São Geraldo de Vição. A empresa começou a expandir-se a partir da união de seis sócios, em 1961, que, ampliando uma frota constituída por 23 ônibus, incorporaram também novas linhas. Em 1982, a “São Geraldo” comprou a empresa “Nossa Senhora Aparecida” que, na época, era a maior empresa de ônibus do Nordeste brasileiro (Lopes, 2002, p.84).

Os sócios eram Benito Porcaro, Francisco Lopes, José de Paula Maciel, Augusto Braga Filho, Dário Grossi, e Pedro Cabral. De acordo com Almeida (2006), no início da segunda metade do Século XX ocorre a expansão do rodoviarismo brasileiro, a partir da onda migratória que surge em outras regiões do país para o Sudeste. Como parte do processo migratório várias empresas de transportes são criadas no Nordeste, mas posteriormente elas vão focar no contexto intra-regional. A partir disso a maioria das rotas com destino ao Sudeste foram assumidas pelas maiores empresas do setor: São Geraldo, Gontijo e Vição Itapemirim.

Entre 2003 e 2004 a empresa São Geraldo de Vição foi incorporada pela Gontijo, ainda em funcionamento. No ano posterior, de acordo com Lopes (2002), a Companhia possuía uma equipe de 3.600 funcionários, dos quais 1.200 eram motoristas. Possuía 800 ônibus e era a

segunda maior concessionária do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. Além disso, transportava em média 3.000.000 de passageiros por ano. Os jornais produzidos pela Companhia traziam como elemento principal os municípios atendidos pela empresa. Eram produzidas 5.000 cópias, trimestralmente, para serem distribuídas gratuitamente aos clientes.

Figura 2 - Edições diversas do jornal *Santo Forte*, s.d.



Fonte: página do Facebook *Cia. São Geraldo de Viação*, publ. 2016.

Figura 3 - Edições diversas do jornal *Santo Forte*, s.d.



Fonte: página do Facebook *Cia. São Geraldo de Viação*, publ. 2016.

As imagens guardam algumas diferenças, mas trazem inúmeras semelhanças. Primeiro observa-se que a tabela de cores obedece ao padrão da empresa, trazendo o branco e o verde em grande quantidade, assim como era o padrão dos ônibus e fardamento dos funcionários. Essa padronização indica a busca pela construção de uma identidade, de elementos que caracterizem e lembrem a companhia. Outra continuidade observada refere-se ao conteúdo produzido. As temáticas trabalhadas estão relacionadas ao trânsito e as cidades brasileiras, sobretudo aquelas atendidas pela São Geraldo.

Pelo menos duas cidades nas manchetes principais, nas fotos destacadas, podem ser observadas. Na foto 01, na primeira manchete encontramos a menção à cidade de Picos, identificada como “modelo do Piauí”. Na foto 03 identificamos a zona urbana paulista a partir

do seguinte título de manchete “São Paulo: metrópole mundial”. Na terceira foto, apesar da qualidade não permitir que identifiquemos a urbe, encontramos a manchete “O mar do sertão”, caracteriza o centro urbano especificado no corpo da notícia. Na segunda identificamos ainda uma matéria sobre Aracaju, mas não foi possível identificar como foi definida.

De início, dois aspectos chamam atenção nas matérias: o primeiro diz respeito a forma como as urbes foram citadas. Além de serem o conteúdo principal das edições dos jornais, percebe-se que há uma exaltação das cidades através da utilização dos termos escolhidos para caracterizá-las. O segundo diz respeito as fotografias escolhidas e agregadas aos textos produzidos, pois trazem no seu enquadramento uma representação da cidade que corrobora com o defendido nos títulos das manchetes.

Tendo em vista que ao longo do século XX “o jornalismo se constituiu e se legitimou como um dos principais discursos semantizadores da realidade e das suas transformações” (Maduell, 2015, p.34), os jornais ganharam legitimidade e reconhecimento dos sujeitos que lhe acessaram/acessam. Portanto, a forma como as cidades vem sendo representadas pela imprensa ganham status de veracidade e podem ser tomadas como reais ao serem assimiladas pelo público.

Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as ‘verdadeiras’, as ‘reais’, as ‘concretas’ cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma (Pesavento, 2007, p.11).

Percebendo que a qualidade das fotos não permite que sejam analisadas todas as matérias expostas neste trabalho, recorreremos ao que é visível no momento: as fotografias. Segundo Mauad (1996, p.03), “a ideia de que o que está impresso na fotografia é a realidade pura e simples já foi criticada por diferentes campos do conhecimento, desde a teoria da percepção até a semiologia pós-estruturalista”. Ou seja, devemos compreender que a forma como as fotografias são produzidas revelam escolhas de quem as produz, de seus valores, do que desejam evidenciar e silenciar.

Em todas as imagens do jornal *Santo Forte* que constam neste trabalho as fotografias das cidades exploradas trazem a mesma percepção sobre o ambiente urbano. Privilegia-se ângulos em que os pontos turísticos, o patrimônio histórico e o comércio sejam evidência. Dito isso, focaremos esta análise na fotografia escolhida da cidade de Picos, como é possível ver abaixo.

Figura 4 - Centro da cidade de Picos na capa do jornal *Santo Forte*, 1988.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

A fotografia é do final da década de 1970 e foi feita sob a luz do dia. Traz uma vista parcial da urbe, focada no centro da cidade. Abarca, principalmente, o setor comercial, bancário e religioso. Ao fundo, na parte superior, existe uma área ainda não povoada e alguns montes. Um pouco mais abaixo, do lado superior esquerdo, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Declinando para o lado direito observa-se o mercado público e a feira. No mesmo local também é possível encontrar alguns automóveis. No canto inferior esquerdo há um trecho da praça, permeada por árvores, alguns automóveis na lateral e alguns pontos comerciais ao fundo. Do lado inferior direito há o prédio do Banco do Brasil.

Além disso, não há pessoas em evidência. Assim, a centralidade da foto é o meio econômico e material picoense. Os aspectos culturais, em sua multiplicidade, bem como as questões relativas à sociabilidade não são o tema demonstrado. Em concomitância, os bairros periféricos são excluídos do recorte produzido, o que impede que haja a contradição entre o exposto pela fotografia da capa e os problemas socioeconômicos no qual a urbe estava imersa. Existe uma relação entre a foto e o texto, eles se complementam e se reforçam.

No detalhamento das características que constituem a cidade observa-se, inicialmente, a menção ao intercâmbio comercial com a região circunvizinha. O primeiro parágrafo da matéria elenca dezenove cidades que utilizam dos serviços ofertados pelo comércio picoense, além dos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. A matéria cita ainda a quantidade de agências bancárias presentes no município, assim como os parques industriais, a agricultura e a influência da feira-livre enquanto uma das maiores do Nordeste. Quanto aos indivíduos citados, traz a menção somente aos administradores do município, ou seja, os políticos.

Traz ainda que a cidade dispõe de um Campus Universitário. Ao trazer informações sobre a gestão do município, entre outros pontos importantes, descreve-o como “progressista”. Ou seja, em constante desenvolvimento tecnológico, econômico e social, devido aos inúmeros serviços ofertados à Picos e macrorregião. No âmbito da economia, segundo a matéria, a força do município era oriunda da pecuária, agricultura, indústria e comércio. Era o município do

estado que mais arrecadava Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM e o segundo colocado na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Exclui-se da matéria uma gama de aspectos e sujeitos que compõem, formam, o centro urbano.

A cidade é, sobretudo, uma “materialidade” erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. [...]Mas a cidade, na sua compreensão, é também “sociabilidade”: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. [...]Mas a cidade é, ainda, “sensibilidade”. [...] A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (Pesavento, 2007, p.13-14).

A constituição da cidade realizada pelo jornal de bordo está diretamente ligada aos interesses da companhia São Geraldo de Viação, pois não havia o intuito de mostrar a pluralidade da zona urbana picoense, nem os problemas que enfrentava no período. Enquanto rede de transportes o interesse da empresa era fomentar o turismo, o que geraria lucro para ela mesma. Em contrapartida, a forma como mostrava os centros urbanos não gerava conflitos com os clientes das cidades que atendia, tendo em vista que não manifestava opiniões desconfortáveis sobre as urbes.

Como escreve Martins (2016), embora sofram pressão, jornais e jornalistas não se constituem apenas como suporte do discurso de outros poderes ou setores da sociedade, pois eles também possuem interesses próprios e participam do jogo de poder e influência. Nessa perspectiva, identificar quem construiu determinadas representações sobre a cidade é importante, pois as mídias podem atuar como ferramentas que visam salvaguardar certas memórias dentro daquilo que se entende que deve ser lembrado ou esquecido.

Se analisarmos as memórias individuais dos sujeitos que vivenciam a cidade será possível observar que elas se distinguem em muitos aspectos. Isso ocorre devido as vivências próprias de cada sujeito no local. No entanto, também encontraremos uma prevalência de determinados espaços, aspectos e/ou sujeitos que para os indivíduos caracterizam a urbe. Segundo Pollak (1992), tanto as memórias individuais quanto coletivas guardam elementos irredutíveis, onde a solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.

É possível identificar os elementos solidificados sobre a cidade de Picos em textos produzidos anos após a matéria analisada acima, como é possível ver abaixo.

Picos, a Cidade Modelo, é um dos mais importantes municípios piauienses, sendo uma referência na região centro-sul do estado e o principal entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando o Piauí ao Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Sua forte influência econômica afeta não só as cidades circunvizinhas como também outros estados. Essa força surgiu com a pecuária e logo se estabeleceu com o comércio (Piauí Governo do Estado, 2017).

O trecho difere da matéria anterior, pois foi produzido por um órgão governamental. Foi disponibilizado pelo site do governo do estado do Piauí, ainda no período da gestão do governador Welliton Dias do Partido dos Trabalhadores-PT. Ainda que 29 anos separem os dois textos, a forma com o qual a cidade é referenciada segue a mesma. O texto de 2017 é quase uma cópia daquele produzido em 1988, trazendo a questão do entroncamento rodoviário, a economia e o comércio como fatores constituintes da urbe.

Aliás, Picos possui uma das maiores feiras livres da região Nordeste e realiza diversos eventos ligados ao agronegócio onde, além da pecuária, o mel é um destaque. Na cidade vizinha de Bocaina, há uma barragem homônima, que é bastante utilizada pela população também como balneário. Na parte cultural, destaca-se a catedral de Nossa Senhora dos Remédios, templo em estilo neogótico, e o museu Ozildo Albano, que possui um acervo sobre a história do município (Piauí Governo do Estado, 2017).

Na continuidade do texto, como é possível ver acima, identifica-se que além dos antigos elementos acrescenta-se novos à composição urbanística da cidade. Um dos destaques é o museu Ozildo Albano que concentra uma gama de materiais sobre a história de Picos. Percebemos também, mais uma vez, a valorização da igreja, dessa vez como parte da cultura local. Além do escrito ao longo da matéria há uma imagem que complementa o exposto.

Figura 5 - Centro de Picos no site do governo do estado do Piauí, 2017.



Fonte: *Piauí Governo do estado*.

A fotografia é mais recente, da década de 2010. Ao centro tem Catedral Nossa Senhora dos Remédios, conteúdo principal. Do lado inferior esquerdo há uma pequena parte da feira, do outro alguns pontos comerciais e ao fundo construções que são pontos de comércio e residência. Porém, todos esses elementos são secundários, a igreja é o foco. Mais uma vez os elementos materiais da cidade são o destaque. Acredita-se que mostrar a cidade de tal forma, ignorando seus problemas, beneficiou/beneficia os gestores do estado e do município.

Outro exemplo passível de análise é a matéria “Qual a Picos dos seus sonhos? Picoenses falam do amor pela cidade”, produzida pelo portal de notícias *CidadeVerde.com* no ano de 2022, em comemoração ao aniversário de 132 anos do município. Vários elementos ao longo

do corpo do texto coincidem com os analisados anteriormente. Abaixo é destacado um dos trechos em que Picos é referenciada como “modelo” do estado.

São exatos 132 anos marcados por memórias, experiências, que fazem da cidade destaque no comércio pujante, polo educacional, referência nos serviços em saúde para uma macrorregião que congrega 42 municípios. [...] No vai e vem agitado, encontramos alguns personagens que destacaram o caráter acolhedor da ‘Cidade Modelo’, um verdadeiro celeiro de oportunidades (*CidadeVerde.com*, 2022).

O portal citado acima é um dos componentes do Grupo Cidade Verde, pertencente a Jesus Elias Tajra. O grupo integra também a TV Cidade Verde de Picos, as rádios Cidade Verde e CV Mais e o aplicativo CV Play. Televisão Pioneira Ltda. O empresário piauiense, por sua vez, tem uma vasta jornada na política: foi deputado estadual do Piauí pelo ARENA, de 1967 a 1971 e prefeito da cidade de Teresina pelo Partido Democrático Social-PDS, de 1982 a 1983. Segundo Cordão e Leal (2014) a partir de 1988 o Grupo Cidade Verde adotou o slogan “a boa imagem do Piauí” quando se tornou filiado ao Sistema Brasileiro de Televisão-SBT.

Ou seja, busca construir uma imagem de veículo de comunicação genuinamente piauiense que tem como missão valorizar a cultura e o potencial turístico e empresarial do estado. Em sincronia, a matéria supracitada traz em sua essência uma imagem marcada por boas referências da cidade. Mais que isso, reforça o exposto através de entrevistas de cidadãos. As falas, por sua vez, ajudam-nos a compreender o imaginário social construído sobre a urbe. A fotografia utilizada também guarda semelhanças com aquelas vistas anteriormente.

Figura 6 - Centro de Picos no portal de notícias *CidadeVerde.com*, 2022.



Fonte: portal *CidadeVerde.com*.

A igreja está ao fundo, alguns pontos de comércio e o Banco de Brasil ao meio. Na parte superior da foto, em evidência, o céu claro e azul, que traz uma sensação de calma e serenidade, realçando a característica de cidade “acolhedora” que o texto busca enaltecer. A periferia não aparece. Alguns cidadãos concederam entrevista ao portal, através de suas falas é possível identificar o que vem sendo lembrado sobre a urbe.

Aqui cabe uma observação: no processo “de seleção, organização e transformação de fatos em acontecimentos jornalísticos, traz múltiplos textos que vão compor o texto final que

chamamos de ‘jornal’, no qual encontramos diferentes vozes que expressam o sistema de crenças e valores da sociedade” (Lerner; Gradella, 2011, p.37). Por isso é possível encontrar sessões voltadas, especificamente, para interação com o público. Porém, a própria participação popular é delimitada para que os objetivos do segmento não sejam afetados. O texto jornalístico é geralmente associado às ideias de “objetividade” e “neutralidade” e sua estrutura é produzida para que o leitor tenha essa percepção.

Em concomitância, os textos produzidos em contato com o público, explicitados nos meios de comunicação impressos, não representam a pura transferência de suas opiniões para as matérias. Antes de serem publicadas passam por um processo de seleção, onde são escolhidos aqueles que serão publicados, assim como os trechos que serão expostos e quando irão ser divulgados. Tudo isso é feito a partir dos interesses dos próprios jornais e os textos publicados em meios digitais também não fogem dessa premissa.

O primeiro entrevistado da matéria acima foi um professor da rede particular de ensino picoense, chamado Pedro Amadeu. Ele veio de São Paulo para o Piauí e reside na cidade desde 2010. Sobre suas impressões sobre a cidade, disse: “eu vim de São Paulo para cá e acho Picos um lugar muito bom. A cidade evoluiu bastante desde quando cheguei, os investimentos, a infraestrutura. Acho que o que ainda precisa ser pensado é o trânsito que é bem caótico” (*CidadeVerde.com*, 2022).

A primeira parte da fala mostra concordância com o que vem sendo exposto pela mídia, que a cidade está em processo de evolução e progresso. No entanto, ao final percebe-se uma crítica ao trânsito, para ele, desorganizado. Isso mostra que, “podem ser identificados comportamentos, manifestações e movimentos que indicam e afirmam que o campo de possíveis ações que é o espaço urbano nunca estará totalmente capturado pelas estratégias de poder de seus governos midiáticos” (Sánchez, 2001, p.47).

O segundo entrevistado é José Leal Filho. Ele relatou: "Picos se tornou uma cidade muito querida. Uma cidade que a gente nasceu aqui, mora aqui e pretendemos que desenvolva ainda mais. Aqui tem muitas oportunidades, abrange vários municípios da região, é uma cidade maravilhosa"(*Cidadeverde.com*, 2022). A terceira entrevista é de Nedina Sousa. Segundo ela, “Picos representa muito, é uma cidade que tenho um carinho muito especial. Picos é muito acolhedora, meus filhos vieram de São Julião para cá, estudaram e aqui construíram suas famílias” (*Cidadeverde.com*, 2022). Segundo Sousa (2021), durante as décadas de 1980 e 1990 a cidade ainda era provinciana, com uma densidade demográfica bem inferior a atual e por isso, na memória dos cidadãos, pode aparecer como um local tranquilo para se viver e frequentar.

Logo, conclui-se que as matérias buscam enfatizar que Picos é uma “cidade modelo”, sobretudo devido ao número de bens e serviços encontrados na urbe. Observa-se ainda que os meios de comunicação são locais privilegiados na atividade de cristalização do que deve ser lembrado sobre a cidade, pois possuem credibilidade. No entanto, não produzem seu conteúdo de forma neutra, sendo influenciados pela subjetividade e interesses dos jornalistas e segmentos para o qual trabalham.

2.3 Os excluídos da “cidade modelo”: os problemas socioeconômicos em Picos

Diferentemente do que foi desenvolvido no tópico anterior esta parte da monografia não estará concentrada nos elementos que caracterizam Picos como “cidade-modelo”, mas nas questões que são ocultadas para sustentá-la, no que tem sido escamoteado pelo processo de produção e consolidação da imagem da urbe. Para isso, além da bibliografia existente, utiliza-se dados extraídos do *Atlas da exclusão social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)*, produzido pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO).

De acordo com Lima (2019, p.170), “as atividades comerciais, que são um dos principais guias responsáveis por revelar quem é Picos/PI, em tempo atual [...] foram transformando-se à medida que os quadros econômicos e extrativos em território piauiense estiveram submetidos”. Nesse sentido, o contexto político e econômico nacional fora de suma importância para as modificações sofridas no município e, mais especificamente, na zona urbana picoense. Tais mudanças impulsionaram determinados problemas na urbe.

Os primeiros indícios de povoamento da região datam do século XVIII, a partir das fazendas de gado do português Félix Borges Leal que veio da Bahia para o local, segundo a hipótese mais aceita da história de Picos. “Por ser uma área considerada fértil para o desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e, mais tarde, do comércio, a cidade de Picos recebeu imigrantes de distintas naturalidades, dentre as quais se destacam a portuguesa e a italiana” (Sousa, 2021, p.141). Assim, a economia foi se constituindo a partir da base agrícola e pecuária.

Até o final das décadas de 1940 e 1950 o núcleo urbano picoense ainda estava fortemente integrado ao meio rural. O processo de transformação do espaço, na segunda metade do século XX, e as conseqüentes disfunções ocasionadas decorreram do contexto histórico no qual o país estava situado.

Paralelamente à reinvenção de um novo Nordeste a partir do pensamento Furtadiano, no Piauí, houve destaque para o reaparelhamento da máquina pública estatal, representado pela criação de diferentes secretarias/órgão de controle e execução, bem

como também, infraestruturais, cujo objetivo foi de buscar uma integração da capital, Teresina, ao restante do estado, processadas nos anos de 1960 e 1970. Em Picos/PI, proposições com foco em renovações, foram consumadas a partir de dois grandes projetos de impacto urbanístico e de ideologia nacional, na perspectiva da integração: construção da BR 230 – Transamazônica e o primeiro Plano Diretor Municipal (Lima, 2019, p.170).

A construção da Rodovia Transamazônica foi conduzida pelos trabalhos do Exército Brasileiro, representado pelo do Batalhão de Construção e Engenharia (BEC), a partir Programa de Integração Nacional (PIN). Por isso, o 3º BEC foi transferido da capital do Rio Grande Norte, Natal, para a cidade de Picos-PI em 1970. A instituição do aparato militar no território, no entanto, não ocorreu de forma simples.

No início dessa década [1970] produções discursivas presentes em alguns jornais [...] apresentaram, enquanto necessidade, a construção da Rodovia Transamazônica como forma de desenvolver as regiões Norte (considerada um vazio demográfico) e Nordeste (encarada enquanto um local de “pobreza” e de grande contingente populacional). [...] A cidade de Picos foi considerada como o “marco zero” da Transamazônica, devido às junções da BR-230 e BR-232 em seu espaço, ao passo que foi atravessada por alguns sentidos, como uma cidade que possuía uma grande quantidade de “flagelados”. A “pobreza” foi inventada discursivamente em Picos para justificar a sua necessidade de ser inserida na PIN (Moura, 2014).

Em concomitância, foi instalado na cidade uma unidade do Campus Avançado, ligado à Universidade Federal de Goiás, para promover o ordenamento econômico e social. Defendia-se que, com a instalação da Transamazônica, a cidade iria se desenvolver, mas se o seu crescimento não fosse ordenado o desconcerto persistiria. A construção não foi a única instituída com a ideia de “modernizar” Picos. Ainda objetivando inserir a cidade no PIN, a Câmara de Vereadores promoveu debates sobre a implantação de um Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano, para justificar algumas alterações na cidade.

Nesse mesmo processo de reordenamento do espaço urbano, durante a década de 1970, não somente o Estado brasileiro participou, mas a Igreja Católica, o 3º BEC e alguns civis da cidade, que juntos formaram a Associação Beneficente João XXIII (que era mais ligada à Igreja Católica), que possibilitou a construção do Abrigo “Joaquim Monteiro”, construído para receber os “velhos mendicantes” e os “pedintes” que circulavam pelos patamares das igrejas de Picos (Moura, 2014).

Os usos dos espaços da cidade foram sendo modificados, com destaque ao entorno da praça Félix Pacheco e da Avenida Getúlio Vargas que passaram a concentrar inúmeras atividades comerciais. Assim, dentro deste contexto, a cidade passou a receber pessoas de diferentes lugares do Piauí e do Nordeste que estavam ávidos por empregos e novas perspectivas de vida. Outro fator que ajudou a atrair novos moradores para Picos nos anos de 1970 foi a instalação das indústrias Coelho de fiação e têxteis, referência no âmbito empregatício (Lima, 2019). Assim a cidade foi crescendo.

Picos tornou-se uma cidade “afetada por graves problemas de estruturação urbana, tais como: ausência de saneamento básico, má distribuição de energia e água, ausência de calçamentos nas ruas, bem como a precariedade do transporte público urbano nos bairros” (Santos, 2017, p.19). Segundo Carvalho (2015, p.32), Picos “tornou-se local de atração para milhares de pessoas, as quais se sentem atraídas por diversos motivos, como acesso à educação, saúde, emprego e qualidade de vida, o que não significa que a cidade consiga atender satisfatoriamente toda a demanda que lhe cabe”.

O processo de expansão desorganizado da urbe contribuiu efusivamente para a acentuação das mazelas urbanas.

As transformações urbanas em Picos/PI, nos idos da década de 1970, não se concentraram apenas no centro, mas sobretudo em sua periferia, com a paulatina expansão horizontal [...]. Com exceção [...] da capital Teresina, de onde emergiram as primeiras favelas, ainda em fins do séc. XIX e início do século seguinte, Picos/PI foi a primeira cidade do interior do Piauí a conhecer tal condição de pobreza urbana, historicamente concentrada nas grandes cidades (Lima, 2019, p.175).

Os processos de reurbanização foram responsáveis por modificações que não se restringiram ao meio material da cidade. Também induziram o que ficou guardado na memória dos cidadãos. A perspectiva de sucesso econômico ao qual Picos está atrelada não é mera narrativa. De fato, como observa Carvalho (2015), a cidade é uma região de influência e atende, em média, 40 cidades vizinhas que dependem dos seus serviços (comércio, hospitais, centros universitários e afins). Com o aumento populacional ocorrido a partir de 1970 na cidade, deu-se maior destaque ao comércio a partir do intercâmbio com outras cidades e estados.

Os produtos ofertados no comércio picoense começaram a ser importados e vendidos, diminuindo a força da agricultura. Ou seja, os produtos (como o alho) não eram mais plantados às margens do Rio Guaribas em Picos, colhidos e comercializados, mas comprados e vendidos. A partir de 1990 ocorre uma nova etapa de relações entre campo e cidade em Picos/PI, diferente da agricultura citada anteriormente, que tinha suas atividades executadas às margens do Rio Guaribas. O conjunto de atividades produtivas e econômicas dos ramos apícola e cajucultor ganharam força, tornando o município um dos maiores exportadores de mel do país. Isso contribuiu para a economia do município, incidindo em uma maior arrecadação de impostos e, consequentemente, com a designação de “cidade modelo” e “capital do mel” (Lima, 2019).

No entanto, como reforçado anteriormente, o crescimento da zona urbana guarda inúmeros problemas que foram silenciadas em nome do dito progresso. Esse efeito não é incomum. Picos não fez frente aos problemas enfrentados pelas cidades brasileiras, onde determinados indivíduos são delegados ao silenciamento oriundo dos problemas urbanos. Retornando as décadas de 1980 e 1990 o *Atlas da Exclusão Social: a herança deixada (1980-*

2000) ajuda a compreender a situação de vulnerabilidade social no qual a cidade de Picos estava imersa. O documento foi lançado em 2003, pela Fundação CEPRO, que na época tinha como presidente Marcelino de Oliveira Fonteneles. Foi organizado por Gerson Portela Lima. Os dados apresentados no documento têm como base os dados divulgados no livro *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, volumes 1 e 2, publicado pela Cortez Editora e autorizado para uso da CEPRO pela referida editora.

O Atlas da Exclusão Social é um livro de referência para profissionais e acadêmicos que se interessam pela temática da responsabilidade social. Os autores realizaram uma ampla pesquisa, no ano de 2000, envolvendo os 5.507 municípios brasileiros e a apresentam em 41 mapas (nacionais e regionais), dando forma a uma verdadeira geografia da exclusão social no Brasil (Andion, 2004, p.02).

O relatório traz o cálculo do Índice de Exclusão Social nos municípios piauienses entre 1980 e 2000, tomando como referência estudos similares acerca do Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e do Índice de Condições de Vida (ICV). É um estudo que mapeia e analisa as desigualdades sociais e econômicas no estado do Piauí. Examina questões como acesso à educação e renda, a fim de identificar as áreas e grupos populacionais mais vulneráveis e excluídos. Com isso, evidencia as disparidades sociais e a necessidade de direcionar políticas públicas e ações para reduzir essas desigualdades, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo para a população do estado.

Para calcular o índice são avaliadas três dimensões (vida digna, conhecimento e vulnerabilidade) e sete indicadores: pobreza, emprego formal e desigualdade social (indicadores usados para medir a dimensão “vida digna”); alfabetização e escolaridade (conhecimento); juventude e violência (vulnerabilidade). As dimensões referem-se aos aspectos amplos que são analisados para compreender as desigualdades sociais. Ou seja, são três aspectos que incidem diretamente na exclusão social.

Os indicadores, por sua vez, são as variáveis específicas utilizadas para medir cada uma dessas dimensões. Por exemplo, para medir o nível de “conhecimento” obtido através da educação formal pela população dos municípios e perceber os impactos do nível educacional no processo de segregação selecionou-se uma amostra (número de pessoas) e mediu-se o número de alfabetizados e os anos de estudo desse grupo selecionado. Isso será visto de forma mais detalhada adiante neste trabalho.

A exclusão social designa “não só a degradação do mercado de emprego e a decadência/regressão das solidariedades sócio-comunitárias, mas sobretudo a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do ‘progresso’ económico e da partilha dos benefícios daí resultantes” (Guerra, 2012, p.03). Ou seja, refere-se à condição em que

determinados indivíduos e/ou grupos, diferentemente daqueles que pertencem as classes sociais dotadas de maiores recursos econômicos, são impedidos de participar plenamente da vida em sociedade devido a diferentes fatores, tais como pobreza, discriminação, falta de acesso a serviços básicos, entre outros. Ou seja, os excluídos são aqueles que não têm direito ao trabalho digno, educação, saúde, habitação e à igualdade de oportunidades.

No Brasil a desigualdade social é um problema sério. O *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)* fez um *ranking* dos estados onde constavam os estados com menor e maior grau do problema. Em 1º lugar, com o menor/melhor índice de exclusão social do país, na década de 1980, estava São Paulo. O Piauí ocupava a 22º posição entre os 24 estados brasileiros analisados. Ou seja, possuía um dos maiores/piores índices de exclusão social do Brasil. No ano 2000 foram analisados 27 estados, pois acrescentou-se a análise dos percentuais do Mato Grosso do Sul, do Tocantins e do Distrito Federal. O Distrito Federal ocupou a 1º posição do país, enquanto o Piauí ficou na 25º colocação.

Os municípios piauienses também foram ranqueados. Para proceder a leitura do documento é preciso compreender alguns dos seus aspectos. O índice de exclusão social varia de 0 a 1 e sua leitura deve ser feita do seguinte modo: a unidade de análise cujo índice é baixo, próximo de zero, é possuidora de tecido social na pior condição, com elevado grau de exclusão social, enquanto a unidade de análise cujo índice é elevado, próximo de 1, é detentora de tecido social em melhor situação, possuindo baixo grau de exclusão social. Portanto, quanto mais próxima de zero, mais negativa é a situação.

Os valores das faixas da legenda para o índice de exclusão social por município foram definidos da seguinte forma: de 0,000 a 0,400 (pior situação); 0,400 a 0,500; 0,500 a 0,600; 0,600 a 1,000 (melhor situação). Em nível de município as faixas possuem valores fixos, imutáveis para todos os índices, seja o índice-síntese de exclusão social, sejam os sete índices componentes.

Em síntese, o índice de exclusão social é obtido a partir de três dimensões supracitadas (vida digna, conhecimento e vulnerabilidade). As dimensões, por sua vez, são obtidas a partir dos indicadores citados acima. Por último, os indicadores e o índice de exclusão social são classificados a partir de quatro faixas (de 0,000 a 0,400; 0,400 a 0,500; 0,500 a 0,600; 0,600 a 1,000) e quanto mais próximo de zero, pior.

É importante analisar os indicadores separadamente, pois podem variar. Por exemplo, um município pode ter um péssimo indicador de “emprego formal”, mas apresentar um bom resultado no indicador de “alfabetização”. Em contrapartida, um município pode estar em uma boa posição no *ranking* estadual, mas apresentar muita exclusão social, pois sua classificação

pode ser resultado de graus de exclusão ainda piores em outros municípios. No ano 2000, marco final da pesquisa, o Piauí possuía 221 municípios.

Para fins de organização, nas tabelas foram colocados apenas os quatro municípios com os menores índices de exclusão social do Piauí. A seguir, em outras tabelas, foram organizados os sete indicadores utilizados no relatório para chegar ao índice de exclusão social. No ano 2000, de acordo com Lima (2019), a população picoense estava dividida da seguinte forma: 52.547 pessoas residiam no centro urbano e 16.427 moravam no meio rural.

Tabela 1 – Classificação dos índices de exclusão social por municípios piauienses em ordem decrescente (1980-2000)

Município	População	Índice de exclusão social	Posição no ranking estadual
Teresina	715.360	0,521	1°
Floriano	54.591	0,443	2°
Picos	68.974	0,441	3°
Parnaíba	132.282	0,431	4°

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980 - 2000)*.

Como apontado anteriormente, no período analisado, o Piauí estava no campo dos estados brasileiros mais afetados pela exclusão social. Percebemos, a partir da tabela, que o município de Picos, por estar dentro do contexto estadual, também não conseguiu quebrar esse padrão. Teresina ficou na melhor classificação, pois como é possível observar de acordo com o índice de exclusão social é aquele em que os números estão mais próximos de 01 segundo as quatro faixas estabelecidas para seu cálculo.

Tabela 2 – Índices de pobreza e emprego formal por municípios piauienses (1980-2000)

Município	Pobreza	Posição no ranking estadual	Emprego formal	Posição no ranking estadual
Teresina	0,535	1°	0,215	1°
Floriano	0,408	4°	0,069	10°
Picos	0,426	2°	0,072	9°
Parnaíba	0,383	8°	0,082	6°

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)*.

É importante relembrar que, quanto maior o número, melhor o índice. Nesse caso, Teresina tem o menor índice de pobreza do estado, pois o “índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um” (Andion, 2004, p.01). A cidade de Picos ocupa a 2ª posição no estado, abaixo de

Teresina. A amostra da pesquisa, o grupo de pessoas escolhido para participar, foram os chefes de família (os responsáveis por arcar com as despesas do lar).

O índice de pobreza refere-se apenas aos rendimentos dos chefes de família, ou seja, ao quanto recebem mensalmente. Busca quantificar os sujeitos que vivem nos municípios e estão abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com até meio salário-mínimo. Portanto, quanto menor o índice, maiores são os números de chefes de família que residem no município com até meio salário-mínimo e pior é a situação deles e dos seus dependentes. Em termos comparativos é possível perceber a gravidade da situação em Picos que se encontrava. No âmbito nacional o melhor índice do país, no ano 2.000, era do Distrito Federal (0,998). O número revela a discrepância entre os estados e expõe o problema em torno da situação picoense.

O número de empregos formais no município de Picos, de trabalhadores com carteira assinada, é outro ponto que chama atenção. De acordo com Carvalho (2015) a partir da década de 1970, devido a instalação das Indústrias Coelho de Fiação e Têxteis e a chegada do 3º BEC na região, a cidade passou a receber pessoas da zona rural do município e de outros estados em busca de empregos e melhores condições de vida. Porém, como é possível observar na tabela acima, o índice de empregos formais entre 1980 e 2000 é quase zero.

Inclusive, apesar de apresentar “condições que justificam sua referência dentro de seu quadro regional, a partir do abrigo de um cabedal de comércios e serviços que atendem parcelas amplas de um conjunto populacional, de origens diversas e com anseios em comum” (Lima, 2019, p. 88), fica na 9ª posição no ranking estadual, abrigando um número pequeno de trabalhadores formalizados. Compreende-se que o ideal é a existência de “carteira assinada” para todos que desenvolvem trabalho assalariado. A informalidade reduz a seguridade social e expõe os trabalhadores aos mais diversos tipos de riscos.

Segundo informações colhidas no próprio documento, no período, todos os municípios piauienses eram detentores de baixíssimo grau de formalidade das ocupações. No *Atlas da Exclusão Social do Brasil*, documento que fornece as bases para o *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)*, percebe-se que “apenas 10,3% dos municípios contam com uma estrutura ocupacional marcada pelo assalariamento formal, quase todos localizados na região Centro-Sul do país” (Andion, 2004, p.01).

Tabela 3 – Índices de desigualdade e alfabetização por municípios piauienses

Município	Desigualdade	Posição no ranking estadual	Alfabetização	Posição no ranking estadual
Teresina	0,171	1º	0,813	1º

Florianópolis	0,093	2º	0,752	3º
Picos	0,078	3º	0,719	8º
Parnaíba	0,075	5º	0,701	6º

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)*.

A tabela acima traz o indicador “desigualdade”. Nele quantifica-se a disparidade salarial entre os chefes de família nos municípios. Neste contexto, identificou-se que em todo o estado existia um número mínimo de pessoas que recebiam mais de dez salários-mínimos mensalmente, enquanto a maior parte da população recebia menos que dez salários-mínimos. Ou seja, poucos ganhando muito e muitos ganhando pouco. A capital do Piauí se destaca, no âmbito nacional, com um dos piores índices de desigualdade do país. O município de Picos, como é possível verificar acima, estava em uma situação ainda pior.

Neste índice a pior situação é a de Rio Branco, com 0,155, seguida por Teresina (0,171) e Manaus (0,178). Boa Vista encontra-se como a 5ª pior capital (0,201), Macapá é a sétima pior (0,213) e Porto Velho, a 8ª pior (0,219). Portanto, das oito piores capitais – com maior desigualdade social - as quatro periféricas estão incluídas, encabeçando inclusive este ranking negativo. Este índice demonstra o desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda. Mostra a concentração de renda existente nestes municípios (Staevie, 2015, p.196).

Segundo Sousa (2021) os habitantes da cidade de Picos, ao se recordarem das décadas de 1980 e 1990, indicam em um primeiro momento que a zona urbana picoense estava se expandindo territorialmente e desenvolvendo-se economicamente. No entanto, como a autora supracitada mostra, a urbe vinha sofrendo com inúmeros problemas que afetavam a saúde da população, como a falta de saneamento básico. Em contrapartida, os indicadores analisados anteriormente evidenciam que a maior parte da população se encontrava em péssimas condições salariais, o que permite compreender que o “desenvolvimento” não abarcou todos igualmente.

É importante mencionar que entre as capitais dos estados brasileiros em que se apresentam altos índices de exclusão social a situação dos demais municípios é ainda mais grave.

Em sua maioria, a situação dos demais municípios é pior do que a observada nestas cidades [capitais]. As capitais são “ilhas de excelência” se comparadas aos demais municípios. Outro ponto fundamental é que o índice é geral para o município, não contempla as diferenças dentro dos mesmos, isto é, não considera as desigualdades existentes entre os bairros mais “ricos” e mais “pobres” da cidade. O município é a unidade geográfica homogênea de referência (Staevi, 2015, p.194).

Retornando ao documento que vem sendo analisado observa-se que, se os números vistos até o momento eram negativos, os relacionados ao índice de alfabetização no município são consoladores. Picos apresentava um número positivo de alfabetizados, apesar de não ficar como primeiro colocado no estado. No entanto é importante salientar que o correto é termos um número de zero analfabetos no município. Carvalho (2015) relembra que um dos fatores

que contribuiu para a migração de pessoas do campo picoense para a cidade foi a questão educacional. Segundo ela muitos pais mandavam seus filhos para a parte urbana de Picos na esperança de que eles pudessem ter uma educação de maior qualidade. Esse movimento ocorre até os dias atuais.

Tabela 4 – Índices de escolaridade, juventude e violência por municípios piauienses (1980-2000)

Município	Escolaridade	Ranking no estado	Juventude	Ranking no estado	Violência	Ranking no estado
Teresina	0,631	1°	0,611	17°	0,952	209°
Floriano	0,479	2°	0,589	29°	0,993	185°
Picos	0,410	4°	0,641	7°	0,988	189°
Parnaíba	0,451	3°	0,582	34°	0,991	186°

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)*.

É importante salientar que o *Atlas da Exclusão Social no Piauí: a herança deixada (1980-2000)* considera que o entrelaçamento entre os indicadores é um dos pontos importantes para compreender o tecido social dos municípios. Pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE contabilizam todos os sujeitos dentro dos municípios para realizar suas análises. O relatório que vem sendo estudado busca pensar a desigualdade social a partir de uma premissa diferente.

Nesse caso a amostra de indivíduos selecionados para pensar o grau de escolaridade no município, mais uma vez, são os chefes de família. Compreende-se que, poucos anos de estudo relegam as pessoas aos piores empregos e aos mais baixos salários. Quanto menor a escolaridade (mais baixo o índice), piores as condições de trabalho e de vida, quase nulas as oportunidades de crescimento pessoal e maior a exclusão. Nesse contexto, quanto mais baixos forem os salários dos chefes de família piores serão as condições dos seus dependentes e de toda a família que está sob sua responsabilidade.

Se anteriormente avaliou-se que a cidade de Picos se destacava pelo número de alfabetizados, neste ponto observa-se que os anos de estudo da população no município ainda eram poucos. Picos não rompe com o contexto nacional, onde “53,6% dos municípios pesquisados possuem elevada participação de chefes com pouca escolaridade e em 2,12% das cidades pesquisadas a maioria absoluta dos chefes de família não sabe ler ou escrever” (Andion, 2004, p.02). Observa-se ainda o indicador de juventude, que se refere à questão da idade da população. Uma população jovem, com elevada proporção de crianças e jovens por família, indica alto grau de dependência dos(as) responsáveis familiares (os chefes de família). Picos

estava em situação razoável nesse quesito, bem como no indicador de violência. No *ranking* estadual Picos ocupa uma das piores posições, mas apresenta um índice bom (quase 1).

Isso ocorre, pois todos os municípios do estado apresentaram uma situação confortável nesse índice, distante dos números indicativos da exclusão, inseridos na faixa de melhor situação social, que vai dos índices 0,6 a 1,0. Esse índice mostrou um baixo número de homicídios há cada 100 mil habitantes. No Brasil, de acordo com o *Atlas da Exclusão Social*, “13,9% das cidades apresentam uma alta incidência de homicídios e sua localização não coincide com os territórios onde estão os maiores índices de exclusão” (Andion, 2004, p.01). Os estados do Nordeste apresentavam, quantitativamente, um baixo número de homicídios.

Isso decorre de vários fatores. Entre outros motivos o Nordeste possuía uma estrutura socioeconômica e demográfica diferente, com menor urbanização e concentração populacional em comparação com o Sul e Sudeste. Essas diferenças impactaram nos índices de violência, já que a dinâmica social e econômica influencia diretamente a incidência de crimes. Ao mesmo tempo esse fator explica os motivos pelos quais, apesar do baixo número de crimes citados acima, Picos estava em uma das piores posições do estado, assim como Floriano, Parnaíba e Teresina. Percebe-se que a situação dos municípios decorre, sobretudo, por possuírem as maiores cidades do Piauí no período, sendo a capital teresinense aquela que está em uma das piores situações por ser a maior delas.

Percebe-se que os piores índices do município de Picos são os que avaliam os números de empregos formais e concentração de renda no município. De acordo com os dados coletados pelo IBGE em 2022 existiam 83.090 habitantes no município. Em 2021 o salário médio mensal era de 1,7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,82%. 41,8% da população mantinha-se com apenas meio salário-mínimo. Além disso, apenas 40,2% dos domicílios possuem esgotamento sanitário (IBGE, 2022). Assim, a realidade no município e, conseqüentemente, na urbe ainda exhibe cicatrizes profundas.

Ou seja, os processos de “modernização” ao qual a cidade foi exposta não acabou com as tribulações que nela existia. Em contraposição, o crescimento desorganizado da urbe tem gerado inúmeros problemas, afetando principalmente os sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social. Compreende-se que os problemas enfrentados fogem dos limites de atuação dos gestores do município e revelam a situação de vulnerabilidade social em que o Piauí e demais estados do Nordeste se encontram. No entanto, chama atenção o silenciamento desses aspectos da cidade nos discursos acerca da “cidade modelo”.

Concluimos neste capítulo que Picos não se lança no cenário regional e nacional como “cidade modelo” de forma ingênua. Segue o mesmo caminho de outras cidades do Brasil e de

outros países que buscam tornar-se competitivas no mercado e atrair investimentos. Para isso é preciso definir o que deve ser cristalizado na sua imagem, bem como o que deve ser apagado. Nesse sentido, a economia foi de suma importância. Os investimentos realizados durante o período ditatorial na cidade foram de grande relevância na construção da imagem de cidade que “deu certo”, bem como o leque de produtos e serviços nela encontrados. Em consonância, os problemas são invisibilizados e silenciados para que a imagem se sustente.

3. “ENCONTRO DE TODA VIAGEM, CENTRAL DO PAÍS”: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE PICOS-PI

O título deste capítulo começa com um trecho da música *São Picos* do cantor e compositor Beto Brito, utilizada pela TV Picos na produção do clipe em comemoração aos 118 anos do aniversário de emancipação político-administrativa do município. A letra da canção exalta o entroncamento rodoviário existente na cidade, mas a aclamação de elementos do meio material da urbe não é nova e encontra suas raízes em anos anteriores ao da homenagem produzida pelo canal de televisão supracitado.

No ano de 1990 ocorre o aniversário de cem anos de emancipação político-administrativa de Picos. A análise das celebrações do centenário revela a organização de um evento produzidos pelas classes dirigentes do município: os políticos. Eles buscaram organizar as atrações de forma a construir um passado, mostrar um presente e projetar um futuro que estivessem de acordo com seus interesses. Houve grandes investimentos na construção das memórias coletivas dos grupos sociais que vivenciam a cidade, fato que culminou na existência de determinadas percepções sobre ela que perpassam o tempo.

Por isso, através de matérias extraídas da revista *Picos 100 anos: 1890-1990* e do jornal *O Dia*, observa-se como ocorreram as festividades do centenário; os grupos envolvidos na organização e como os meios de comunicação supracitados abordaram a celebração e produziram, através da linguagem verbal e não verbal, suas matérias. Identifica-se que ocorre a utilização de elementos do passado e do presente da urbe que acabam por lhe constituir enquanto exemplo de progresso, porém os problemas da zona urbana picoense são silenciados. Assim, por meio de matérias produzidas pelo *Jornal de Picos* e *Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história*, demonstra-se as contradições em torno da imagem de “cidade modelo” enfatizada durante as celebrações.

3.1 O meio material, religioso, econômico e político: os imortalizados pelo centenário de Picos

Em comemorações históricas “as autoridades políticas colocam para o público a obrigação, o dever de memória e a mídia contribui para esse compromisso e imposição” (Feitosa; Costa, 2019, p.03). Ou seja, os grupos hegemônicos podem promover atividades que visam preservar determinadas memórias da cidade. Para isso podem proteger determinados locais, instituírem datas comemorativas, criar e participar de eventos que reforcem a necessidade de lembrar de determinados aspectos do passado. A mídia pode estar aliada aos grupos políticos, produzindo conteúdos sobre determinadas personalidades e momentos da história da urbe, reforçando a importância desses aspectos.

Por isso, ao ter a mídia como objeto de pesquisa histórica é necessário analisar: “[...] se políticos e empresários influenciam e são influenciados pela mídia; qual a contribuição da imprensa para criar um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública; quem financia a imprensa; seus vínculos políticos e empresariais” (Guilherme, 2018, p.201). De acordo com Feitosa e Costa (2019, p.02) “a mídia é um agente dentre muitos que existem na sociedade e na cidade e, portanto, a forma como produz e apresenta a memória da ‘urbe’ é somente um dos vários enunciados com múltiplas tendências, como político, mercadológico e profissional”.

Além disso, as informações expostas pelos meios de comunicação não são um retrato fiel da realidade, pois passam por um processo de seleção e organização para serem divulgadas. Nesse sentido, para estudar as cidades a partir dos jornais é necessário compreender que História não se preocupa, meramente, em entender a forma como os acontecimentos passados ocorreram. Dedicar-se também a compreender o presente, como ele se formou e está articulado. Assim, “da mesma forma que se atenta para os destaques de capa ou topo de página das matérias e opiniões publicadas, é preciso atentar para o que não é publicado ou é sem destaque” (Guilherme, 2018, p.203), pois os silêncios corroboram para a sustentação do que foi exposto. Ou seja, a imprensa atua como ferramenta de construção de memória.

É importante destacar que a memória é, evidentemente, um fenômeno construído. De acordo com Pollak (1992), a memória é influenciada pelo contexto social, cultural e histórico em que as pessoas estão inseridas. Não é apenas uma reprodução fiel do passado, mas sim um processo ativo de reconstrução que é moldado por diversos fatores. Tendo isso em vista, segundo o autor, as datas oficiais são estruturadas do ponto de vista político para moldar a

memória coletiva. Por isso, nelas são enfatizados eventos históricos específicos, figuras proeminentes ou ideais patrióticos que servem aos propósitos políticos.

Os festejos duraram vários dias, começaram no dia 30 de novembro de 1990 e encerraram-se no dia 12 de dezembro do mesmo ano. Todos os eventos realizados ocorreram na cidade, nenhum deles foi no interior do município. No dia 30 houve a abertura com pronunciamento do prefeito José Néri no Picoense Clube. Nos dias seguintes houve a entrega de Diplomas de Honra ao Mérito a pessoas que prestaram “relevantes” serviços à comunidade, festival “A mais bela voz da macrorregião”, escolha da rainha do centenário, gincana realizada pelo Banco do Brasil, exposição realizada pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção, exposição do Museu Ozildo Albano, missa em ação de graças e desfile cívico, entre outros.

Segundo Moura (2012), os festejos do primeiro Centenário de emancipação política de Picos foram coordenados pela vereadora Olívia Rufino, sob aval do prefeito José Neri de Sousa, com ajuda de uma equipe profissional denominada de Comissão Pró-Centenário de Picos - PROCENTER composta por funcionários municipais, amigos convidados e voluntários. Observa-se que os grupos hegemônicos picoenses, por estarem responsáveis pela realização das comemorações do centenário, ficaram à frente na disputa pela memória de Picos e contribuíram para a manutenção do silenciamento de inúmeros sujeitos que construíram o espaço picoense.

Para Andion (2004), o conjunto de dados obtidos sobre o território brasileiro, disponíveis no *Atlas da Exclusão Social no Brasil (1980-2000)*, mostram que a estratificação social gerada nos primórdios da história nacional ainda é uma realidade em todos os estados do país. O Brasil ainda está mais preocupado em atender às solicitações exógenas do que em responder as necessidades básicas da sua população e para mudar essa realidade é necessário construir pontes entre o Brasil dos incluídos e o Brasil dos excluídos. Isso significa incluir as populações que foram silenciadas e marginalizadas ao longo do tempo em todos os eventos e discussões relacionados ao espaço ao qual pertencem.

Dentro da constituição de uma cidade mais justa e igualitária é necessário considerar as diferentes dimensões da exclusão social que se constitui não apenas enquanto fenômeno socioeconômico, mas também simbólico. Os excluídos não são vistos como semelhantes, são privados dos meios de consumo, mas principalmente dos vínculos sociais. Os vínculos sociais referem-se as relações estabelecidas entre os sujeitos que compõe uma sociedade e desempenham um papel de grande importância no funcionamento da comunidade, pois contribuem para a formação de senso de pertencimento, auxiliam na resolução de problemas que afetam o coletivo e fortalecem a união dos sujeitos.

Esses laços comunitários podem ser fortalecidos através de atividades coletivas. Quando determinados grupos excluídos dos eventos que ocorrem em determinada cidade o vínculo tende a ser enfraquecido e a comunidade passa a aprofundar conflitos e desigualdades, tornar-se excludente, menos justa e solidária. Nesse contexto, os meios de comunicação também podem reforçar os vínculos comunitários ou enfraquecê-los. Podem permitir que os diversos grupos que formam a cidade se conectem e participem de assuntos que lhes afetam, estimulando a colaboração mútua na resolução de problemas, ou podem excluir determinadas parcelas da população, ocultar a diversidade cidadina e não incitar o respeito as diferenças que compõem os centros urbanos.

Nesse sentido percebe-se que a revista *Picos 100 anos: 1890-1990* (também produzida pela PROCENTER) não celebra a diversidade cultural, artística e social da sociedade picoense. Tendo em vista que os organizadores do evento eram próximos à administração municipal, apesar da alegada imparcialidade é possível perceber que os escritos são favoráveis ao prefeito José Néri e dedica quase todas as suas páginas aos sujeitos que detém o poder político e econômico na urbe.

Figura 7 - capa da revista *Picos 100 anos: 1890-1990*, 1990.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

A capa foi produzida por Olivette Rufino Borges Prado Aguiar, tomando como base a bandeira de Picos. Abaixo da primeira parte do título há uma foto com dois homens: ao lado direito há o prefeito da cidade no período, José Neri, abraçado em Frei Damião que está ao lado esquerdo. Abaixo há o brasão da prefeitura e ao lado esquerdo da foto um texto onde consta “a religiosidade sempre presente em suas vidas fez do encontro entre o grande líder Frei Damião e o ‘romeiro do Nordeste’, prefeito José Neri, um emocionante momento”.

A alcunha dada ao prefeito reside no fato de organizar, desde o ano de 1975, caravanas de romeiros rumo às cidades de Juazeiro do Norte e Canindé no estado do Ceará. De acordo com Silva (2014) a inserção de Néri na política ocorreu como tesoureiro da executiva municipal do Partido Democrático Social (PDS) em Picos, sendo eleito vice-prefeito do município em 1982 na chapa do médico Abel de Barros Araújo (PFL) que lhe sucedeu em 1988 ao ser eleito prefeito de Picos, filiado ao Partido de Frente Liberal (PFL). É importante mencionar que o PDS foi um dos principais destinos dos apoiadores da ditadura militar após o fim do Arena e após ser extinto os dissidentes fundaram o PFL.

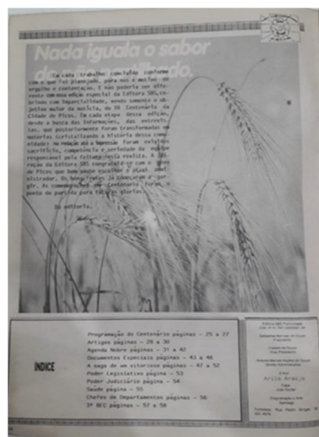
Segundo Santos (2017), a ordem e a segurança em Picos “trazidos” pela ditadura civil-militar, assim como a modernização a partir das mudanças estruturais e econômicas provocadas na cidade pela chegada do 3º Batalhão de Engenharia e Construção(BEC), se mantiveram na memória dos moradores de Picos como algo benéfico, mais presente na sociedade picoense do que a tortura e a repressão trazidas por esse período em todo o Brasil. Nem mesmo a perseguição e controle exercido pelo 3º BEC foram suficientes para desenhar na memória das pessoas um quadro de tortura e perseguição. Essa percepção acaba sendo evidente nos festejos a partir da exaltação de figuras que eram favoráveis ao regime, tendo em vista os partidos aos quais eram coligados, como José Neri.

Figura 8 - Apresentação da revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Figura 9 - Sumário da revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Na página 04 onde consta o índice da revista, exposta acima, há um texto onde a editoria alega sua imparcialidade. No entanto, estabelece elogios ao prefeito e acaba evidenciando a parcialidade dos escritos como é possível ver abaixo.

Em cada trabalho concluído conforme o que foi planejado, para nós é motivo de orgulho e contentação. E não poderia ser diferente com essa edição da especial da editora SBS, cobrindo com imparcialidade, vendo somente o objetivo maior da notícia, do 1º centenário da cidade de Picos. [...] A direção da Editora SBS congratula-se com o povo de Picos que bem soube escolher o atual administrador. Os bons frutos já começaram a surgir. As comemorações do centenário foram o ponto de partida para futuras glórias (Picos 100 anos: 1890-1990, 1990).

Nota-se que a revista não é a única a trazer considerações positivas sobre o político. A apresentação da revista foi escrita pelo próprio prefeito, onde ele assume a responsabilidade pelas festividades. Aproveita o momento para fazer críticas ao governo do estado que, segundo ele, não destinou verbas para o evento. Percebe-se que o governante se utiliza do espaço para relembrar sua participação nas celebrações, ocupando-se mais em destacar as atividades por ele executadas do que com apresentar a revista para o qual escreve.

Lamentamos, entretanto, que não tivéssemos condições de realizar a programação idealizada inicialmente, a qual estaria, ao nosso ver, altura do povo picoense. Na verdade, estamos desassistidos por parte do Governo Estadual. A exemplo de tantos outros, o município de Picos, primeiro em arrecadação de ICMS, perdendo apenas para a Capital, não recebeu de volta nenhum repasse, justamente durante os cinco meses nos quais as festividades se intensificaram (Picos 100 anos: 1890-1990, 1990, p.03).

A arrecadação de impostos é sempre destacada como a maior do estado. No texto acima é lembrando que a taxa de arrecadação é menor apenas que a de Teresina, elemento que acaba se tornando uma característica de Picos. É perceptível que a menção auxilia na cobrança de repasses para a prefeitura, questão de interesse do administrador do município. Adiante, em outro trecho, o prefeito evidencia que buscou manter para a posteridade os acontecimentos do aniversário, apesar das parcas colaborações do governo estadual. Compreende-se que essa exaltação ocorre, pois auxilia na construção de uma imagem positiva para o político.

Os centenários das cidades são períodos de grande influência na reiteração da importância que determinados locais, fatos e sujeitos exerceram/exercem sobre a história da urbe e podem ser consideradas “lugares de memória” porque desempenham um papel significativo na formação e na transmissão das lembranças de uma comunidade e/ou grupo social. Segundo Nora (1993, p.13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

No caso acima também é possível observar através da foto escolhida para a página o que é relevante sobre a cidade, do ponto de vista histórico-cultural, para os construtores da revista. Está focada no centro da cidade, evidenciando o centro comercial. Ao lado esquerdo vemos o Banco do Brasil, ao fundo a igreja e algumas residências, à direita alguns pontos comerciais. Não há movimentação de pessoas em evidência, o que sugere que o tema da fotografia é o setor comercial e religioso da urbe.

Entre os fatores que favoreceram o desenvolvimento comercial de Picos encontra-se a posição geográfica do local, pois é rota de passagem para várias regiões. De acordo com Carvalho (2015, p.61), “o entroncamento rodoviário da cidade tornou-se com o passar dos anos e com as implementações feitas pelo governo a partir da década de 1970, o maior entroncamento rodoviário do estado e o segundo maior do nordeste”. Por esse motivo o 3º Batalhão de Engenharia e Construção acaba tomando como elemento de enorme relevância no cenário picoense, pois foram os condutores da obra.

Segundo Moura (2014), durante a década de 1970 a pobreza em Picos foi efusivamente destacada por alguns jornais, como o *Jornal do Brasil*. Eles apresentavam a necessidade de inserção do município na Política de Integração Nacional (PIN). Para isso era necessário construir a Rodovia Transamazônica, com o objetivo de desenvolver a região Norte do país (considerada como um vazio demográfico) e o Nordeste (visto como ambiente de pobreza e grande população). Para os idealizadores da construção ela geraria empregos e, conseqüentemente, diminuiria a miséria.

Assim, em 1970 o 3º BEC foi transferido da capital do Rio Grande Norte, Natal, para a cidade de Picos-PI, conduzindo os trabalhos que levaram a construção da Rodovia Transamazônica, a serviço do Exército Brasileiro, a partir Programa de Integração Nacional (PIN). Na revista *Picos 100 anos: 1890-1990* o 3º BEC ganha duas páginas onde seus feitos são mostrados, enfatizando a importância do órgão para a região.

Figura 10 - Matéria sobre o 3º BEC na revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Figura 11 - Matéria sobre o 3º BEC na revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

O título da matéria busca corroborar com o ideal pregado na década de setenta visto anteriormente. Ao especificar que os trabalhos do batalhão abarcam toda a população picoense remonta a ideia de busca pelo fim da pobreza no local, servindo não só aos dirigentes do município, mas a todos os indivíduos que residem na região e em seus arredores. O texto, em concordância, elenca inúmeras obras produzidas e serviços assistenciais prestados.

Segundo o escrito, o 3º BEC faz parte da vida da cidade de Picos e contribuiu para melhoria de inúmeras problemáticas sofridas pela cidade. Entre elas destaca-se a entrega de cestas básicas para famílias carentes e sua atuação nos períodos de seca. Além disso, executou trabalhos em inúmeras rodovias, cavou açudes e poços e contribuiu para a segurança do local. Outra informação chama atenção: o texto fala, em nome do cidadão picoense, que a instituição

contribuiu para a formação do caráter da juventude de Picos. Isso indica simpatia à postura dos representantes do Exército Brasileiro.

O caráter dos militares era uma característica admirada pelos construtores da matéria analisada. Seria, portanto, modelo para a formação da juventude. Em consequência, a exaltação acrítica do Exército contribuiu para minimizar os horrores e consequências da ditadura. Em contrapartida, obscureceu outros momentos importantes da história de Picos, como a atuação dos movimentos sociais contrários ao período ditatorial. Para Santos (2017), isso ocorre pois, Picos tem uma população marcadamente tradicional, com a moral e os costumes pautados pela igreja católica, por isso os sujeitos se agarraram à ditadura e seus ideais religiosos e conservadores para terem a chance de manter os seus costumes.

Figura 12 - Missa realizada no centenário de Picos, exposta revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

A realização de uma missa durante os festejos reforça o caráter católico dos seus idealizadores, mas utilizar um momento histórico da cidade para exaltar uma única religião pode contribuir para a exclusão e marginalização de grupos religiosos minoritários. Isso imputa uma visão hegemônica que desconsidera a diversidade de crenças e práticas espirituais presentes em uma sociedade. Outrossim, o título “A família unida pela fé” evoca a coesão e união dos cidadãos em torno da religião e é reforçado pelo texto ao lado direito.

A Missa de Ação de Graças do 1º centenário de Picos, realizada no dia 12 de dezembro de 1990, na Catedral Nossa Senhora dos Remédios, contou com a presença maciça das famílias dessa comunidade. Em cada etapa da celebração eucarística, desde a entrada da Bíblia e das bandeiras, até a homília que ressaltava a importância do evento, sentia-se a emoção (Picos 100 anos: 1890-1990, 1990, p.19).

No texto consta que várias famílias participaram da ação, realizada no dia 12, último dia do evento. Porém, as famílias citadinas sequer aparecem nas fotografias em posição de destaque, ocupam lugar de coadjuvantes. Na imagem acima é possível ver, na segunda foto à direita, o prefeito José Néri entrando na igreja com a bandeira do município e ao fundo é possível ver alguns cidadãos, mas sem grandes enfoques.

Ademais, destacar que houve a presença ativa e engajada da população no evento era de suma importância para os realizadores do evento. Essa participação demonstra o interesse e o envolvimento dos cidadãos com a história, a cultura da cidade, aspectos fundamentais para a construção de sentimento de pertencimento dos cidadãos à urbe. Além disso, é uma forma de legitimar as ações políticas e mostrar que os organizadores dos festejos estavam conectados com as tradições e os valores locais e buscavam promover uma administração municipal que considerava os desejos e necessidades da população.

A partir da matéria produzida pelo jornal *O Dia* sobre o Festival de música realizado no centenário é possível perceber, mais uma vez, como ocorre o processo de tentativa de inclusão da população dentro dos festejos. No momento musical puderam participar alguns artistas da terra, momento que evidencia a preocupação das classes dirigentes do município com a participação popular no aniversário, pois a presença da população contribui para a imagem de grandiosidade do evento.

Figura 13 - Matéria sobre o festival de música realizado no centenário de Picos no jornal *O Dia*, 1990.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

Na matéria produzida sobre o Festival de música realizado no centenário é possível identificar que a menção a José Néri é feita de forma a valorizar o prefeito, buscando demonstrar a sensibilidade e preocupação do político com as questões que são julgadas como importantes para os cidadãos. Na foto trazida é detectável a participação dos candidatos no festival, aparentemente, felizes com o evento. Os vereadores também são mencionados pelo jornal e ao final os participantes do evento são menos citados do que o eixo político municipal. Torna-se

perceptível que a participação da população do município era mais necessária para evidenciar o sucesso dos atos festivos do que para tornar o evento inclusivo.

Segundo Lima (2015), *O Dia* foi fundado por Raimundo Leão Monteiro em 01 de fevereiro de 1951 e se afirmava “independente, político e noticioso” a fim de diferenciar-se em relação aos demais jornais existentes naquele tempo (mantidos financeiramente por políticos ou partidos). Observa-se, no entanto, que ao longo do conteúdo produzido sobre o centenário encontram-se alguns textos feitos por Helvídio Nunes que, entre outras funções na política, foi senador da República pelo Piauí vinculado ao ARENA. Por ser um personagem conhecido da política piauiense foi convidado especial dos festejos do aniversário de Picos e compareceu ao centenário. Ademais, não foi o único convidado.

As comemorações alusivas ao centenário de Picos encerrar-se-ão no dia 12 de dezembro/ data do aniversário/ finalizando com celebração de missa, solenidade e um grande baile. O prefeito José Neri não está medindo esforços para garantir aos picoenses a maior festa que a cidade já viu. Até Frei Damião e o presidente Collor estão convidados para o evento (O Dia, 1990).

Observa-se que havia grande perspectiva de que grandes nomes políticos e religiosos participassem, consagrando os festejos pela grandiosidade de figuras relevantes no centenário. A participação desses sujeitos revelaria o poder dos grupos dirigentes do município que teriam conseguido reunir alguns dos maiores nomes do período na cidade. Além dessa preocupação os jornais indicam os espaços da cidade que mais se destacaram no período para caracterizar a urbe. Mais uma vez há destaque para o setor político e religioso.

Figura 14 - Matéria do jornal *O Dia* sobre o centenário de Picos, 1990.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

Dois elementos são de suma importância na matéria acima. O primeiro é a fotografia escolhida, pois está centralizada na Catedral Nossa Senhora dos Remédios. O segundo é o título

escolhido para o texto: “Câmara homenageará amanhã picoenses por bons serviços”. O foco acaba sendo a câmara e não os sujeitos homenageados. Diferentemente da revista, no entanto, o jornal cita alguns eventos culturais, como mostra de teatro e jogo de futebol que na revista não aparecem. Outro ponto que merece destaque são os patrocínios do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil que são destacados no texto, bem como do clube de Picos e do Rotary Clube.

Os grupos políticos, ao referirem-se como organizadores do centenário, pegaram para si a responsabilidade pelos festejos, não havendo grandes menções a participação do setor privado na iniciativa como é possível observar na revista *Picos 100 anos: 1980-1990*. Essa ação revela a disputa pela memória da cidade. Segundo Abreu (1998) as cidades do país, devido diversas influências do século XX, vêm engajando-se decisivamente num movimento de preservação do seu passado. Porém, de acordo com o autor, existe um ponto sensível na busca dessa preservação: pode gerar distorções sobre a história das cidades.

Na matéria a seguir é possível observar nas letras miúdas, abaixo da fotografia, que o Museu Ozildo Albano se cristaliza como vitrine de materiais religiosos e da cultura popular do Sul do Piauí. Por isso, no centenário realizou uma exposição com várias peças sacras e da cultura dita popular. A unificação desses elementos revela que foi produzido um recorte que atrelou os povos da região sul-piauiense ao movimento religioso e ao mesmo tempo silenciou inúmeras práticas consideradas inadequadas para a região.

Figura 15 - Matérias sobre o centenário de Picos na capa do jornal *O Dia*, 1990.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

Conforme Carvalho (2015), entre 1960 e 1970, o dia de feira na cidade de Picos era bastante movimentado. O fluxo no local aumentava consideravelmente nesses dias, pois além dos cidadãos pessoas de cidades vizinhas recorriam a Picos para comprar e vender produtos.

Além disso, houve o aumento populacional da cidade ocorrido a partir da década de setenta. A circulação de sujeitos no cotidiano citadino fez com que a região se tornasse propícia para atividades não apreciadas pelos moralistas; como a prostituição. Na lógica de organização do centenário essa prática foi sendo silenciada, pois não era condizente com a imagem almejada para Picos pelos organizadores dos festejos e pelos jornalistas envolvidos na cobertura.

Torna-se evidente que o processo de constituição da memória picoense apagou homens e mulheres que circulavam pelas ruas dos cabarés (ambientes de sociabilidade). Delegou ao esquecimento àquelas que contribuíram para a movimentação das noites da cidade, que também produziram o comércio e foram participantes e vítimas dos processos de reurbanização. Isso ocorre, pois “como mostrar uma cidade ‘bela’ segundo padrões de estética definidos por uma elite quando a população que nela vive é, em si mesma, distinta desse padrão?” (Honorato, Saraiva, 2016, p.179).

O silenciamento dos indesejados nos centros urbanos é um padrão nas cidades do Brasil e ocorre por meio da violência física e simbólica. Outro problema recorrente reside na falta de preservação do patrimônio material e imaterial e em Picos isso também é uma constante. No centenário o passado e presente foram unidos para serem delimitados os bens importantes para a história picoense: parte do patrimônio histórico ainda vivo e o centro comercial. No entanto, os processos de reurbanização ocorridos nas cidades do país nos últimos séculos acarretaram o desaparecimento, quase total, do seu passado material. Em Picos, para Lima (2019), isso se deu a partir da destruição do patrimônio histórico para a implantação de setores comerciais.

Apesar de notarmos que cada vez mais as cidades buscam a criação de lugares, que possam ser utilizados para rememorar determinadas épocas e acontecimentos, observamos que Picos ao contrário, não se preocupa nem mesmo com a conservação desses espaços. Lugares significativos para a memória e a história da cidade sofrem com o descaso, mesmo os que recebem atenção de algumas pessoas, como é o caso do prédio do Museu Ozildo Albano, construído no início do século XX, sofre com a burocracia para receber a devida preservação e reconhecimento de sua importância (Carvalho, 2015, p.88).

Isso ocorre, pois a zona urbana picoense se constitui dentro da lógica mercadológica. Uma “cidade modelo” (como Picos é conhecida) é uma imagem da urbe “em que se pregam os resultados de uma boa gestão, empreendedora e moderna, a qual é dimensionada pela elevação de índices de desenvolvimento que se aproximam das cidades representadas como projetos de cidades ‘modelos’ mundialmente reconhecidos” (Honorato, Saraiva, 2016, p.168). O problema é que a diversidade de setores e atores que compõem a vida urbana são negligenciadas, reduzindo a riqueza e complexidade que permeia o tecido social das urbes.

Os meios de comunicação que cobriram o centenário e aqui são analisados deram destaque as questões comerciais, políticas e religiosas. O último dia do centenário Picos foi

destaque em uma página inteira do jornal *O Dia*. Nela, além da cobertura dos últimos eventos, consta um texto sobre a história da cidade e suas características e outro sobre o prefeito José Néri.

Figura 16 - Encerramento do centenário de Picos no jornal *O Dia*, 1990.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

O texto “Origem de Picos” busca contar a história do município, originado as margens do Rio Guaribas. “Segundo historiadores a primeira família a instalar-se definitivamente em Picos foi Borges Marinho Leal, família do qual ainda existe vestígios, pois grande parte da população picoense é Borges e Leal, todos originários do Borges Marinho Leal, o boiadeiro picoense da região” (O Dia, 14 de dezembro de 1990). Além de favorecer a perspectiva de início da colonização a partir da família Borges Leal o texto busca um passado comum para os picoenses.

Isso revela a busca pela construção de uma identidade, pois “as identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual” (Pesavento, 2008, p.04). Mostra ainda que o processo de construção identitária exigiu que determinados recortes sobre a história de Picos fossem produzidos, pois

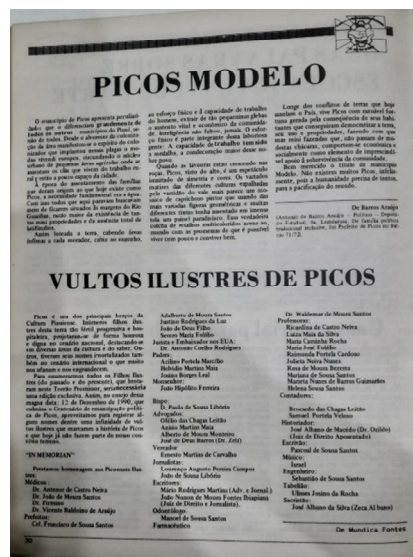
“existem diversas discussões a respeito do processo de povoamento da cidade de Picos. Há quem defenda que foram os habitantes das fazendas Sussuapara e Samambaia que idealizaram fundar um povoado na margem direita do rio Guaribas, que ficava rodeado de grandes montes picosos. No entanto, [...] a hipótese mais difundida e aceita pelos picoenses é a de que Picos teve origem a partir de Bocaina, que no século XVIII era ligada a Oeiras, então capital do Piauí” (Sousa, 2021, p.14 apud Carvalho, 2015).

Em concomitância, segundo o texto trazido pelo jornal supracitado, o “progresso” chegou ao local devido o comércio que já era forte desde os primórdios da sua formação. Ou seja, passado e presente são envolvidos de forma a criar uma narrativa coerente que justifique o desenvolvimento da cidade. É o trabalho dos picoenses, como visto no escrito, que produz o comércio na região e o aparato comercial, por sua vez, cria a grandiosidade do qual a cidade é detentora.

Outras questões foram elencadas como inerentes a justificativa de desenvolvimento do município. Entre elas destacou-se que a cidade possui o maior entroncamento rodoviário do Nordeste bem como uma das maiores feiras, maior arrecadação de ICMS do Piauí, maior produtor de alho do Nordeste e maior exportador de mel do Brasil. Outrossim, diz que os maiores políticos do Piauí saíram de Picos, como Helvídio Nunes. Em consonância, elenca vários serviços prestados na cidade.

Averigua-se que em 1966 Picos foi condecorado com o título de Município Modelo, fornecido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, órgão criado pelo primeiro governo militar. Entre as justificativas para o prêmio destaca-se a ausência de latifúndios no município devido a forma como foram ocupadas as terras em torno do Rio Guaribas. Cabe salientar que a reforma agrária brasileira estava no centro do embate político que antecedeu o golpe de 1964. No auge das discussões, na década de 1950, Picos chegou a ser chamado de “município socialista” (Lima, 2019). A questão agrária foi palco para discursos de diversos políticos do município ao longo do tempo como é possível ver abaixo.

Figura 17 - textos sobre a história de Picos na revista *Picos 100 anos: 1890-1990, 1990*.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

O texto “Picos modelo” chama atenção em um primeiro momento por ter sido escrito pelo político Antônio de Barros Araújo que na época era deputado estadual filiado ao PFL. Também já havia sido coligado ao partido UDN, ao Arena e ao PDS em anos anteriores. Ou seja, também guardava estreita relação com o regime militar, assim como José Neri e Helvídio Nunes. Abaixo da matéria, onde consta sua identificação, lê-se: “de família política tradicional, inclusive”. Portanto, o que se lê sobre o município é a visão de um sujeito que esteve, até o período analisado, atrelado aos moldes “conservadores”.

O município de Picos apresenta peculiaridades que o diferenciam grandemente de todos os outros municípios do Piauí, senão de todos. Desde o alvorecer da colonização da área manifestou-se o espírito do colonizador que implantou nessas plagas o *modus vivendi* europeu, circundando o núcleo urbano de pequenas áreas agrícolas onde se assentam os clãs que vivem do trabalho rural e estão a pouco espaço da cidade (Picos 100 anos: 1890-1990, 1990, p.30).

Para Barros Araújo a região se destacava dos outros municípios do estado devido ao “*modus vivendi* europeu” instalado na terra, onde pequenas áreas agrícolas foram cultivadas e deram origem ao que existe. Além da estima pelos moldes de vida da Europa o autor reitera a existência de minifúndios na região, para ele, referência para o resto do país. Todavia, o modo de vida europeu foi o que culminou a existência do latifúndio em território nacional através da ideia de “descoberta” que gerou a ocupação das terras, a divisão do território em capitâncias hereditárias, a distribuição de sesmarias e a Lei de Terras.

No caso de Picos/PI, enquanto pedaço do Nordeste de origens latifundiárias, o posicionamento contrário a esta prática se deu pelo pensamento das famílias primeiramente instaladas, via fazendas de gado. Tais famílias, enxergavam na existência do Rio Guaribas, no ambiente sertanejo, a redenção dos problemas que viesse afetar o principal produto comercializado – o gado – e como extensão, atividades agrícolas, capazes de agregar subsistência de vida dos sertanejos (Lima, 2019, p.175).

Por isso é válido salientar que, além do posicionamento político de Barros Araújo, ele já havia sido responsável pela administração do município como prefeito entre 1970 e 1973. Ou seja, existe toda uma articulação entre o deputado e o prefeito do período que repercute nos escritos delegados para a posteridade. É relevante fitar que apesar do título ter sido concedido ao município, abarcando zona rural e urbana, todo o centenário está centrado no centro urbano da cidade. O campo aparece de forma secundária e no texto acima é especificado que as propriedades agrícolas estão há pouca distância da cidade, algo que é visto de forma positiva.

Na mesma página encontra-se o texto “Vultos ilustres de Picos” produzido pela artista Mundica Fontes, sobrinha de Fontes Ibiapina. Ela também participou dos trabalhos realizados pela prefeitura no período. Observando os nomes elencados encontram-se vereadores, membros da igreja, escritores, médicos e outros profissionais de áreas ocupadas por indivíduos da elite,

juristas e embaixadores nos EUA, professoras e afins. Em síntese, em sua maioria são sujeitos oriundos das classes média e altas. Assim como as matérias analisadas anteriormente os autores restringiram a cidade às classes hegemônicas.

Conclui-se que as atividades do centenário foram organizadas, sobretudo, por indivíduos ligados a política e por esse motivo pensadas a partir dos seus ideais e valores. Nessa perspectiva, as comemorações delegaram para a posteridade uma cidade marcada pelo catolicismo, pelos valores conservadores, referência em desenvolvimento econômico e tendo determinados sujeitos da elite como responsáveis pelo “desenvolvimento” e “progresso” alcançado. Em consequência, os “sujeitos comuns” ficaram nos bastidores, coadjuvantes no processo.

3.2 Entre o existir e o resistir: as pessoas em situação de rua, os camelôs e operários nas páginas dos jornais picoenses

Os esforços empreendidos durante o centenário para traçar uma imagem da cidade condizente com os interesses das classes hegemônicas foram efetivos, tendo em vista que os elementos exaltados são aqueles que constituem a memória oficial da cidade. No entanto, não dizimaram as memórias dos excluídos que ficaram a margem do centenário. Nas páginas dos jornais a desigualdade socioeconômica em Picos, os problemas que causam e os indivíduos afetados por ela foram destaque nos anos seguintes da década de noventa. Isso ocorreu, pois

todas as sociedades têm tensões, latentes ou explícitas, e contradições que muitas vezes se estendem até os palcos internacionais. Os media estão inevitavelmente envolvidos nestas áreas de disputa como produtores e disseminadores de sentido acerca dos acontecimentos e contextos da vida social, tanto privada como pública (McQuail, 2003, p.06).

Picos não foge das mudanças provocadas pelo contato com os meios de comunicação. Conforme Carvalho (2015) a cidade sofreu influência do modelo de vida estabelecido pelos grandes centros brasileiros e norte-americanos. Os meios de comunicação como o rádio, a televisão, jornais e revistas dissipavam os hábitos e padrões dos grandes centros que era copiado pelos cidadãos. As vestimentas e cortes de cabelo adotados pelos jovens são exemplos da influência norte-americana na sociedade picoense. Não obstante, os jornais locais que circulavam na cidade eram meios pelos quais podia-se divulgar o cotidiano da cidade, mudanças e problemas.

A partir deles podemos acessar três grupos que não foram abarcados pelas comemorações do centenário: pessoas em situação de rua, camelôs e operários. Ao fazer a

análise dos excluídos expõe-se as “memórias subterrâneas”, ou seja, aquelas memórias que foram excluídas da narrativa criada pelas classes hegemônicas e “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’” (Pollak, 1989, p.04). A “memória oficial” refere-se a versão da história e dos eventos passados que é oficialmente reconhecida e difundida por instituições de poder, como o Estado, a mídia e outros agentes e/ou grupos influentes em determinada coletividade.

É importante mencionar que os veículos de circulação local se distinguem dos jornais de circulação nacional, pois focavam nas questões do município. Um desses jornais é o *Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história*. “Tinha como endereço de funcionamento a Travessa Lourenço Pereira, nº 49, no centro da urbe picoense. O diretor e proprietário deste jornal era Antônio Borges Neto, que atuava também como editor” (Silva; Santos, 2023, p.12026). Os jornais locais são essenciais para informar os cidadãos sobre os acontecimentos, eventos, decisões políticas locais, projetos de infraestrutura, eventos culturais, entre outras questões relevantes que afetam diretamente a cidade e, conseqüentemente, a vida dos cidadãos.

Figura 18 - Capa do jornal *Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história*, 1993.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

O jornal acima evidencia uma situação que se contrapõe a imagem de “cidade modelo” que foi cristalizada sobre Picos e evidencia a “exclusão social”, conceito que ganhou força a partir de 1980 no mundo ocidental, entre outros motivos, devido as desigualdades sociais que eram perceptíveis nas cidades e passaram a ser elementos de preocupação dos estudiosos (Guerra, 2012, p.92). Na capa do periódico há uma matéria intitulada “Famílias montam favela na praça Jorge Leopoldo” e na imagem é possível identificar um casebre construído com madeira e lonas de plástico.

A praça Jorge Leopoldo, nas imediações da igreja Sagrado Coração de Jesus, entrada da cidade, está abrigando uma favela composta de aproximadamente oito

famílias que não tendo condições de pagar aluguel resolveram montar seus barracos em plena praça pública (Tribuna de Picos, 1993).

As famílias, segundo o texto, já estavam há sete meses no local. Três anos após o centenário as pessoas em situação de rua continuavam sendo uma realidade na urbe. A ocupação da cidade por pessoas em situação de rua está relacionada à ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à moradia, à assistência social e à inclusão dessas pessoas na sociedade. Questões como desigualdade social, falta de acesso a serviços básicos, discriminação e precarização do mercado de trabalho também contribuem para a presença desses indivíduos nas áreas urbanas e a comunidade picoense reagia ao fato.

A ocupação indevida da praça Jorge Leopoldo tem gerado muitas reclamações por parte dos moradores da vizinhança, que embora preocupados com a situação das famílias faveladas, mostram-se insatisfeitas por considerarem a favela imprópria no local. Os moradores dos barracos ali montados preparam suas refeições, tomam banho e lavam suas roupas em meio a praça pública, embora recolhidos aos seus respectivos barracos. Os vizinhos incomodados reclamam uma providência da Prefeitura Municipal (Tribuna de Picos, 1993).

A matéria enfatiza que a apropriação do espaço é indevida e a vizinhança corrobora com essa perspectiva, dado que as praças não são pensadas para a instalação de moradia de pessoas. A presença de pessoas em situação de rua em determinadas áreas urbanas pode gerar desconforto e preocupações relacionadas à segurança, higiene e impacto visual, o que pode levar a reações negativas por parte da população. Porém, cabe notar que as moradias foram instaladas no local devido a condição de pobreza no qual as famílias estavam situadas e tal situação deriva de inúmeros transformações que a cidade picoense sofreu.

Picos é uma cidade imã, em consonância com Ronilk (2004), pois enquanto polo comercial passou a atrair sujeitos dos mais diversos locais. A partir de 1970 passou a receber inúmeros imigrantes, mas não conseguiu suprir com todas as demandas que apareceram e isso contribuiu para o elevado número de pessoas em situação de rua. Na situação em que os moradores da praça se encontravam havia um risco para a saúde deles e dos que lhes rodeavam, tendo em vista que todas as atividades de alimentação e higiene eram realizadas em um espaço precário. Por isso a população cobrava políticas públicas que oferecessem suporte adequado às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

É importante mencionar que a apropriação das praças traduz uma prática de subversão realizada pelos sujeitos marginalizados. É um ato de resistência frente aos grupos hegemônicos que detém o poder dentro dos centros urbanos.

[...] A população de rua, bem como outras populações marginalizadas, demonstra seu poder, ainda que microbiano, de ação, de oposição, de resistência, na sua própria movimentação dentro da cidade, permitindo-se práticas não usuais, como dormir em caixas de papelão, cozinhar nas calçadas e se opor ao fluxo de pedestres, fazer das

calçadas banheiros, entre as várias possibilidades que surgem de atuação (Honorato; Saraiva, 2016, p.179).

Outro ponto que chama atenção diz respeito ao fato de não haver na matéria menção a situações de violência impregnadas pelos moradores de rua contra os vizinhos. O desconforto da população reside, sobretudo, devido ao local onde as moradias estavam: na praça. A situação no local não foi explorada apenas pelo jornal supracitado, também apareceu nas páginas do “Jornal de Picos” a partir da matéria “Mendigos invadem as ruas da cidade”.

Figura 19 – Matéria sobre pessoas em situação de rua em Picos no *Jornal de Picos*, 1993.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

O órgão noticioso acima foi lançado na sede do Rotary Clube e “surgiu como uma iniciativa do radialista Erivan Lima e uma equipe composta dos idealizadores Durvalino Leal, José Aristides de Carvalho Neto, João Batista de Barros; José Albano de Macêdo (professor Ozildo Albano) [...] e Odorico Leal de Carvalho” (Sousa, 2021, p.14). Os nomes dos idealizadores tornaram-se consagrados nos meios de comunicação, pois além do veículo de notícias aqui analisado participaram da fundação de vários outros. Diferentemente do primeiro jornal, o segundo traz um texto mais detalhado sobre a situação.

A crise financeira que atinge o país nos últimos tempos, juntamente com a seca prolongada que afeta, principalmente, as regiões do semi-árido, tem-se refletido duramente em Picos com o crescimento de mendigos que perambulam diariamente pelas ruas da cidade, à mercê da boa vontade das pessoas. Todos os dias, nas ruas, sentados nas calçadas em pontos estratégicos de muita movimentação, bem [ilegível] na porta das residências são vistos uma levada de mendigos a angariar esmolas para sobreviverem (Jornal de Picos, 1993).

Como exposto no capítulo anterior, a partir de 1970 a população da cidade de Picos vai aumentando em decorrência da saída das pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de acesso à serviços e devido a busca por empregos, sob influência da instalação das

Indústrias Coelho no local. Em busca de melhores condições de vida vieram para a zona urbana picoense sujeitos de várias cidades do Piauí e de outros estados.

Segundo o mendigo José João da Silva, natural de Petrolina-PE, o dinheiro que ele arrecada todos os dias perambulando pelas ruas da cidade não dá para quase nada. “Nós sobrevivemos praticamente com o que meu filho mais velho de 12 anos de idade ganha como gari da prefeitura municipal”. O garoto trabalha no serviço de limpeza e recebe Cr\$ 500 mil por semana. José João da Silva há mais de um ano que está em Picos, quando chegou do Pernambuco e fugindo da seca (Jornal de Picos, 1993).

A leitura exhibe ainda o problema em torno da cidade. O filho do entrevistado, aos 12 anos, se dedicava a limpeza das ruas. As condições de trabalho no local, apesar do reiterado desenvolvimento econômico, revelavam a situação de desigualdade que permeava o tecido urbano. Na primeira foto vemos dois homens. Do lado esquerdo vemos uma panela em cima de alguns tijolos. Ao fundo uma árvore e uma pequena cobertura para cobrir alguns objetos. A fotografia revela uma condição de vida degradante. Abaixo do texto há outra fotografia que mostra uma senhora, aparentemente idosa, sentada na calçada. Ao lado transitam algumas pessoas. Ela está descalça e suas roupas simples e rasgadas atestam sua condição de pobreza.

As transformações sofridas pela urbe a partir de 1970 geraram inúmeros problemas sociais urbanos e foram responsáveis pela criação e expansão de bairros carentes. Com a fragmentação urbana, a igreja e o município buscaram propiciar alternativas de moradia para os mais pobres, que não possuíam condições de arcar com os custos de aluguéis. Assim, dentro desse contexto, surgiu o bairro paroquial “um dos mais carentes da cidade. Este bairro, fez agrupamento com outros que surgiram em momentos anteriores e/ou posteriores à década em destaque, no formato de favelas, a saber: Vila Papelão, Vila das Grotas, Vila Sem Nome, Morro da Mariana, entre outros” (Lima, 2019, p.174). Portanto, mesmo ao receberem moradias, as pessoas em situação de rua eram condicionadas a condições insalubres.

Durante a década de 1980, o escoamento de dejetos oriundos do morro da Mariana processava-se de forma natural em várias direções e contaminava, sobretudo, as áreas vizinhas. De acordo com uma matéria veiculada em 31/08/1981 pelo jornal Macambira, ao nível da encosta desse morro, o problema crescia aceleradamente e prejudicava a população pobre, carente e desassistida socialmente que ali residia, além de nas adjacências da escadaria, as canaletas de escoamento e as caixas de captação dos dejetos existentes funcionavam de maneira precária (Sousa, 2021, p.153).

As pessoas em situação de rua não eram os únicos desassistidos e “romper com esse ciclo histórico de exclusão significa devolver a essas pessoas o seu poder de ação, enquanto cidadãos. Incluir, nesse sentido, pressupõe, além de crescer e gerar empregos, reforçar a democracia” (Andion, 2004, p.02). Na mesma edição do jornal acima há uma matéria com o título “Camelôs impedem passagem de pedestres nas calçadas”. A presença desses sujeitos nas ruas revela o drama social vivido na cidade, onde o desemprego é uma realidade.

As ruas de Picos se encontram lotadas pelos vendedores ambulantes, que estão espalhados pelas calçadas, praças e ruas, dificultando a mobilização dos pedestres. Eles vendem todo tipo de mercadoria, que espalham por todos os lugares, comprometendo a estética visual da cidade. Mas já está sendo providenciado pela prefeitura a transferência desses vendedores ambulantes para uma área de 30 mil metros quadrados, onde será instalado o centro comercial dos vendedores ambulantes de Picos (Jornal de Picos, 1993).

Os vendedores informais compõem um grupo indesejado dentro das cidades, apesar de exercerem uma atividade que é utilizada por parte da população, sobretudo pelas classes mais baixas que veem nesses sujeitos a oportunidade para adquirir determinados produtos. O vendedor ambulante é uma alternativa de ocupação para quem está desempregado, ou seja, surge da necessidade de zelar pelo sustento. Em períodos de crise os números de camelôs crescem consideravelmente, o que corrobora com a perspectiva de que esse ramo está diretamente ligado as questões econômicas e sociais.

A questão dos camelôs em Picos não é uma exceção no estado. A partir da década de 1980 em Teresina há um crescimento demográfico na capital piauiense que passa a ter 377.174 habitantes. 89% deles residiam na zona urbana. Essa fase da urbanização teresinense ocasionou a ampliação do comércio informal no centro da cidade, onde o número de camelôs pelas ruas e calçadas dificultava o trânsito a pé e por meio de transportes (Santos, 2016).

Uma cidade com grandes quantidades de vendedores ambulantes revela um alto índice de ocupações informais, que por sua vez, revelam uma quantidade maior de trabalhadores que não são amparados pelas legislações trabalhistas. Na matéria analisada acima é concebível que os sujeitos que se prestam a esse exercício são indesejados na sociedade picoense na década de noventa. No entanto, não pelas condições de vida que levam, mas pela ameaça que representam a “estética visual da cidade”.

Não condiz com a imagem criada para Picos, de “cidade modelo”, que haja barracas de camelôs pelas ruas da cidade, pois torna-se menos atrativa. Ao mesmo tempo, esses sujeitos atrapalham o grande comércio, assim como as pessoas em situação de rua, à medida que interrompem o fluxo de pessoas. Segundo Honorato e Saraiva (2016), a disputa pela utilização dos espaços da cidade descortina o conflito entre a elite e o povo, onde as políticas públicas realizadas pelos governantes interagem diretamente com os interesses das classes hegemônicas.

Essa percepção é traduzida na medida tomada pela prefeitura de Picos para resolver o problema em torno dos vendedores ambulantes, que é enviando-os para um local distante. Muitos camelôs atuam como forma de sustento para suas famílias e enfrentam dificuldades econômicas que os levam a essa forma de trabalho informal. Portanto, é essencial que as políticas públicas busquem alternativas para conciliar a regulamentação do comércio ambulante

com a garantia do direito ao trabalho e à subsistência desses trabalhadores. Os camelôs ouvidos pelo jornal relataram os problemas em torno da atitude tomada.

Para os vendedores João Borges e Gonçalves Simão Neto, “A mudança representa o mesmo que morrer de fome, já que vendemos pouco no Centro, imagine numa área longe, o único jeito vai ser largar tudo”. Por outro lado, estão os comerciantes que deixam claro sua versão sobre a continuidade ou saída dos ambulantes da rua do Centro (Jornal de Picos, 1993).

Em síntese, para os vendedores ambulantes a expulsão do centro incidiria na diminuição das vendas e consequentemente na acentuação da pobreza ao qual estavam sujeitos. Quanto aos empresários ouvidos, alegavam ser favoráveis a retirada dos camelôs apenas devido o tráfego nas ruas, mas é concebível que a melhora no fluxo de pessoas pelas ruas melhoraria as vendas nas lojas. Santos (2016) mostra que o mesmo processo ocorre em Teresina, onde uma das propostas feitas para os trabalhadores seria a construção de um prédio específico para abrigá-los. No entanto, eles rejeitaram a ideia, pois alegavam que iriam perder clientes, tal como teria ocorrido com os feirantes que haviam se submetido a um projeto semelhante empreendido pela Prefeitura de Teresina.

Capta-se que as medidas adotadas pela Prefeitura de Picos não consideravam as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes de rua, executando ações higienistas e a revitalização dos espaços para torná-los mais atraentes para o comércio legal. De acordo com Sanchez (2001), o planejamento urbano que visa buscar a constituição de “cidades modelo” não busca acabar com os conflitos, mas sim domesticá-los. Ou seja, o que se propõe é o obscurecimento das manifestações urbanas contrárias aos projetos propostos para a urbe. No entanto, não são suficientes para apagar as relações conflituosas em torno do ambiente urbano.

Outrossim, as contrariedades acerca do desenvolvimento comercial de Picos não se restringem aos trabalhadores informais. Na década de setenta instala-se na cidade de Picos as Indústrias Coelho de fiação e têxteis. “Este equipamento produtivo, foi marco e referência, seja empregatícia, seja também, pelo impulso a uma série de atividades nos ramos de comércio e serviços, agregando notoriedade à cidade e seu raio de influência regional” (Lima, 2019, p.174). No entanto, o interior da fábrica era imbricado de divergências.

Figura 20 - Matéria sobre greve dos operários da Indústria Coelho de Fiação e Têxteis na capa do jornal *Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo a história*, 1993.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

A matéria “DRT irá julgar dissídio coletivo das Indústrias Coêlho” traz algumas observações que mostram que as condições de vida na fábrica eram difíceis. As greves representam uma forma legítima de manifestação dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, salários justos, benefícios, segurança laboral e outros direitos fundamentais. No trecho abaixo é possível observar algumas reivindicações dos operários da fábrica.

Dos cerca de 1.000 funcionários das Indústrias Coêlho, pelo menos 150 estão de greve, todos do setor da produção. Na pauta de reivindicações da categoria constam 60 itens, que vão desde a questão salarial até as condições de trabalho dentro da fábrica. Os grevistas não abrem mão da reposição das perdas salariais ocorridas no período de outubro de 93 a setembro deste ano, que chegaram a 60%, segundo dados do sindicato da categoria (Tribuna de Picos, 03 de novembro de 1994).

No caso supracitado é visto que os trabalhadores vinham sofrendo com as perdas salariais, mas esse não era o único problema. Eles reivindicavam direitos básicos, como melhores condições de trabalho dentro do ambiente fabril. A exploração da mão-de-obra em condições degradantes está ligada, sobretudo, à desigualdade econômica. Nesse contexto, conclui-se que o desenvolvimento econômico picoense era uma condição muito mais expressiva para a elite do que para as classes baixas que deviam se submeter às circunstâncias do trabalho ofertado.

Assim, torna-se evidente que a transferência do 3º BEC para Picos trouxe melhorias para a cidade. A pavimentação da BR- 31, por exemplo, “possibilitou melhoras significativas na ligação de Picos a outras regiões, além de provocar uma grande migração de pessoas que foram para a região trabalhar e depois se fixaram na região aumentando o número de pessoas na cidade” (Carvalho, 2015, p.57). O mesmo ocorre com a Indústria Coelho de Fiação e Têxteis que gerava centenas de empregos. No entanto, a desigualdade social era persistente na região e

é possível percebê-la através do número de pessoas em situação de rua e em condições de trabalho informal. Os trabalhos formais, por sua vez, também possuíam suas adversidades.

Portanto, percebe-se que existe uma disputa pela memória da cidade de Picos que é percebida através dos meios de comunicação. No centenário foram privilegiados os setores hegemônicos, tanto no que concerne as festividades quanto ao que foi mostrado pelas matérias produzidas, constituindo a “memória oficial” da urbe. Porém, a cidade estava permeada de grupos que sofriam com os impactos sociais causados pelo “desenvolvimento” da cidade. O “progresso” tem custos e eles são distribuídos de forma desigual, sendo as classes baixas da sociedade mais afetadas. O tratamento dado as pessoas em situação de rua, aos camelôs e operários picoenses comprovam essa percepção.

4. “NÃO HÁ DISTÂNCIA QUE NOS SEPRE”: A URBE PICOENSE ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DA RÁDIO DIFUSORA DE PICOS

O título deste capítulo começa com o trecho de uma vinheta da Rádio Difusora de Picos, uma das rádios picoenses mais ouvidas pelos habitantes de Picos e da macrorregião. Percebe-se que a historiografia sobre a radiodifusão no Piauí ainda revela muitas lacunas que podem ser investigadas, mas os trabalhos que já vem sendo escritos concordam que os programas de rádio ocuparam um importante papel na comunicação entre os diversos pontos do estado ao longo do tempo e estão envoltos em questões de poder. Picos não foge dessa realidade.

Por isso, neste capítulo busca-se observar as memórias construídas sobre a urbe do município a partir dos programas de rádio. Para tanto, no primeiro tópico procura-se investigar a inserção das rádios no município de Picos-PI e as questões de poder que estavam envolvidas na disputa pela instalação das rádios na cidade. No segundo tópico, através das entrevistas concebidas por ouvintes da Rádio Difusora de Picos (Difusora AM), procura-se perceber quais aspectos do cotidiano da cidade supracitada, entre 1988 e 2000, eram transmitidos através dos programas da rádio e ficaram gravados na memória do público ouvinte.

4.1 As rádios picoenses: o trabalho de comunicação exercido para Picos e macrorregião

No que tange a chegada do rádio no Brasil, enquanto meio de comunicação de massas, ocorre em 1922 no Rio de Janeiro durante o centenário da independência. Na ocasião, o primeiro discurso transmitido foi o do presidente do período, Epitácio Pessoa. A chegada do

rádio estava diretamente ligada a necessidade da elite do país de mostrar que o Brasil estava adequado à modernidade.

De um lado, apresenta a pretensa pujança nacional e, de outro, serve de mostruário ao progresso vindo do exterior. [...]Parcela da elite desperta para as potencialidades do rádio. Ao contrário do que vai ocorrer a partir da década de 1930, estes pioneiros fazem isto, em um primeiro momento, sem interesses preponderantemente econômicos ou políticos. As irradiações têm pretensão educativo-cultural, incluindo, além de música gravada e ao vivo, até mesmo palestras de cunho científico. Indo ao encontro de valores burgueses, expressões musicais mais populares como o samba encontram resistência para serem veiculadas (Ferraretto, 2014, p.12).

Cabe perceber que a própria elite do país utilizava o rádio como ferramenta de transformação da sociedade brasileira. Assim, buscando introduzir a população ao que consideravam “moderno” delimitavam o que era transmitido pelos programas. Cabia aos ouvintes assimilarem as produções artísticas e científicas mais próximas das europeias e norte-americanas, ou seja, produzidas nos países que cristalizavam a imagem de “desenvolvimento” e “progresso”.

Em concomitância, para que isso ocorresse, as próprias produções artísticas e científicas brasileiras eram cerceadas para que não se popularizassem e tomassem grandes dimensões. Nesse sentido, tanto as indústrias do exterior quanto a própria elite brasileira reconheciam o poder dos meios de comunicação em massa, incluindo o rádio. Vale ressaltar que os programas não se restringiram aos de cunho musical. Ganharam maiores proporções ao longo do tempo, sobretudo, quando se vincularam ao jornalismo.

Em 1941 entra no ar o “Repórter Esso”. O contexto histórico que envolveu a criação do jornal falado no Brasil diz respeito a necessidade de um setor informativo no rádio, no período da Segunda Guerra Mundial. Irradiado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, o “Repórter Esso” foi considerado Testemunha ocular da história, slogan que se referia à importância do programa, diante da transmissão de notícias. Constituiu-se num programa de caráter informativo e noticioso, em nível nacional, que passava a ser a verdade, para a população brasileira, conquistando vários ouvintes e levando os acontecimentos do Brasil e do mundo através das ondas do rádio (Lima, 2007, p.51).

Logo, assim como a imprensa, o rádio foi se fixando para aqueles que lhe acessavam como fonte confiável de acesso à informação. No Piauí a primeira emissora de rádio foi inaugurada em 1930, oficialmente denominada de Rádio Educadora de Parnaíba. Produzia programas de cunho jornalístico e cultural. De acordo com Aquino (2013), a rádio possuía estreita ligação com a prefeitura do município, por onde o prefeito anunciava os trabalhos que vinha desenvolvendo para a população. Por isso, a conjuntura política local sentiu-se incomodada e a rádio acabou sendo fechada. Já em Picos, a implantação da primeira rádio vai acontecer quase na década de 1980.

Para Nascimento (2006), o cotidiano dos meios de comunicação de massas está constantemente ligado às questões políticas do país. É justamente por esse motivo que em Picos

vai ocorrer uma grande disputa em torno da audiência do rádio. Segundo Sousa e Lima (2018) em 1979 foram instalados os transmissores da Difusora AM de Picos, implantada pelo seu idealizador, Helvídio Nunes de Barros, que na época era senador da República pelo Piauí e pertencente ao ARENA.

De acordo com Aquino (2013), antes da chegada da primeira rádio em Picos, assim como nas grandes cidades do país, havia apenas as amplificadoras: alto-falantes que ficavam distribuídos pela cidade e serviam como referência de comunicação local e a Rádio Difusora foi um marco para a comunicação de Picos e macrorregião, como é possível perceber através da entrevista concedida por Bento Ribeiro da Costa¹ para esta pesquisa.

Nos meus quatorze, quinze anos, por aí assim, já comecei a sintonizar rádio, né!? Naquela época quais rádios a gente sintonizava? Sociedade Da Bahia, é, Rural de Petrolina, sempre a gente sintonizava. A pioneira de Teresina, Difusora de Teresina, essas assim, né!? Depois de muito tempo foi que surgiu aqui a Difusora de Picos que a gente também sintonizava. Era aquelas rádios, era Rede Nacional do Rio, as de São Paulo. Era essas difusoras que a gente conseguia, Cajazeiras da Paraíba, Educadora do Crato, essas coisas assim. Rádio AM que conseguia penetrar no interior nosso (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

Durante sua adolescência o entrevistado residia no interior do município de Conceição do Canindé que fica a 112km de Picos, em média. Ele vivia do trabalho na roça e mudou-se para Picos na década de 1980 para trabalhar nas Indústrias Coelho. Tinha o rádio como principal meio de comunicação, ouvindo-o durante o labor, vivenciando ao mesmo tempo as problemáticas citadinas e a programação produzida pelas rádios picoenses. Nota-se a partir do seu relato que a programação ouvida até o período em que a Difusora AM foi fundada era, sobretudo, de rádios localizadas em outros estados do Brasil. Com a fundação da emissora picoense ela passou a incorporar o catálogo da programação do ouvinte, reiterando que o alcance possuído pela rádio ultrapassava/ultrapassa os limites do município de Picos.

Sintonizada a 920 KHz, a primeira rádio de Picos tinha como interesse propor aos ouvintes uma programação variada e em seu bojo pretendia reservar um horário para um programa que fosse destinado ao homem da zona rural, à época, carente de meios de comunicação, informação e transporte. Deste modo, surgiu o programa “Correspondente do Interior” da Difusora AM de Picos que, ao longo dos trinta e dois anos de história, exerce serviços de utilidade pública atendendo aos interesses dos ouvintes (Sousa; Lima, 2018, p.90).

A utilidade dos serviços prestados através do rádio, como observa-se acima, também pode ser percebida nas décadas de 1980 e 1990. Ao pesquisar as sonoridades urbanas em Picos-PI, nas décadas supracitadas, Matos (2021) percebeu forte utilização do rádio no período. “Os

¹ DA COSTA, Bento Ribeiro tem 69 anos e é natural de Conceição do Canindé. Em 2024 estava aposentado. Trabalhou nas Indústrias Coelho e vivenciou os movimentos instituídos pelos trabalhadores da indústria, na década de 1990, em prol de melhores condições salariais e de trabalho. Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva. Picos-PI, 20 de janeiro de 2024.

entrevistados Antônio Borges (2021) e José Francisco (2021), relataram acerca da audição dos picoenses através de aparelho de rádio portátil nas residências, assim como nos estabelecimentos comerciais da urbe picoense” (Matos, 2021, p.61). A autora observa que até 1995 a radiofusão era predominante no centro urbano picoense e apesar de ter começado a perder audiência devido a chegada dos novos meios de comunicação na urbe, manteve sua audiência, sobretudo nos interiores do município e macrorregião.

Compreende-se que, assim como no Piauí, o acesso aos demais meios de comunicação vai ocorrendo de forma lenta em Picos. Outrossim, a inserção dos novos meios de comunicação, como a TV, não contemplou todos os sujeitos igualmente, sendo adquiridos inicialmente pelos membros das classes altas do município. Esse é um dos motivos pelos quais o rádio manteve-se ativo dentro dos lares picoenses e da macrorregião após 1990. O programa *Correspondente do Interior*, produzido pela Rádio Difusora de Picos, como é conhecida atualmente, pode ser observado como exemplo nesse processo.

Odorico Carvalho² (músico, compositor, apresentador, ex-funcionário do Banco do Brasil e ex-radialista picoense) em entrevista concedida para este trabalho falou sobre a audiência do programa supracitado. Ele participou da primeira equipe que compôs a Rádio Difusora de Picos, convidado por Helvídio Nunes de Barros. No ano de 1980 afastou-se da rádio, pois foi transferido para uma agência do Banco do Brasil (onde trabalhava) que estava localizada em Pernambuco, mas manteve-se ativo na audiência dos programas produzidas pela rádio. Além dele, José Nunes de Barros, Padre Alfredo Shäffler, Gracinha Granja e Remédios Maia, auxiliaram na consolidação do projeto iniciado por Helvídio Nunes (Sousa; Lima, 2018).

A Rádio Difusora de Picos, então, tinha um programa lá, O Correspondente do Interior, que no horário, acho que era meio-dia, não tinha pra ninguém, era o interior todo ligado. ‘Cê’ passava no interior era o eco, todo mundo ouvindo. Porque era ali que as pessoas daqui que moravam em São Paulo, Brasília, ligavam pra mandar notícia. Ou alguém no interior que tá aqui, que veio de uma cidade vizinha, botava o aviso pra vir pegar aqui, aquelas coisas todas, né!? Até gente anunciando que o jumento dele perdeu, sumiu, queria saber onde era [risos], esse tipo de coisa, tinha umas coisas muito engraçadas (Odorico Carvalho, 2024).

O programa fazia anúncios de festas, convites-missa, emitia notas de falecimento e, acima de tudo, transmitia recados. Desde a chegada da Rádio Difusora no município o programa

² CARVALHO, Odorico Leal (Odorico Carvalho) é um músico, advogado e jornalista picoense, natural de Bocaina-PI. Contribui com seus relatos orais para diversos trabalhos acadêmicos que vem sendo escritos sobre a História de Picos. Na década de 1970 compunha a banda Os Rebeldes, sob influência do Tropicalismo e da Jovem Guarda, onde Odorico se destacava pelo estilo pessoal contrário ao predominante na cidade (usava roupas extravagantes e cabelos longos). Seguindo carreira solo lançou músicas de grande sucesso no cenário local e regional. Foi apresentador da TV Picos, onde tinha um programa que fazia bastante sucesso na cidade, participou da primeira equipe que compôs a Rádio Difusora e a Rádio Grande FM. Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva. Picos-PI, 08 de janeiro de 2024.

produziu um serviço de utilidade pública, principalmente nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, pois a internet e o celular ainda eram uma realidade distante para a maior parte de Picos e macrorregião (Sousa; Lima, 2018). É possível identificar acima, na fala do entrevistado, que ele atribui maior audiência do programa aos moradores do interior, mas sua utilização não estava restrita às regiões interioranas, como é possível perceber no trecho abaixo.

Teve um tempo aqui que a Rádio Difusora ela tinha uma programação de avisos, né!? O pessoal que vinha dos interior pra fazer tratamento, fazer alguma coisa aqui em Picos, aí naquele tempo não tinha celular ainda. A comunicação era através do rádio. Aí o pessoal ia lá no rádio e botava o aviso. Eu sintonizava muito para saber quem era as pessoas que tava passando ali, nas regiões. Aquilo era uma expectativa grande, né!? Quando eu vim morar aqui em Picos que eu vinha, já aconteceu de vir aqui com pessoas para fazer, passar pelo médico aqui em Picos, aí eu tinha aquele costume de ir na rádio passar um aviso. O pessoal já ficava na expectativa de ouvir, né[risos], esperar aquele horário para ouvir (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

O que se percebe é que como o acesso a jornais e revistas era menor no campo, assim como inexistiam outros meios de comunicação, o rádio acabava sendo prevalente nesses locais. As pesquisas apontam que até 2011 o programa *O Correspondente do Interior* mantinha uma audiência ativa, devido a “tradição na radiodifusão, pelo trabalho prestado à macrorregião e pela credibilidade conquistada, que gerou a fidelidade de muitos ouvintes, especialmente dos moradores da zona rural” (Sousa; Lima, 2018, p.93). Entre 1988 e 2000, recorte temporal desta pesquisa, a TV também era um meio de comunicação inacessível para a maior parte da população picoense e da macrorregião do município.

Isso colaborou para a audiência dos programas de rádio, como mostra a entrevista concedida por Miguel Artur da Silva³. Devido a migração sazonal o entrevistado matinha contanto com Picos, onde fazia alguns trabalhos. No entanto, mantinha residência fixa na cidade de Patos do Piauí, para onde retornava no período de chuvas para realizar o plantio e colheita dos alimentos que seriam consumidos durante o período de seca.

A televisão não conseguiu tomar o espaço do rádio porque o rádio ele atendia toda a macrorregião de Picos e na cidade era pouco pessoal que tinha televisão. Televisão era aparelho de rico, os pobres não tinham acesso nessa época ainda. Quando alguém comprava um aparelho era aquela coisa, juntava um ‘mói’ de gente pra ir ver (Miguel Artur da Silva, 2023).

³ DA SILVA, Miguel Artur é natural de Patos do Piauí, onde atualmente é servidor público municipal e tem 63 anos. Da sua infância até os anos 2.000 se revezava entre a cidade natal e Picos, local de estudo e trabalho. Quando criança se deslocava para Picos com seus pais e seus irmãos, a fim de estudar, no lombo de animais, principais meios de transporte do período. Tanto na urbe picoense, quanto no interior patoense (onde não tinha energia elétrica até 2006) seu principal meio de comunicação era o rádio. O entrevistado representa a parcela da população que, sobretudo a partir de 1970, recorre a Picos com expectativa de mudar de vida. Depoimento concedido a Graziela Reis. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

Foi perguntado ao entrevistado se ele fazia uso de outros veículos de comunicação, como a televisão e ele relatou que só ouvia os programas de rádio, pois a televisão era um meio de comunicação restrito às classes altas. A importância da utilização do rádio também é percebida através da entrevista de Cleidiane Alves da Silva⁴. Ela relembra que na sua adolescência, antes de mudar-se para Picos, residia no interior do município de Pimenteiras, quando começou a ouvir os programas das rádios picoenses. Tinha preferência pelos programas da rádio Grande FM, do qual falaremos mais adiante, e da Rádio Difusora de Picos.

Todo dia tinha que ouvir era ‘O Correspondente do Interior’, meio-dia. Porque como eu comentei contigo, já tinha as pilhas ali contadas pra assistir, pra o mês, se não desse pra o mês tinha que comprar que era pra repor, pra todo dia meio-dia saber as notícias da região e da macrorregião. Eles traziam notícias da cidade de Picos, de outras regiões próximas, as vezes anunciavam também acidentes, mortes, é, se alguém da cidade vizinha ou do interior iria pra sua cidade como não tinha outro meio de comunicação a pessoa mandava uma carta avisando, né!? Dizendo pra eles lerem e dizerem ‘aviso para os meus pais que irei viajar para minha cidade dia tal, tal hora, que ele vá me esperar’ (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

Nesta pesquisa percebeu-se que o programa *O Correspondente do Interior* é um elemento marcante na memória dos entrevistados, sendo citado por todos eles em algum momento das entrevistas. Isso se deve ao fato dos demais meios de comunicação ainda serem pouco utilizados em Picos e nos municípios vizinhos. Na fala acima é possível perceber a utilização das pilhas nos rádios, o que evidencia o problema da falta de energia elétrica nos interiores picoenses e na macrorregião.

O rádio também era um elemento de suma importância para a população, pois funcionava enquanto canal de comunicação entre os locutores e o público e entre os próprios ouvintes. Em consonância, “na medida em que o ouvinte tem espaço para se expressar, sente-se ator da ação em curso, parte do processo de comunicação radiofônica. O rádio é de tal forma presente na vida que assume outros papéis: de amigo, de companheiro, de companhia” (Bianco, 2018, p.118).

Depois da Rádio Difusora de Picos, em julho de 1985, foi oficialmente inaugurada a Rádio Grande Picos AM na frequência de 850 KHz. A rádio possuía os mesmos apresentadores da Rádio Difusora, modificava-se apenas os nomes dos programas e estilos musicais. Enquanto a grade da Difusora trazia mais sertanejo e jovem guarda, a sua concorrente focava no brega que era apreciado pelos jovens da época. De acordo com Aquino (2013) a partir de entrevistas

⁴ DA SILVA, Cleidiane Alves tem 40 anos e é natural do município de Pimenteiras no estado do Piauí. É formada em Licenciatura em Letras e utilizava o rádio como principal meio de comunicação desde sua infância. O intercâmbio com a cidade de Picos era feito, acima de tudo, devido a busca por atividades comerciais e hospitalares que não estavam disponíveis onde residia. A entrevistada apresenta as peculiaridades do público jovem das rádios picoenses. Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

concebidas pelos locutores das rádios, a rádio mais velha sempre teve mais audiência, o público picoense sempre optava pela primeira emissora da cidade.

É válido questionar os motivos pelos quais o mesmo grupo de comunicação possuía duas rádios AM's no mesmo município. Assim como os trabalhadores que atuam na imprensa, os radialistas devem ser estudados a partir do seu lugar social. Lima, ao analisar o vínculo entre a Rádio Difusora de Teresina-RDT e o Partido Social Democrático-PSD, na década de 1950, chama atenção para a relação que as emissoras de rádio e os partidos políticos mantêm.

Quando se trata da ligação existente entre a RDT e uso político partidário nos anos 1950, ressaltam-se as entrevistas de José Eduardo Pereira e José Lopes dos Santos, uma vez que, este ocupou o cargo de Diretor Administrativo e era filiado ao PSD, e aquele ocupou o cargo de Diretor-Gerente. Ambos ocuparam um lugar social “diferenciado” na ZYQ-3 no período, e apesar de expressarem um certo cuidado ao falar sobre o tema, deixaram escapar falas que confirmaram a “parcialidade” da emissora quanto à posição política adotada nos anos 1950 (Lima, 2007, p.106).

Na cidade de Picos-PI o mesmo processo acaba ocorrendo. Ao entrevistar Carluis Barros, filho de Helvídio Nunes de Barros, Aquino (2013) questionou a existência das duas rádios. Ele respondeu que havia a possibilidade de mais um canal AM para Picos e por questões políticas era mais interessante que ficasse sob supervisão da família Helvídio Nunes, pois se não fosse administrada por eles, seria administrada por outro grupo político. Foi isso que ocorreu, por isso havia o mesmo leque de apresentadores. O monopólio permitia ainda que públicos diferentes fossem alcançados, tendo em vista que produziam conteúdos diferentes.

Outrossim, percebe-se que havia a participação dos ouvintes nos programas, como mostram os relatos acerca do *O Correspondente do Interior*. No entanto, essas participações limitavam-se a pedir música ou enviar avisos. De acordo com Ortriwano (1998) a participação dos ouvintes nos programas de rádio atende a expectativas do próprio sistema para onde se reportam. O público não deve questioná-lo, pois pode causar-lhe prejuízo. Em consequência, os anseios e expectativas do público-alvo são levadas em consideração não apenas com o objetivo de manter a fidelidade da audiência já conquistada, mas também com o intuito de ampliá-la.

Para perceber o nível de controle exercido sobre a participação dos ouvintes nos programas é necessário avaliar os programas que abrem espaço para que eles participem. Além disso, cabe examinar como ocorre a intervenção dos participantes, a mediação dos locutores e a exploração do que foi exposto pelos participantes. Esses elementos permitem compreender que o programa *O Correspondente do Interior* não era um espaço para denúncias ou críticas, o que beneficiava seus donos, por pertencerem ao eixo político do município. Em contrapartida, podiam controlar o que os ouvintes ouviam. Em consonância, passaram a ganhar notabilidade

e angariar apoio da população, por serem responsáveis pela instituição de um meio de comunicação que servia ao público.

No contexto de disputa política foi fundada a Rádio Cidade Modelo LTDA, chamada de FM Cidade Modelo, inaugurada oficialmente em janeiro de 1989. “A rádio foi fundada pela família Barros Araújo, que nas décadas de 1980, 1990 e 2000 protagonizou politicamente a cena municipal e regional em Picos” (Coutinho, 2021, p.74). A primeira equipe que compôs a rádio fazia parte da grade de locutores da Grande Picos AM, que ao serem convidados migraram para a rádio nova. De acordo com Aquino (2013), a FM Cidade Modelo acabou conquistando o público ouvinte da Rádio Difusora.

Por isso, em abril de 1993, foi oficialmente ao ar a Rádio Grande Picos FM, a terceira Emissora do SCP – Sistema de Comunicação de Picos, fundada pelo Grupo Helvídio Nunes de Barros. As rádios FMs possuem uma qualidade melhor de áudio, enquanto as AMs possuem maior alcance e por isso a rádio FM Cidade Modelo acabou conquistando muitos ouvintes. Compreende-se que a fundação da nova emissora de rádio pela família Helvídio Nunes buscava recuperar a hegemonia que havia sido perdida ao ocorrer a inauguração de outra rádio.

Assim, percebe-se que a busca pela manutenção das rádios de Picos-PI estava diretamente vinculada à política e os ouvintes eram objeto de disputa entre as famílias que controlavam o poder político e econômico do município. Essa questão incidia diretamente na forma como a programação era produzida e o conteúdo que era transmitido. Ou seja, se a cidade era citada através da programação é possível concluir que essa menção ocorria mediada pelas perspectivas dos sujeitos que estavam ligados às rádios.

4.2 A Rádio Difusora de Picos e a construção da(s) memória(s) acerca da urbe picoense

O rádio pode ser utilizado para “educar” a população. Esse recurso foi utilizado muitas vezes ao longo da história, inclusive durante a Ditadura Militar no Brasil (Nascimento, 2006). Por isso entende-se que os centros urbanos também podem ser representados de forma positiva ou negativa, pelos grupos que controlam o rádio, com o objetivo de produzir determinadas percepções sobre as cidades. Nesse contexto as memórias construídas sobre as urbes são um elemento de suma importância para perceber as questões de poder que mediam as construções de representações sobre as zonas urbanas. O conceito de “representação”, ganha força a partir da Escola dos Annales.

Durante as décadas de 1960 a 1980, as novas gerações de historiadores ampliaram o leque relativo aos problemas, aos objetos e às abordagens da disciplina, influenciados pela ascensão dos estudos culturais. [...]Ao se falar em mudanças epistemológicas

dentro dos movimentos da História Cultural, significa aproximar-se a um conceito central que irá reger a postura do historiador desse campo: a ideia de representação. A História Cultural vai atribuir o estudo das formas de representação do mundo no seio de grupos humanos (Grecco, 2014, p.40-43).

A tarefa investigativa em torno das representações é necessária, pois, investigar o passado das cidades através do meio material pode ser impossível em alguns casos. Portanto, o leque de novas fontes ao qual os historiadores têm acesso funciona como ferramenta para que este trabalho seja executado. O exame minucioso das representações permite-nos o acesso a uma narrativa que foi construída e se impõe como real dentro de determinada sociedade. Por fim, ajuda-nos a perceber as marcas de historicidade, princípios, valores e desejos de determinada época.

Com frequência, a transformação do espaço foi de tal ordem, a modernidade implantada tão avassaladora que apagou do espaço materialidades e sociabilidades do passado. E, como de praxe, o objeto da atenção do historiador passa por fora da experiência do vivido, nessa tarefa de resgate das representações da cidade passada que se produz por uma reconfiguração temporal [...] construído pela força do imaginário, que é capaz de dar a ver e ler a temporalidade transcorrida (Pesavento, 2007, p.16).

Por isso, a análise da memória construída a partir dos programas de rádio é imprescindível. Os meios de comunicação estão presentes no cotidiano das pessoas com imagens e sons que buscam contar a história da cidade, “relativos ao passado e com perspectivas para o futuro. As pessoas se informam e conhecem a cidade, os feitos de seus cidadãos, os costumes, as tradições, a história, os conflitos, enfim” (Feitosa; Costa, 2019, p.05).

Os elementos visuais e/ou sonoros são captados pelos “nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma” (Pesavento, 2007, p.11). Enquanto a imprensa tem suas imagens captadas, sobretudo através da visão, o rádio é experimentado através da audição, evocando emoções e sensações. Através dos programas de rádio podem ser criadas afetividades, como é possível perceber abaixo a partir do relato de Cleidiane Alves.

Foi até o que me chocou quando eu cheguei aqui em Picos que eu conheci Moisés Pereira. Eu pensei que fosse outro tipo de pessoa, de outro jeito diferente, a voz dele no rádio é uma coisa linda. É tanto que as moças do interior todas queriam conhecer Moisés Pereira e ele sempre brincava ‘óia, não vai se apaixonar, minha voz é uma coisa, quando você me ver você vai desistir’ [risos]. E quando tinha festa próximo de onde eu morava foi muitas moças, muitos fãs, que se diziam mesmo fãs dele, pra conhecê-lo (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

A fala da entrevistada acerca do radialista picoense, Moisés Pereira, e a paixão despertada nas mulheres que lhe ouviam revela que as rádios, por meio dos estímulos sonoros, ativam o imaginário dos ouvintes. A voz desempenha um papel importante na constituição de sentimentos, marcando uma gama de sujeitos com os quais manteve contato. Assim, ao reportar

aos acontecimentos do passado, os sons podem aparecer como elementos marcantes para um indivíduo e até mesmo para a coletividade.

Nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são [...] de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores. Em relação ao desembarque da Normandia e à libertação da França, os habitantes de Caen ou de Saint-Lô, situadas no centro das batalhas, não atribuem um lugar central em suas recordações à data do acontecimento [...] e sim aos roncões dos aviões, explosões, barulho de vidros quebrados, gritos de terror, choro de crianças. Assim também com os cheiros: dos explosivos, de enxofre, de fósforo, de poeira ou de queimado, registrados com precisão (Pollak, 1989, p.09).

O discurso dos profissionais que atuam no rádio, dos radialistas, é marcado pela busca da proximidade e intimidade. Assim, quando a voz dos radialistas torna-se constante na vida dos ouvintes, acaba gerando afetividade, um vínculo emocional com o público dos programas. A forma como o radialista se comunica, a empatia e o tom de voz utilizado podem estabelecer uma conexão emocional com os receptores que gera confiança sobre as informações que estão sendo transmitidas e sobre as críticas que eles produzem.

O comunicador transforma tudo o que diz no rádio em “seu, sua, é para você”. Mais do que se dirigir aos ouvintes de forma íntima e pessoal, eles transformam uma audiência de anônimos em pessoas conhecidas, que partilham a mesma experiência cotidiana. [...] Sem dúvida, os comunicadores colaboram para o reconhecimento e identificação entre pessoas que habitam o mesmo local, ou vivem e partilham um modo de vida e uma cultura em comum (Bianco, 2018, p.119).

As formas como os radialistas se conectam com a audiência exerce influência sobre os gostos do público. Eles fazem escolhas sobre o que os ouvintes escutarão, quais discussões irão desenvolver, promovem eventos e hábitos. Ao trazerem notícias sobre as cidades, conseqüentemente, auxiliam na formação de opinião sobre as urbes. Ser cidadão, pertencer a uma cidade “implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte” (Pesavento, 2007, p.11). O rádio está dentro desse contexto, contribuindo para a formação de imagens sobre os centros urbanos.

Miguel Artur da Silva, que concedeu entrevista para esta pesquisa, comenta que os programas da Rádio Difusora que ele mais ouvia eram os noticiários e o programa *O Correspondente do Interior*, também devido seu caráter noticioso. É importante mencionar que a memória é seletiva, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p.04).

Assim, é importante apontar que além dos elementos que situam a memória do entrevistado dentro da coletividade, que são compartilhados pelo grupo de pessoas que ouviam os programas das rádios picoense, sua trajetória de vida também contribui com o que ele mantém guardado nas suas lembranças. O entrevistado faz parte do grupo de sujeitos, apontados por Carvalho (2015), que a partir da década de 1970 muda-se para Picos-PI em busca de melhores condições de ensino. Assim, ao concluir seus estudos, acabou ingressando na área da saúde, onde atua até os dias atuais. Isso explica os programas de rádio pelos quais tinha mais interesse e permanecem em suas recordações. Ele elenca os principais assuntos que eram abordados nos jornais do se recorda.

As notícias principais eram as comerciais e criminais. Falava também dos políticos, mas na época os políticos principais eram o finado Helvídio Nunes, era o, os Torres, em geral, os Nunes que eram os chefão de Picos mesmo. Os comerciais eram comerciais curtos, suportáveis. Eles falavam mais era sobre promoção, sobre o preço de mercadoria, onde mais encontrava mercadoria mais barata. As promoção que tinha na época, que eram chamadas antigamente de “queima”, hoje chama “promoção”, mas no passado era os “queima”. Inclusive tinha vários programas de saneamento básico na cidade, porque tava crescendo, então tinha pra ajudar no desenvolvimento. Eles também falavam sobre isso nos jornais (Miguel Artur da Silva, 2023).

De imediato, o primeiro ponto que chama atenção na fala do entrevistado diz respeito a memória construída a partir do conteúdo sobre política que era desenvolvido pelos jornais da Rádio Difusora. Na memória do entrevistado a “família Nunes” abrigava os políticos mais influentes do município. É importante perceber que nas décadas de 1980, 1990 e 2000 outras famílias disputavam o poder político em Picos, mas a “Nunes” é a que permanece na memória do entrevistado.

Nesse sentido, há um atrelamento de determinados nomes ao cenário picoense. Observa-se que os sujeitos elencados são os mesmos envolvidos na implantação das primeiras rádios picoenses. Ademais, essa percepção não é meramente individual, também faz parte da memória coletiva da urbe. Helvídio Nunes acabou se destacando na memória coletiva da população de Picos e municípios vizinhos, sobretudo, devido a implantação da rádio no município, pois como citado anteriormente, não havia outros meios de comunicação acessíveis à toda macrorregião.

Além da participação política de Helvídio Nunes no cenário nacional, de acordo com Sousa e Lima (2018), ele figura na memória picoense enquanto sujeito que oportunizou a produção de programas que retratassem a realidade socioeconômica, social e política da macrorregião picoense. Ou seja, como alguém de grande prestígio e relevância no cenário municipal e nacional ao ponto de conseguir a implantação de uma rádio no município. Como expõe Aquino (2013), a implantação das rádios em Picos estava envolta em disputas políticas.

Isso fez com que Helvídio Nunes acirrasse a disputa pela implantação da rádio em Picos e, conseqüentemente, ganhasse prestígio.

O entrevistado Odorico Carvalho também teceu comentários sobre as questões políticas envolvidas no rádio. Além de ser ouvinte dos programas e ter participado da primeira equipe que compôs a Rádio Difusora, na década de 1990, ele voltou ao Sistema de Comunicação de Picos e destacou-se em trabalhos produzidos na rádio Grande FM. Nesse viés, faz-se necessário perceber que ao se referir à população por meio das ondas do rádio os profissionais não agem com neutralidade, mas com base em princípios, valores e crenças do meio no qual está inserido. O entrevistado reconhece essa relação e discute como isso ocorreu dentro da sua passagem pelas rádios no qual atuou.

A gente sabe que nenhum jornal é isento de ideologias, né? Todo jornal traz a ideologia da, de quem manda. Embora eu tenha tido muita sorte onde eu trabalhei, nos jornais, nas rádios e na TV. E também, lá, Doutor Helvídio e Doutor Zé Nunes nunca chegaram pra mim e falaram “diga isso, não diga aquilo”, agora eu não sou, não sou, eu vou dizer uma palavra dura, não sou idiota de tá lá trabalhando com eles e descendo a lenha neles, né!? Falando [risos], falando mal. Até porque eles me trataram sempre tão bem que era impossível de ter uma desavença nessa área, né? (Odorico carvalho, 2024).

O entrevistado estabelece uma discussão muito cara ao meio intelectual, debate a questão da ideologia e sua relação com os meios de comunicação. Ele reconhece sua responsabilidade profissional enquanto jornalista e ao mesmo tempo observa como sua forma de atuação era decorrente das relações pessoais que mantinha com os donos dos meios para o qual trabalhava. Assim, identifica-se que o relacionamento mantido entre os proprietários das rádios, a equipe de jornalistas e demais profissionais que atuavam nos programas de rádio, gerava percepções sobre eles que também funcionavam como condicionadores do que era dito sobre eles durante a programação.

É importante mencionar, de acordo com Lima (2007), que as rádios também podem ser espaços para conquista de eleitores. Para isso podem ser feitas propagandas políticas, os programas podem ser utilizados como espaço de crítica aos concorrentes e/ou de defesa dos envolvidos com as rádios. Ao mesmo tempo, para que os eleitores sejam conquistados um aspecto é primordial: que as polêmicas nos quais os candidatos que as rádios defendem estão envolvidos não sejam divulgadas. Nesse sentido, a ocultação de problemas envolvendo os políticos, assim como outros sujeitos que podem se beneficiar do que é divulgado pelos meios de comunicação, também é uma forma de beneficiá-los.

O alcance do rádio é um dos aspectos que lhe distingue dos demais meios de comunicação. Enquanto os jornais estão restritos a elite alfabetizada, as informações do rádio alcançam toda a população. Para acessá-lo é necessário apenas a audição e um aparelho que

transmita a programação. Segundo McQuail (2003), no processo de locução a informação é distribuída de um centro para muitos receptores periféricos, de um para muitos ao mesmo tempo, que recebem as informações de forma instantânea. Por isso é bastante lucrativo para os setores comerciais que haja investimento em propaganda no rádio.

Nesse sentido, observa-se que as propagandas do comércio picoense são elementos recorrentes na memória de todos os entrevistados. Retornando a fala de Miguel Artur da Silva, observa-se as “notícias comerciais” e “comerciais”, momento de intervalo onde ocorre a propaganda do comércio, como pontos que merecem destaque. Segundo Sousa e Lima (2018), os anúncios e propagandas produzidos pela Rádio Difusora auxiliavam/auxiliam os ouvintes a localizarem produtos e serviços na cidade de Picos, pois o comércio picoense era aquele que imperava na grade da programação.

Esse aspecto é importante de ser notado, pois se o espaço da programação era tomado pelas propagandas do comércio da cidade de Picos e isso contribui para que o público ouvinte tenha a região como referência em acesso a produtos e serviços. Em contrapartida, à medida que o comércio é citado cotidianamente no rádio, ele acaba cristalizando-se na memória dos ouvintes. Em consonância, a imagem da cidade vai se constituindo, unindo os elementos que são constantemente levados ao público.

Por isso o setor comercial picoense acaba adquirindo espaço importante na memória dos ouvintes dos programas, tidos como características da cidade, como veremos adiante. Assim como outros veículos de comunicação, os programas de rádio acabam promovendo a urbe, pois ao produzirem as propagandas sobre o comércio local precisam torná-lo competitivo aos demais das cidades vizinhas, ao ponto de os consumidores optarem pelos locais anunciados. Observando, mais uma vez, a fala do entrevistado Miguel Artur da Silva percebe-se que ele rememora a questão da implantação de programas de saneamento básico na cidade. Para ele visavam contribuir com o desenvolvimento da urbe que vinha crescendo.

O crescimento populacional contribuiu para que o desordenamento urbano ocorresse. Porém, como explica Sousa (2021), nas décadas de 1980 e 1990 todo o espaço urbano picoense era tomado pela inexistência de saneamento básico, afetando toda a coletividade. Tais problemas persistiam, sobretudo, devido a ineficiência do poder público municipal que deveria adotar medidas para resolver as problemáticas. No entanto, na memória do entrevistado não é perceptível que as moléstias tivessem relação com a administração do município, apenas que os governantes vinham adotando medidas para contê-los.

A Rádio Difusora de Picos também fazia parte da gama de programas que o entrevistado Bento Ribeiro da Costa costumava ouvir. Ele trabalhava como vigia nas Indústrias Coelho e o

rádio, para ele, era um companheiro fiel que lhe acompanhava durante as noites de trabalho. Além das músicas costumava ouvir os noticiários, por isso conhece a dinâmica de funcionamento da grade da programação.

As rádios sempre tiveram patrocinador, sempre. Inclusive, tinha uns programas aí que era mais completo com comercial que com músicas, mas é assim mesmo, faz parte, porque a rádio funciona através da contribuição do comércio, né!? Se não fosse também, ela não tinha como funcionar. O pessoal que trabalhava, muitos no rádio, se ganhava era um salário. As vezes nem um salário, trabalhava no rádio só pelos comerciais, que era quem mantinha eles (Bento Ribeiro da Costa, 2024).

A fala do entrevistado acima revela que existia uma expressiva participação do comércio nos programas, pois, segundo ele, auxiliavam na manutenção das rádios que não dispunham de todos os rendimentos necessários para mantê-las. É importante mencionar que os programas de rádio podem evitar falar dos problemas da cidade por diversos motivos. Entre eles, pode ocorrer de serem evitados determinados conteúdos que são sensíveis para os patrocinadores e autoridades locais. Ao mesmo tempo, o comércio ser uma constante na memória dos entrevistados revela a associação desses meios ao espaço urbano picoense que foi constituindo-se como local de acesso a bens e serviços.

As ondas radiofônicas formavam pontes por onde ocorria a comunicação entre os cidadãos e entre o campo e a cidade e por isso a propaganda exercida através do rádio fomentava o crescimento do comércio. Ao mesmo tempo, a dinâmica comercial da cidade, com suas constantes transformações e novidades, engendrou certas representações sobre o espaço urbano. Nesse contexto, os setores comerciais do centro urbano picoense vão constituindo-se enquanto marcos representativos do crescimento da urbe.

Tinha sempre propaganda, mas assim, pra mim recordar quais eram as lojas é mais difícil, mas sempre teve. Lojas de tecidos, lojas de calçado. Sempre que a cidade ia crescendo e novas lojas sendo inauguradas, eles anunciavam. Eu não me recordo se era nessa época que já tinha as lojas do Paraíba, mas acho que sim, que é uma loja do qual me recordo que sempre tinha anúncio (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

Como é possível perceber acima, as lojas da cidade demarcavam o processo de crescimento urbano. A fala da entrevistada propõe que o crescimento da cidade estava diretamente ligado ao setor comercial. As novidades no comércio, consequentemente a expansão da zona urbana, eram anunciadas nos programas da Rádio Difusora de Picos. As representações espaciais historicamente construídas a partir da troca comunicativa por meio das ondas radiofônicas são, até hoje, importantes para compreender a organização espacial de Picos.

De acordo com Pesavento (2007), a cidade é uma “materialidade” produzida pelos homens, criada através da ação sobre a natureza. Porém, não se resume ao meio material, ela também é “sociabilidade”, pois é formada por atores, relações sociais, grupos, classes, práticas

de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos sem os quais seria apenas um amontoado de ferro e concreto. Por último ela é “sensibilidade”, pois os espaços são dotados de sentidos e significados, percebidos através de emoções e sentimentos construídos a partir do viver na urbe.

No entanto, é perceptível que na memória dos entrevistados, o que eles recordam acerca do meio picoense a partir dos programas da rádio analisada, há uma prevalência das notícias relacionadas ao setor comercial. As propagandas sobre o comércio ajudaram a construir percepções sobre a zona urbana picoense que ultrapassam o tempo e seguem vivas, impulsionando o que é concebido como marco representativo de Picos. Porém, as lembranças sobre os anúncios também revelam uma realidade onde a desigualdade aparece.

Picos sempre foi o lugar do comércio, né? A gente chegava ali no Centro e encontrava de tudo. Ainda hoje encontra, aí os comerciais dos programas mostravam esses pontos de venda. Agora assim, anunciava no rádio quem tinha dinheiro. Era mais essas lojas grandes e a gente nem tinha dinheiro pra comprar as coisas, até material escolar antes, pra estudar, a gente tinha que vir trabalhar na roça pros outros, pra fazer o dinheiro e levar pra lá pra comprar (Miguel Artur da Silva, 2023).

O relato do entrevistado refere-se a inúmeras questões acerca da cidade. Em um primeiro momento é possível observar como o Centro permanece vivo na memória, espaço onde a urbe concentra os produtos ofertados pelo comércio. Não surpreende, pois “o centro foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade” (Pesavento, 2008, p.04). Por isso, o Centro de Picos segue sendo um marco na memória, pois além da quantidade de centros comerciais e órgãos públicos que abriga e geraram inúmeras vivências dos cidadãos e pessoas da macrorregião nesses espaços, ele é também um local utilizado como referência de sucesso da cidade.

Ao mesmo tempo a memória do entrevistado transparece uma realidade em que a cidade aparece como um local de exclusão, onde apesar da diversidade de segmentos empresariais os espaços de consumo não podem ser acessados por todos que nela circulam. Como observado na fala do entrevistado, os anúncios eram tidos como exclusividade daqueles que possuíam poder econômico, os empresários. Eles geravam sonhos de consumo na população, mas a desigualdade social não permitia que todos que tinham acesso aos anúncios pudessem acessar os bens e serviços ofertados. Assim, como propõe Ronilk (2004), a cidade vai se constituindo, como ambiente de segregação, onde o acesso aos espaços são delimitados de acordo com a divisão em classes sociais.

Quando se ouvia essas propagandas de loja dizendo quais eram os itens que oferecia, muitas coisas eu não tinha nem noção do que se tratava, mas quando falava de loja de

departamento de roupa, de brinquedo, era quando meu olho brilhava, eu ficava mais atenta [risos]. Eu pensava ‘nossa, tem roupa tal, tem brinquedo tal’, que era tudo que uma criança de interior almeja ter, né? Que era o meu caso, eu não tinha por que não tinha condições de comprar. E eu achava que a cidade era o máximo, era como se fosse, hoje em dia, a Capital, onde tudo que você quisesse e buscasse iria ter, tudo de mais moderno. Como eu morava no interior, não tinha energia, aqui tinha, tinha carros, tinha loja, tinha lugar pra você sair (Cleidiane Alves da Silva, 2023).

Como mostra a fala da entrevistada acima, a partir das propagandas sobre o setor de comércio, a cidade acabava sendo percebida como um local moderno, com uma infraestrutura comercial bem desenvolvida, com diversos estabelecimentos que atendem às necessidades da população local e das áreas circunvizinhas. Assim a cidade passa a ser vista como o oposto da realidade dos ouvintes, que eram em grande número residentes do interior da macrorregião, marcados pela ausência de determinadas bens de consumo e serviços. As propagandas ativavam a imaginação dos receptores e ao mesmo tempo influenciava o consumo.

Porém, como mostra a fala de Miguel Artur, exposta acima, esses desejos nem sempre eram realizados, tendo em vista a realidade social no qual estava inserido. Ao referir-se a sua infância ele estabelece um elo entre o setor comercial, as lojas, e sua situação econômica. Relembra que para conseguir estudar, ainda criança, precisava fazer trabalhos no campo para angariar recursos para comprar o material escolar. Isso revela uma lógica excludente, onde os sujeitos mais pobres que circulavam pela urbe não conseguiam acessar todos os produtos que eram ofertados.

Percebe-se nesse contexto como ocorre o processo de exclusão social, que “designa não só a degradação do mercado de emprego e a decadência/regressão das solidariedades sócio-comunitárias, mas sobretudo a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do progresso económico e da partilha dos benefícios daí resultantes” (Guerra, 2012, p.92). Além do processo de exclusão gerado devido a desigualdade social, a organização de atividades coletivas acabavam não agregando todos os sujeitos que compunham o centro urbano picoense.

Na época que eu vim pra cá eu já vim trabalhar nas Indústrias Coelhos ali que fechou. E eu trabalhava em uma área que era mais a noite e o dia eu tirava mais pra dormir um pouco, porque a noite o serviço era muito cansativo, a gente dormia pouco, durante o dia eu não acompanhava muito as coisas não, sobre festejo. Eu me lembro que a gente tinha bem conhecimento dos festejos de Picos, mas eu não tinha muita ligação, não participei por conta disso que te falei, não tinha tempo (Bento Gonçalves da Costa, 2024).

O entrevistado acima relembra que ao morar em Picos não podia participar das festividades que nela ocorriam, pois o trabalho lhe consumia. Ele revela como, enquanto trabalhador, não conseguiu participar das atividades em comemoração aos cem anos de emancipação político-administrativa de Picos. Em eventos históricos é fundamental promover

a inclusão social e combater a exclusão, buscando que todos os cidadãos participem das atividades desenvolvidas. Esse processo é fundamental para fortalecer os vínculos sociais e construir comunidades mais solidárias. Ao mesmo tempo, isso valoriza a diversidade e possibilita momentos de lazer para os cidadãos, essencial para o bem-estar dos sujeitos que nela convivem.

Na memória dos entrevistados também há menção aos informativos acerca dos eventos realizados pela igreja católica. Segundo Santos (2017), Picos é uma cidade tradicional e bastante religiosa. As mudanças provocadas na urbe a partir de 1970, quando ocorre a construção da Rodovia Transamazônica e a chegada das Indústrias Coelho na região, provocaram o aumento populacional da cidade, mas não extinguiram os antigos costumes do local. Segundo a autora, os sujeitos que compunham a elite política e econômica do município tinham seus valores pautados pela religião católica e desejavam manter os seus costumes. Justamente por conta disso a Ditadura em Picos parece ter sido branda, pois quem controlava o poder na cidade, bem como parte da sociedade, eram favoráveis aos valores defendidos pelo regime ditatorial.

Abaixo é possível perceber como os eventos produzidos pela igreja católica eram transmitidos pelos programas de rádio e seguem vivos nas memórias dos entrevistados, outro elemento que pode ser percebido como característico de Picos.

As coisas de igreja comumente eles anunciavam, quando ia ter missa, “vai ter missa”, “vai ter comemoração do Sagrado Coração de Jesus”, “comemoração de Nossa Senhora dos Remédios”. Sempre avisava quando tinha missa, quando tinha também visita de sétimo dia, era isso que eles falavam (Cleidiane Alves da Silva, 2024).

As menções acerca dos enunciados dos eventos produzidos pela igreja, como os citados acima, ajudam a perceber como os programas de rádio reproduziam e ajudavam a manter determinados costumes compartilhados pela sociedade picoense e dos municípios vizinhos. Não obstante, também havia programas católicos para os ouvintes, a programação não se resumia aos informes, que como observado anteriormente, tinham um caráter informativo. Ou seja, o objetivo não era apenas informar, mas também difundir os preceitos do catolicismo.

Picos sempre teve muito evento de igreja, ali no Centro mesmo tem aquela igreja. No rádio também tinha, sempre teve missa dominical e tinha um programzinho que parece que era de uma e meia a duas da tarde, também da igreja. “Igreja Peregrina” o nome, se não me engano. E quando tinha evento de igreja eles sempre anunciava. Mesmo quando não tinha mais programa da igreja, os avisos tinha (Miguel Artur da Silva, 2024).

De acordo com o relato acima Picos é uma cidade marcada pela existência dos eventos religiosos. A igreja ao qual o entrevistado se refere, viva na sua memória, é a Catedral Nossa Senhora dos Remédios, localizada no Centro da cidade. O programa citado, em consonância

com Sousa e Lima (2018), era chamado de *Igreja Peregrina* e ia ao ar das onze e trinta ao meio-dia, sob a responsabilidade da Diocese de Picos na Rádio Difusora. Percebe-se que, para o entrevistado, os programas são uma espécie de extensão da vida na cidade que acabava chegando à macrorregião através das ondas radiofônicas.

Para McQuail (2003), os meios de comunicação em massa podem influenciar a opinião pública, dado que o processo de seleção de temas, enfoques dados à determinadas questões, assim como o silêncio imposto a outras, podem moldar a visão dos receptores do conteúdo sobre determinados temas. Por isso mesmo são utilizados por determinados grupos como forma de lapidar as concepções de mundo dos indivíduos. Por isso, conforme Honorato e Saraiva (2016), os meios de comunicação podem atuar como ferramenta de controle dos corpos e da mente dentro das cidades, minimizando a relação conflituosa que nela existe e, consequentemente, auxiliando a manutenção do poder dentro dos centros urbanos.

Nesse sentido, percebe-se que o processo de enfoque em determinados conteúdos, como as fontes orais mostram que ocorria nos programas de rádio, influencia a percepção que os sujeitos construíram sobre o espaço urbano picoense. O processo de elaboração do que vai ser levado ao público é alimentado pela presença de determinadas questões, mas sobretudo pela ausência de outros temas. Essa atividade, como vista anteriormente, molda a memória dos sujeitos que acessam o conteúdo.

Portanto, é possível inquirir acerca das memórias construídas a partir da programação produzida pela Rádio Difusora de Picos (Difusora AM) que os elementos que prevalecem nas lembranças dos entrevistados são aqueles ligados ao setor político, comercial e religioso da cidade. Não obstante, há uma clara lacuna em relação aos problemas da cidade, que acabam não sendo recordados pelos entrevistados. Conclui-se que a programação da rádio se construía também a partir de determinadas exclusões, onde os problemas nos quais os políticos picoenses, donos das rádios, estavam envolvidos acabavam não sendo expostos. Tudo isso incide no que os ouvintes lembram sobre a cidade a partir dos programas da rádio supracitada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970 a cidade de Picos passou a sofrer suas mais intensas transformações. Houve a instalação das Indústrias Coelho de Fiação e Têxteis na região e a transferência do 3º BEC para Picos. O comércio ganhou força na cidade e o número de habitantes no centro urbano picoense aumentou. A urbe passou a ser vista como símbolo de

progresso e por isso foi intitulada de “cidade modelo do Piauí”. Os meios de comunicação, como os jornais e revistas, contribuíram para que essa imagem fosse cristalizada e difundida ao longo do tempo, sendo utilizada até os dias atuais.

Ainda assim, os processos de “modernização” ao qual a cidade foi exposta não acabou com as tribulações que nela existia. A desigualdade social persistia na região, sendo possível percebê-la através do número de pessoas em situação de rua e em condições de trabalho informal. Outrossim, os trabalhadores formais, como os operários da Indústria Coelho de Fiação e Têxteis, também experienciavam difíceis condições de trabalho. Em concomitância, a segregação social delegava os sujeitos mais pobres aos bairros mais carentes da cidade.

Conclui-se que Picos se lançou no cenário regional e nacional como “cidade modelo” seguindo o mesmo caminho de outras cidades do Brasil e do mundo que se tornaram conhecidas pelo status de “modelo de planejamento”. Para que isso ocorresse, além das obras implementadas na urbe, foi necessário construir uma imagem para ser vendida aos cidadãos e ao meio externo. Nesse contexto, os meios de comunicação exerceram um papel ativo, muitas vezes aliados aos segmentos políticos do município. Ao mesmo tempo, sobretudo os jornais, também noticiavam os problemas cotidianos da cidade e produziram uma infinidade de fontes que ajudam a perceber os problemas enfrentados pela urbe picoense.

Nesse processo, os investimentos realizados durante o período ditatorial na cidade foram de suma importância na construção da imagem de cidade que “deu certo”, bem como o leque de produtos e serviços nela encontrados a partir da expansão do comércio. Além disso, os problemas passaram a ser efusivamente invisibilizados e silenciados para que a imagem se sustentasse. Outrossim, os detentores do poder político e econômico em Picos tinha seus valores pautados, sobretudo, na moral religiosa católica.

Observa-se também que os políticos que comandavam o município no período analisado mantinham relação direta com os ideais defendidos pela Ditadura, o que corroborou para que a imagem de Picos fosse pensada a partir dos valores desses sujeitos. Percebe-se também que as rádios também não produziam conteúdo de forma neutra, considerando que os maiores nomes políticos da cidade, como Helvídio Nunes, eram seus proprietários.

Por fim, compreende-se que existe uma disputa pela memória da cidade de Picos que é percebida através dos meios de comunicação. No centenário foram privilegiados os setores hegemônicos, tanto no que concerne as festividades quanto ao que foi mostrado pelas matérias produzidas, constituindo a “memória oficial” da urbe. No rádio, as propagandas sobre o comércio e os eventos religiosos são aquelas que prevalecem na memória dos ouvintes. Porém,

todos esses investimentos não foram suficientes para apagar os registros sobre a exclusão social no local. Portanto, espera-se que este trabalho contribua para as discussões acerca da relação entre política, memória, cidade e meios de comunicação em Picos-PI.

FONTES

CÂMARA homenageará amanhã picoenses por bons serviços. **O DIA**. Teresina – PI, 06 de dezembro de 1990.

CAMELÔS impedem a passagem de pedestres nas calçadas. **Jornal de Picos**. Picos-PI, edição de 23 a 30 de julho de 1993.

CARVALHO, Odorico Leal. **Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 08 de janeiro de 2024.

DA COSTA, Bento Ribeiro. **Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 20 de janeiro de 2024.

DA SILVA, Cleidiane Alves. **Depoimento concedido a Graziela Reis da Silva**. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

DA SILVA, Miguel Artur. **Depoimento concedido a Graziela Reis**. Picos-PI, 23 de dezembro de 2023.

DE VIAÇÃO, Cia. São Geraldo. **Edições diversas do jornal Santo Forte** [fotografia]. Facebook, 19 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Sangetur>>.

DRT irá julgar amanhã dissídio coletivo das Indústrias Coêlho. **Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo histórias**. Picos-Pi, 03 de novembro de 1994.

FAMÍLIAS montam favela na Praça Jorge Leopoldo. **Tribuna de Picos: narrando fatos e escrevendo histórias**. Picos-PI, 07 de janeiro de 1993.

FESTIVAL no centenário de Picos. **O DIA**. Teresina – PI, 01 de dezembro de 1990.

LIMA, Gerson Portela (org.). **Atlas da exclusão social no Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MENDIGOS invadem as ruas da cidade. **Jornal de Picos**. Picos-PI, edição de 23 a 30 de julho de 1993.

MONIZE, Paula. Qual a Picos dos seus sonhos? Picoenses falam do amor pela cidade. **Cidadeverde.com**, 2022. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/382783/qual-a-picos-dos-seus-sonhos-picoenses-falam-do-amor-pela-cidade>.

O MUSEU de Picos coloca à mostra várias peças sacras e de cultura popular do Piauí. **O DIA**. Teresina – PI, 06 de dezembro de 1990.

PICOS: Cidade modelo do Piauí. **Santo Forte**. Caratinga-MG, nov. 1988, p.01.

PICOS – A cidade modelo. **Piauí Governo do Estado**, 2017. Disponível em: <<http://siteantigo.pi.gov.br/materia/conheca-o-piaui/picos-a-cidade-modelo-1487.html>>.

PREFEITURA encerra festas alusivas ao Centenário. **O DIA**. Teresina, 14 de dezembro de 1990.

Revista Picos 100 anos: 1890 -1990. Fortaleza - CE: Editora SBS Publicidades, Edição Especial do 1º Centenário da cidade de Picos-PI, 1990.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da faculdade de Letras**, v. 14, p. 77-97, 1998.

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da cidade modelo.** 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, José Ivonaldo Holanda de. CORPORAÇÕES e TERRITORIALIDADES: Concessões de Serviços Públicos no Brasil - o exemplo do transporte rodoviário de passageiros e outros casos. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 69-81, 2006.

ANDION, Carolina. Atlas da Exclusão Social. **Fae Business, São Paulo**, n. 9, p. 46-47, 2004.

AQUINO, Leonardo Roberto de. A história do rádio na cidade de Picos: memória e comunicação de um povo (1979-1993). 2013. 58 p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, 2013.

BIANCO, Nelia Rodrigues Del. Rádio e memória do cotidiano. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, p. 111-123, 2018.

CIDADES. IBGE, 2022. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/panorama>>.

DINIZ, Luciano dos Santos; MAGALHÃES, Ana Carolina Pito; JUNIOR, Paulo Fernandes Sanches. Empresariamento urbano e city marketing: reflexões a partir da cidade de Belo Horizonte. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 51-73, 2021.

DINIZ, Luciano dos Santos; SILVA, Cibelle Paula Batista da; JUNIOR, Paulo Fernandes Sanches. Empresariamento urbano: da teoria à prática do planejamento urbano estratégico na cidade de Belo Horizonte (2009-2019). **Ponto-e-Vírgula**, n. 27, p. 6-18, 2020.

FEITOSA, Sammara Jericó Alves; COSTA, Arabela Elisa Martins Eulálio Neves. A Memória da Cidade dos Sonhos: a Produção Memorial do Jornal Diário do Povo do Piauí sobre Teresina. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 2019, São Luís do Maranhão. **Anais do evento**, São Luís do Maranhão: INTERCOM, 2019. p. 01-15.

FERRARETTO, Luiz Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 1, 2014.

- GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos de Planejamento: Das Utopias de Lugar Nenhum às Estratégias de Qualquer Lugar. *In: X Encontro Nacional da Anpur, X, 2017. Anais*, p. 01-16.
- GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** v. 06, p.39-53, 2014.
- GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, p. 91-110, 2012.
- GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018.
- HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 36, p. 158-186, 2016.
- LERNER, Kátia; GRADELLA, Pedro de Andréa. Mídia e pandemia: Os sentidos do medo na cobertura de Influenza H1N1 nos jornais cariocas. **ECOS-PÓS - Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 33-54, 2011.
- LIMA, Juscelino Gomes. **O chão do sertão em transformação**: interações espaciais e reestruturação urbano-regional piauiense. Uma análise da região de influência da Cidade de Picos/PI. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional. 2019. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2019.
- LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3**: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. 2007. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2007.
- LIMA, Nilsângela Cardoso. Jornal O Dia e o jornalismo em transição nos anos 1950. *In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 01-15.
- LIMA, Nilsângela Cardoso; SOUSA, Márcia de Araújo. O Correio Radiofônico do Sertão: difusora AM e o “Correspondente do interior” no cotidiano de Picos e Macrorregião. **Rádio-Leituras**, v. 9, n. 2, 2018.
- LOPES, Juçana Inaiá Pereira. **A Atividade Laboral como elemento constituinte da consciência humana**: Um estudo na Companhia São Geraldo de Viação. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina-SC, 2002.

- MADUELL, Itala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 4, n. 1, 2015.
- MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gubbenkian, 2003.
- MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. 6ª edição. Porto Alegre: Penso, 2012.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Cidades representadas: uma reflexão acerca dos estudos sobre imprensa e cidade no Brasil do pós-guerra. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 393-407, 2016.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MOURA, José Elierson de Sousa. **Os múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**. 2014. 105 p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, 2014.
- MOURA, Michele Ribeiro de. **A participação e a atuação da mulher na sociedade e política no século XX: um ensaio biográfico de Olívia Rufino, em Picos-PI (1930-2000)**. 2012. 135 p. Monografia (Licenciatura Plena em História) — Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI, 2012.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A censura e o rádio no Piauí. *In*: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JR. F. C. Fernandes(org.). **Encruzilhadas da História: rádio e memória**. 1. ed. Recife: Bagaço, 2006. p. 23-58.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial novo milênio, 2016.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Rádio USP: fazendo história. **Jornal da USP**, p. 13-14, 1998.
- PANCETTI, Alessandra. Cidade planejada, cidade-global, cidade-modelo: qual é a sua capital?. **ComCiência**, n. 118, 2010.
- PANORAMA: Picos. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- PESAVENTO, Sandra J.; VISÍVEIS, Cidades. cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008.

- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de sociologia e política**, p. 31-49, 2001.
- SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo. **Cadernos Ippur**, v. 13, n. 2, p. 95-114, 1999.
- SANTOS, Edna Maria Rocha. **Memória e modernização**: os acontecimentos sociais e econômicos que influenciaram Picos na época da Ditadura Civil-Militar. 2017. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, 2017.
- SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Praticando espaços, entre acordes, letras e máscaras**: história, memória e sociabilidades em espaços culturais de Teresina nas décadas de 1980 e 1990. Recife-PE: UFPE, 2016. (Tese de doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH, 2016).
- SILVA, Aldo José Moraes. Um hino para a cidade: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 35, n. 2, p. 51-74, 2017.
- SILVA, Luan Cardoso. **José Néri entre textos e imagens**: práticas discursivas e representações da história política de Picos (1996-2004). 2014. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.
- SILVA, Ana Ester de Matos; SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. “Legisladores do barulho”: análise das representações auditivas da urbe picoense nos anos 1994 e 1995.
- SÍMBOLOS municipais. **Prefeitura de Picos**, 2017. Disponível em: <https://www2.picos.pi.gov.br/simbolos-municipais/>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- SOUSA, Nayara Gonçalves de. Na Flanerie pela cidade os cheiros nos consomem: memórias olfativas em torno da cidade de Picos-PI nas décadas de 1980 e 1990. **Faces de Clio**, v. 7, n. 14, p. 139-159, 2021.
- STAEVIE, Pedro Marcelo. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. **Textos e debates**, n. 28, p. 185-203, 2015.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 4^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA DE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA
BIBLIOTECA**

1. Identificação do material bibliográfico:

[X] Monografia [] TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Licenciatura em História

Centro: Ciências Humanas

Autor(a): Graziela Reis da Silva

E-mail (opcional): _____

Orientador (a): Prof. Dr. Fernando Muratori Costa

Instituição: UFPI-CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa _____

Instituição: _____

UFPI_CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos

Instituição: _____

UFPI_CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. José Maria Vieira Andrade

Instituição: UFPI-CSHNB

Titulação obtida: Licenciado(a) em História

Data da defesa: 22 / 02 / 2024

Título do trabalho: “AVANTE, CIDADE MODELO”: Os meios de comunicação de massa e a construção da memória de Picos-PI (1988-2000).

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos-PI _____ Data: 22 / 08 / 2024

Assinatura do(a) autor(a): _____